

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 102/2026
Data: 19/06/2026**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CANAL DO PORTO DE SANTOS TERÁ ROCHAS RETIRADAS PARA VIABILIZAR APROFUNDAMENTO NO LITORAL DE SÃO PAULO	4
MP DO FRETE AVANÇA EM BRASÍLIA COM ANISTIA A MULTAS DE BLOQUEIOS PÓS-ELEIÇÃO	5
'FUMAÇA' DIFERENTE CHAMA ATENÇÃO NO PORTO DE SANTOS E GERA PREOCUPAÇÃO NO LITORAL DE SÃO PAULO; VÍDEO	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
CORRIDA PELAS BATERIAS MOBILIZA EMPRESAS DE ENERGIA EM PERNAMBUCO	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
DIVULGADA PAUTA DA 612ª REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
GOVERNO DO BRASIL FAZ NOVA PARCERIA COM A JETSMART E AMPLIA CONEXÃO COM A ARGENTINA	9
COM MOVIMENTAÇÃO DE 4,7 MILHÕES DE PASSAGEIROS, REGIÃO SUL REGISTRA MELHOR QUADRIMESTRE DA SÉRIE HISTÓRICA	11
BRASIL E ARGENTINA AVANÇAM EM DIÁLOGO PARA AMPLIAR CONECTIVIDADE AÉREA REGIONAL	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	12
GEORGE SANTORO PARTICIPA AO LADO DO VICE-PRESIDENTE GERALDO ALCKMIN DA ENTREGA DA PRIMEIRA FASE DA EXTENSÃO DA MALHA NORTE EM MATO GROSSO	12
SENATRAN ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE VEÍCULOS PELO APLICATIVO CNH DO BRASIL	13
MINISTRO DOS TRANSPORTES GEORGE SANTORO ENTREGA TRECHO DA OBRA DE DUPLICAÇÃO DA BR-080	14
LEI SECA CHEGA À MAIORIDADE E REFORÇA O COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO DE VIDAS NO TRÂNSITO	15
NOVO VIADUTO ELIMINA ESPERA POR TRENS, AUMENTA SEGURANÇA E MELHORA CIRCULAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – SOBRE FINS E RECOMEÇOS	18
COMÉRCIO EXTERIOR - OPINIÃO - POR QUE A IMPORTAÇÃO É O PRIMEIRO PASSO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS?	19
POLÍTICA - PF REVELA ATUAÇÃO DE JAKUES WAGNER A FAVOR DO MASTER	20
NACIONAL - HUB – CURTAS - GEORGE GALINDO É ELEITO JUIZ DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR	21
<i>O novo juiz</i>	21
<i>Presença brasileira</i>	21
<i>Papel estratégico</i>	21
<i>Autonomia em 2029</i>	21
<i>Compromisso</i>	22
<i>Quadro revertido</i>	22
POLÍTICA - “ESTOU SEGURO DE TUDO QUE FIZ”, DIZ SENADOR AO NEGAR INDÍCIOS	22
POLÍTICA - PT DEFENDE PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	23
POLÍTICA - APURAÇÃO SEGUIRÁ “DOA A QUEM DOER”, GARANTE GOVERNO LULA	24
POLÍTICA - APURAÇÃO SEGUIRÁ “DOA A QUEM DOER”, GARANTE GOVERNO LULA	25
POLÍTICA - APÓS ÁUDIOS COM VORCARO, FLÁVIO CRITICA PT	26
TRANSPORTES - RODOVIAS - SAMPAIO DIZ QUE CORTES AMEAÇAM CAPACIDADE DAS AGÊNCIAS DE FISCALIZAR CONCESSÕES	26
TRANSPORTES – PORTOS - BALEIA MOBILIZA OPERAÇÃO ESPECIAL NO PORTO DE SANTOS	29
TRANSPORTES – PORTOS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ABRE CHAMAMENTO PARA SELEÇÃO PROJETOS	29
TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - ANTAQ DEBATE OPORTUNIDADES PARA RECICLAGEM SUSTENTÁVEL DE NAVIOS	30
TRANSPORTES - PORTOS - RS: CANAL JUNCO ENTRA EM OBRAS APÓS CONCLUSÃO DA DRAGAGEM NO BELÉM	31
TRANSPORTES - PORTOS - CEARÁ INICIA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL QUE VAI CONECTAR PECÉM À TRANSNORDESTINA	32
TRANSPORTES - FERROVIAS - FERROGRÃO PODE GERAR ECONOMIA DE R\$ 9 BILHÕES, DIZ ENTIDADE	33
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - IATA QUER IMPLANTAR CASS DOMÉSTICO NO BRASIL EM 2027	35
TRANSPORTES - AEROPORTOS - AEROPORTO DE JI-PARANÁ RECEBERÁ R\$ 35 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO	35
INFRAESTRUTURA - SENADO APROVA PROJETO QUE PROÍBE BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO DE AGÊNCIAS REGULADORAS	36
ENERGIA - ABRACE ENERGIA VÊ CP 33 E AUTORREGULAÇÃO COMO AVANÇO PARA O SETOR	37
MINERAÇÃO - É POSSÍVEL O BRASIL LIDERAR DEBATE GLOBAL SOBRE MINERAIS CRÍTICOS, DIZ IBRAM	38
PETRÓLEO E GÁS - OPEP VÊ BRASIL COMO MOTOR DA EXPANSÃO DA OFERTA DE PETRÓLEO	41
PETRÓLEO E GÁS - PAÍS SENTIU MENOS ALTA DE PREÇOS, DIZ INEEP	42



ESG - OAB LANÇA MANUAL PARA ORIENTAR ATUAÇÃO JURÍDICA NO MERCADO DE CARBONO	42
FINANÇAS - ECONOMIA BRASILEIRA CRESCER 0,1% EM ABRIL, ESTIMA PRÉVIA DA FGV	44
FINANÇAS - REDUÇÃO DA SELIC NÃO AGRADA ENTIDADE	45
FINANÇAS - BANCO CENTRAL FACILITA ABERTURA DE CONTAS EM MOEDA ESTRANGEIRA	46
FINANÇAS - IBOVESPA DESTOA DE NY E RECUA 0,10%	47
JUSTIÇA - PGR SE MANIFESTA CONTRA SUSPENSÃO IMEDIATA DA LEI DA DOSIMETRIA	47
JUSTIÇA - DELEGADO QUER OUVIR BOLSONARO SOBRE ARMA	48
JUSTIÇA - GILMAR PROPÕE SÚMULA PARA CONTER PAUTAS-BOMBA NO CONGRESSO	49
JUSTIÇA - NUNES MARQUES CONDENA DISCURSO DE ÓDIO	50
INTERNACIONAL - IRÃ CONFIRMA PASSAGEM GRATUITA, MAS PRETENDE MONITORAR ORMUZ.....	51
JORNAL O GLOBO – RJ.....	53
MORRE NO RIO, FUNDADOR E PRESIDENTE DE HONRA DA ABRATEC, SÉRGIO SALOMÃO	53
PETROBRAS APROVA INVESTIMENTO DE US\$ 1,2 BI EM NOVA FÁBRICA DE BIOQUEROSENE DE AVIAÇÃO E DIESEL RENOVÁVEL.....	53
BRASIL CAI SETE POSIÇÕES EM RANKING QUE MEDE COMPETITIVIDADE GLOBAL E VOLTA AO PIOR NÍVEL DOS ÚLTIMOS ANOS.....	54
MINISTRO DA FAZENDA DIZ QUE PAUTAS-BOMBA PODEM COLOCAR BRASIL EM SITUAÇÃO RUIM: 'QUEM ASSUMIR EM 2027 VAI TER DIFICULDADE PARA FECHAR CONTAS'	56
APÓS MISSÃO BRASILEIRA NA VENEZUELA, ITAMARATY FALA EM OPORTUNIDADES EM EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO PAÍS.....	58
GOVERNO LIBERA R\$ 8 BILHÕES EM CRÉDITO A AÉREAS PARA REDUZIR IMPACTO DE CONFLITO ENTRE EUA E IRÃ NO CUSTO DE VOOS	59
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	60
NOVA ESTAÇÃO DO MONOTRILHO ATÉ O AEROPORTO DE CONGONHAS INAUGURA ATÉ O FIM DO MÊS; SAIBA QUAL	60
COMO O SUPER EL NIÑO PREVISTO PARA OS PRÓXIMOS MESES PODE DEIXAR A CONTA DE LUZ MAIS CARA EM 2027?	63
VALOR ECONÔMICO (SP).....	66
CONHEÇA A CADEIA COMPLEXA QUE FORMA O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	66
CSN AINDA NÃO PAGOU O QUE ESTÁ VENDENDO	68
COM DIVISÃO DA RAÍZEN, DUAS GESTORAS ESPECIALIZADAS PODEM FICAR COM AÇÕES DE CREDORES	68
EL NIÑO DEVE AFETAR ESCOAMENTO DE CARGAS POR HIDROVIA NO ARCO NORTE	69
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	70
SETOR SE DESPEDE DE SÉRGIO SALOMÃO, DA ABRATEC.....	70
EMPRESA EXPORTA 17 LOCOMOTIVAS PRODUZIDAS EM MG VIA PORTO DO AÇU	71
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE IMBITUBA ULTRAPASSA 3,29 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ MAIO	71
PORTO DE ITAJAÍ AVANÇA EM PROJETO ESTRATÉGICO PARA IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL DE CRUZEIROS	72
PORTO SUDESTE ATINGE 20% DAS OBRAS DO PRIMEIRO DOLFIN PARA STS	73
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025 DA OCEANPACT APONTA ALTA DE 6% NAS EMISSÕES E AVANÇO EM DESCARBONIZAÇÃO	74
SUAPE CRESCER 26,9% E MOVIMENTA 11,2 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ MAIO	75
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	76
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM.....	76



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CANAL DO PORTO DE SANTOS TERÁ ROCHAS RETIRADAS PARA VIABILIZAR APROFUNDAMENTO NO LITORAL DE SÃO PAULO

Licença do Ibama autoriza derrocagem em três pontos do canal a partir de julho Bárbara Farias 19 de junho de 2026 às 10:41

Por Modificado em 19 de junho de 2026 às 11:32



Intervenções ocorrerão entre julho e outubro em três pontos do canal de navegação do cais santista (Alexsander Ferraz/AT)

A derrocagem, que consiste na retirada de rochas do canal aquaviário do Porto de Santos, iniciará em julho. O serviço, que é indispensável para o aprofundamento do canal aquaviário de 15 para 16 metros, já conta com a Licença de Instalação (LI) concedida à Autoridade Portuária de Santos (APS) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os trabalhos serão realizados pela DTA

Engenharia 11 meses após a assinatura do contrato com a APS.

Um estudo recebido pela Autoridade Portuária em 2025 identificou 31 pontos rochosos existentes na entrada, no meio (em frente ao Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais) e no final do estuário, próximo à Ilha Barnabé, além de áreas de acesso e berços de atracação.

Segundo a administração do Porto de Santos, as intervenções ocorrerão entre julho e outubro em três pontos do canal de navegação: Pedra do Barroso, nas proximidades da Ilha Barnabé; Pedra do Itapema, próxima aos terminais de Outeirinhos; e Pedra do Teffé, nas proximidades do terminal de passageiros Concais.

A derrocagem fragmenta e retira rochas que são impossíveis de serem removidas pela dragagem convencional. A emissão da licença assegura que as obras serão realizadas em estrito acordo com as normas ambientais vigentes.

Em entrevista coletiva no Parque Valongo, na quarta-feira, o presidente da APS, Anderson Pomini, comemorou a obtenção da licença ambiental. "A empresa já vai começar as obras. Já conseguiu a licença ambiental para a derrocagem que, justamente, antecede o aprofundamento do canal do Porto de Santos para 16 metros".



"A empresa já vai começar as obras. Já conseguiu a licença ambiental para a derrocagem que, justamente, antecede o aprofundamento do canal do Porto de Santos para 16 metros", Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS) (Alexsander Ferraz/AT)

Técnica

De acordo com a APS, antes da fragmentação das rochas, as equipes vão retirar cerca de 12 mil metros cúbicos de sedimentos acumulados. A técnica empregada nas rochas

será a derrocagem “a frio”, que não utiliza explosivos. O método emprega apenas impactos mecânicos controlados por meio de um equipamento chamado trépano. Em seguida, os fragmentos são retirados com uma garra acoplada a uma draga.

O material retirado do fundo do canal terá destinações específicas. Os sedimentos serão levados ao Polígono de Disposição Oceânica (PDO), na quadricula Q7. Já as rochas serão encaminhadas para áreas nos bairros Alemoa e Sabó e poderão ser reaproveitadas em obras de interesse público, promovendo o uso sustentável dos recursos oriundos da intervenção.

Durante as obras, o tráfego de embarcações poderá sofrer interrupções parciais pontuais nos trechos de intervenção. A operação seguirá protocolos rígidos de segurança marítima e contará com monitoramento ambiental contínuo.

Contrato

A DTA assinou um contrato válido por 18 meses se responsabilizando pela elaboração dos projetos básico e executivo e a retirada do material rochoso cujo volume é estimado em 12 mil m³. O investimento é de aproximadamente R\$ 17 milhões.

Autorização

A Autoridade Portuária de Santos (APS) obteve do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a Licença de Instalação (LI) 1.562/2026, que autoriza a remoção de rochas do fundo do canal de navegação do Porto de Santos. A derrocagem fragmenta e retira rochas que são impossíveis de serem removidas pela dragagem convencional.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/06/2026

MP DO FRETE AVANÇA EM BRASÍLIA COM ANISTIA A MULTAS DE BLOQUEIOS PÓS-ELEIÇÃO

Texto aprovado pela Câmara segue ao Senado, reforça piso do frete e cria salário mínimo de R\$ 5 mil para motoristas

Do Estadão Conteúdo 19 de junho de 2026



MP institui um piso salarial nacional de R\$ 5 mil mensais para motoristas profissionais empregados em operações de longa distância (Alexsander Ferraz/AT)

Seguiu para o Senado a Medida Provisória (MP) 1.343/2026, conhecida como MP do Frete, aprovada na noite de quarta-feira pela Câmara dos Deputados. O texto, uma iniciativa do Governo Federal, impede a geração do Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot) em desconformidade com o piso de frete ou na ausência das informações exigidas. O código

é o registro obrigatório das operações de transporte rodoviário de cargas e passou a funcionar também como instrumento de controle prévio.

O texto que seguiu ao Senado carrega um acréscimo: a anistia às multas judiciais, administrativas e civis impostas a caminhoneiros e transportadores que participaram dos bloqueios de rodovias após as eleições de 2022. A anistia foi incluída pelo deputado federal Zé Trovão (PL-SC), relator da MP. Caminhoneiro e uma das lideranças das mobilizações bolsonaristas do setor, ele chegou a ser preso por ordem Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de organizar manifestações violentas e incitar invasões à Corte.

A anistia aprovada cancela multas e abrange valores já inscritos em dívida ativa. O benefício vale para transportadores, pessoas físicas, jurídicas e motoristas. O perdão às multas entrou como um “jabuti” - jargão para emenda ou trecho inserido em um projeto de lei ou MP que não tem nenhuma relação com o tema principal.

O objetivo central da MP é reforçar o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, criada em 2018 após uma greve nacional de caminhoneiros que paralisou o País por dez dias.

O texto cria a obrigatoriedade de registro eletrônico de todas as operações de transporte por meio do Ciot, que deverá conter os dados do contratante, do contratado, o valor do frete e a forma de pagamento. A medida estabelece uma trava: o sistema não permitirá a geração do código para operações com valor abaixo do piso mínimo fixado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Para quem descumprir as regras, o texto prevê uma escala de punições. Empresas que contratarem fretes abaixo do piso de forma reiterada poderão ter o registro suspenso.

O texto também institui um piso salarial nacional de R\$ 5 mil mensais para motoristas profissionais empregados em operações de longa distância.



CNI afirma que medida ampliou preocupações ao reforçar a fiscalização e endurecer as penalidades (Alexsander Ferraz/AT)

Política eleva custos do frete, afirma pesquisa da indústria A política de valores mínimos elevou em 16,4%, em média, os custos do frete rodoviário em comparação a um cenário de livre negociação, na avaliação da indústria. Estudo divulgado na quarta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizado com 1.571 empresas industriais entre os dias 1º e 13 de abril, mostra que o impacto deve ser ainda maior às pequenas

e médias empresas no Nordeste do País.

Para esse recorte, a alta no custo com os impactos da política dos pisos mínimos pode chegar a 19%, no caso das pequenas empresas, e de 18% para as médias. Entre as grandes empresas, a alta é de 14%. A percepção dos impactos também varia entre regiões. As empresas localizadas no Nordeste registram o maior aumento médio nos custos de transporte, de 20,3%, seguidas pelas do Norte, com 17,2%.

“Os resultados sugerem que características logísticas dessas regiões, como a maior dependência do transporte rodoviário e a relevância das operações de frete de retorno, ampliam os efeitos da política de pisos mínimos sobre os custos das empresas”, afirma a pesquisa.

A sondagem mostra ainda que 94% das empresas industriais que contratam transporte rodoviário identificam impactos negativos da política de pisos mínimos sobre os custos do frete. Além disso, 64% classificam esses efeitos como altos ou muito altos.

Segundo a CNI, oito em cada dez empresas consideram que a metodologia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para definir os pisos mínimos está parcial ou totalmente desalinhada da realidade operacional do setor.

A CNI afirma que a MP do Frete ampliou as preocupações da indústria ao reforçar os mecanismos de fiscalização e endurecer as penalidades para o descumprimento da tabela de fretes.

'FUMAÇA' DIFERENTE CHAMA ATENÇÃO NO PORTO DE SANTOS E GERA PREOCUPAÇÃO NO LITORAL DE SÃO PAULO; VÍDEO

Incidente que parecia incêndio em navio foi registrado nesta quinta-feira (18)

Da A Tribuna.com.br 18 de junho de 2026



Material particulado disperso no ar durante embarque de farelo de soja no Porto de Santos fez algumas pessoas acharem que se tratava de um incêndio no navio (Reprodução)

A dispersão de material particulado no ar proveniente do embarque de farelo de soja no Terminal de Granéis do Guarujá (TGG), na margem esquerda do Porto de Santos, no litoral de São Paulo, chamou a atenção nesta quinta-feira (18).

Imagens registradas em vídeo ao qual A Tribuna teve acesso mostram a quantidade de material particulado suspensa no ar. Segundo a programação de navios informada no site do TGG, aproximadamente 69,9 mil toneladas do produto foram embarcadas no graneleiro MV Myrsini, da armadora Diana Shipping Inc. O navio com destino à China tem partida agendada para esta sexta-feira (19).

Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), “após contato, o terminal informou que iria reduzir a operação”. A reportagem de A Tribuna contatou o TGG e as empresas responsáveis pelo terminal — Rumo, Amaggi e Bunge —, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.

Já a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) informou que não foi acionada sobre o caso.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 19/06/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

CORRIDA PELAS BATERIAS MOBILIZA EMPRESAS DE ENERGIA EM PERNAMBUCO

As empresas se preparam para concorrer aos leilões de baterias que vai trazer mais competitividade as renováveis do Nordeste

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Projeto de Pacaraima implantado pela OnCorp em Roraima já usa energia térmica, baterias tipo BESS e geração solar fotovoltaica. Foto: OnCorp/Divulgação

Começou a corrida para participar dos leilões que vão contratar o armazenamento em baterias e pelo menos três empresas que atuam em Pernambuco devem participar do futuro certame, promovido pelo Ministério de Minas e Energia nos dias 02 e 04 de dezembro próximos. As empresas – da área de energia ou de produção

de baterias – estão se associando com outras maiores e que possuem expertise, principalmente na fabricação de baterias. Com escritório em Recife, a OnCorp já anunciou a sua participação na

concorrência. “A nossa intenção é reforçar a estratégia de diversificação de ativos e o nosso compromisso com a modernização da matriz energética nacional. A companhia avalia oportunidades em diferentes regiões do país, aproveitando uma importante vantagem competitiva: a disponibilidade de capacidade de conexão e escoamento de energia em ativos já existentes do grupo”, comenta o presidente da OnCorp, João Mattos.

Segundo ele, essa condição permite o desenvolvimento de projetos mais eficientes, com menor prazo de implantação, reduzida necessidade de investimentos adicionais em infraestrutura de conexão e maior competitividade econômica. A OnCorp tem experiência no uso de baterias e participou da implantação da primeira usina híbrida do Brasil em sistemas isolados, a UTX Pacaraima, localizada no extremo norte de Roraima. O projeto combinou tecnologias como geração térmica, energia solar fotovoltaica e armazenamento em baterias. A instalação deste empreendimento contribuiu para a redução do consumo de combustíveis fósseis, muito comum nos sistemas isolados da Amazônia.

“O armazenamento de energia será um dos principais vetores de transformação do setor elétrico brasileiro nos próximos anos”, disse João Mattos, acrescentando que estes sistemas de baterias vão desempenhar papel fundamental para aumentar a confiabilidade do sistema, otimizar o uso da infraestrutura de transmissão e contribuir para a segurança energética do país.

Além do Recife, a OnCorp também tem escritórios em São Paulo e Recife e atua nos segmentos de geração de energia, infraestrutura energética e soluções integradas para o setor elétrico. A companhia possui mais de 500 MW de capacidade instalada em usinas termelétricas no Brasil e na Argentina e é responsável pela implantação do Terminal de Regaseificação de Suape (TRS), em Pernambuco. A empresa também venceu projetos de geração a gás natural no último Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP).

Também devem participar do leilão outras empresas com sede em Pernambuco, como a Kroma Energia e a Baterias Moura que produz, há alguns anos, sistemas tipo BESS no Agreste de Pernambuco. Oficialmente, a Baterias Moura se pronunciou apenas em nota dizendo que acompanha “de forma permanente as discussões sobre o avanço da transição energética no Brasil e acreditamos que o fortalecimento da cadeia produtiva nacional é um fator relevante para o desenvolvimento sustentável do país, a geração de empregos qualificados e o estímulo à inovação tecnológica” e que a empresa contribui para este “debate a partir de sua experiência industrial, técnica e de pesquisa, sempre de forma alinhada às diretrizes regulatórias e institucionais do setor”.



O armazenamento em baterias pode diminuir os cortes de geração das usinas eólicas e solares. Foto: koiguo | Getty Images

Projetos de Minas Gerais e do NE terão diferencial no leilão das baterias

O armazenamento da energia renovável em grandes sistemas de baterias pode diminuir os cortes de geração, quando as empresas são obrigadas a produzir menos do que o previsto devido a uma determinação do

Operador Nacional do Sistema (ONS). Os sistemas de baterias a serem instalados no Nordeste terão uma vantagem na concorrência, caso estejam próximos aos 129 pontos de conexão citados no edital do certame, localizados no Nordeste e em Minas Gerais. Eles vão ganhar uma pontuação extra pela localização.

O uso do armazenamento em baterias nestes pontos pode diminuir os cortes de geração no Nordeste que trouxeram uma perda de receita estimada em R\$ 6 bilhões às usinas de geração renovável, concentradas na região. Muitos empreendimentos de energia renovável desistiram da região por causa da incerteza provocada pelos cortes nas suas receitas.



Os leilões vão ocorrer nos dias 02 e 04 de dezembro próximos. O primeiro vai exigir que as empresas apresentem um mínimo de conteúdo nacional definido pelo governo federal. O segundo contará com a participação de todos os projetos de sistemas a baterias.

Os interessados em concorrer ao leilão devem fazer o cadastramento dos empreendimentos junto à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) até as 12h de 31 de julho de 2026. As inscrições começaram na segunda-feira (15). Nesse período, os empreendedores devem apresentar a ficha de dados do projeto e a documentação exigida pela EPE.

Para concorrer no certame, os projetos devem apresentar uma potência mínima de 30 megawatts (MW) capacidade de operação contínua por pelo menos quatro horas, eficiência mínima de 85% e tempo máximo de recarga de seis horas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/06/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DIVULGADA PAUTA DA 612ª REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA

ROD será em modelo virtual, com início às 14h do dia 22/06 e fim às 17h do dia 24/06

Brasília, 19/06/2026 - A 612ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada (ROD) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) começará no dia 22/06 às 14h e irá até as 17h do dia 24/06. Dessa vez, a sessão será no modelo virtual, onde cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões.

Antes da ROD, as partes e demais interessados poderão solicitar a realização de sustentação oral, pessoalmente ou por meio de procuradores devidamente constituídos. Se o pedido for aprovado, a manifestação será realizada em reunião presencial posterior.

Vale lembrar que o preenchimento do formulário e envio dos documentos deverão ser feitos com antecedência mínima de 24 horas úteis (horário de Brasília) da reunião na qual o processo está pautado. Solicitações efetuadas após as 14h de hoje (19) serão desconsideradas.

Confira a pauta da 612ª ROD.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/atas-e-pautas-das-reunioes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 19/06/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

GOVERNO DO BRASIL FAZ NOVA PARCERIA COM A JETSMART E AMPLIA CONEXÃO COM A ARGENTINA

Venda de passagens para Buenos Aires pela companhia de baixo custo começa em julho; voos terão início em dezembro



Seis homens de terno posam lado a lado em uma sala de escritório, sobre piso de madeira, entre eles está o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca. Ao fundo, há bandeiras em mastros e um quadro abstrato na parede. À direita, uma ampla janela de vidro deixa entrar a luz natural. Todos sorriem para a foto.

Nova rota operada pela JetSmart acompanha o crescimento da demanda entre Brasil e Argentina.
Foto: Matheus Fagundes - AESCOM/MPor

A partir de julho, o Brasil amplia a sua conectividade aérea internacional. A companhia chilena, JetSmart, de baixo custo, passará a operar voos diretos entre Maceió (AL) e Buenos Aires, fortalecendo a ligação entre Brasil e Argentina, e aumentando as opções para os passageiros. O anúncio foi feito pelo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, durante visita oficial ao país vizinho, após reunião com o fundador e CEO da companhia aérea, Estuardo Ortiz. As vendas de passagens da nova rota começam em julho e os voos terão início em dezembro deste ano.

“É mais uma rota da companhia no Brasil, que já transportou mais de um milhão de passageiros entre cidades brasileiras e destinos da América do Sul. A ampliação da oferta de voos internacionais está na agenda do Ministério de Portos e Aeroportos para atender a demanda crescente de passageiros internacionais”, destacou Tomé Franca.

Para Estuardo Ortiz, a nova ligação representa mais uma oportunidade para fortalecer o intercâmbio entre os dois países. “Esperamos vocês a bordo e que sigam voando conosco”, afirmou.

Conexão em alta

A nova rota acompanha o crescimento da demanda entre Brasil e Argentina. Em 2025, cerca de 4,8 milhões de passageiros viajaram entre os dois países. Principal destino internacional dos brasileiros no ano passado, a Argentina respondeu por 16,73% das viagens do Brasil para o exterior, à frente dos Estados Unidos (16,46%) e do Chile (11,97%).

Os argentinos também lideraram o fluxo de visitantes estrangeiros no Brasil, com mais de 3,1 milhões de turistas em 2025, volume 82% superior ao registrado em 2024.

Mais concorrência e tarifas acessíveis

Presente em diversos países da América Latina, como Argentina, Peru e Colômbia, a JetSmart tem como marca a oferta de passagens a preços competitivos. A expansão das operações no Brasil é resultado do ambiente favorável à atração de novas empresas e ao fortalecimento da conectividade regional.

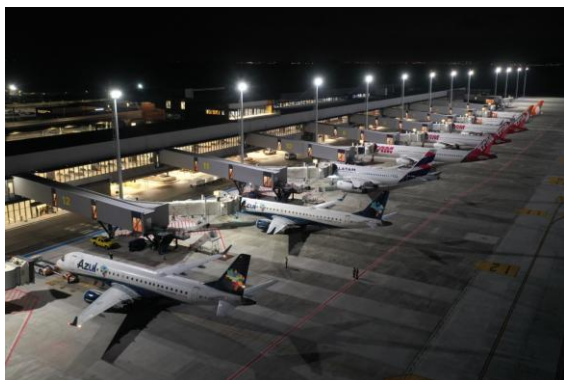
Com a inclusão de Maceió, a companhia passa a atender mais uma cidade brasileira. Atualmente, a JetSmart já opera voos em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Foz do Iguaçu (PR), Florianópolis (SC), Recife (PE) e Natal (RN), consolidando sua presença no país.

“Encerramos 2026 com mais uma rota da JetSmart operando no Brasil. A chegada da companhia a Maceió reforça nosso compromisso de ampliar a conectividade e aproximar ainda mais os países da América do Sul, oferecendo mais opções e tarifas competitivas aos passageiros”, comemorou o ministro Tomé Franca.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 19/06/2026

COM MOVIMENTAÇÃO DE 4,7 MILHÕES DE PASSAGEIROS, REGIÃO SUL REGISTRA MELHOR QUADRIMESTRE DA SÉRIE HISTÓRICA

Resultado dos quatro primeiros meses de 2026 representa crescimento de quase 11% em relação ao mesmo período do ano passado



Pátio do Aeroporto de Florianópolis

A aviação civil na Região Sul do Brasil alcançou o melhor desempenho para o primeiro quadrimestre da década. Levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos revelou que, entre janeiro e abril de 2026, os aeroportos da região movimentaram 4,7 milhões de passageiros, entre embarques domésticos e internacionais, resultado 10,9% superior ao registrado no mesmo período de 2025.

Os embarques domésticos somaram 4,25 milhões de passageiros nos quatro primeiros meses do ano, avanço de 9,8% em relação ao mesmo período de 2025. Já os embarques internacionais atingiram 474,4 mil passageiros, crescimento de 11,4% na comparação anual.

O resultado consolida a recuperação e a expansão da conectividade aérea na Região Sul, que concentra alguns dos principais aeroportos do país e desempenha papel estratégico para o turismo e para os negócios.

Entre os terminais com maior movimentação no período, destacam-se o Aeroporto Internacional de Porto Alegre, com 1,2 milhão de embarques domésticos e internacionais, seguido pelos aeroportos de Curitiba (953,6 mil passageiros), Florianópolis (1,05 milhão), Foz do Iguaçu (450,9 mil) e Navegantes (376,4 mil).

O volume de passageiros registrado no primeiro quadrimestre de 2026 supera não apenas os resultados dos últimos anos, mas também os níveis observados antes da pandemia de Covid-19, demonstrando a força da retomada do setor aéreo e a crescente demanda por transporte aéreo na região.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, os resultados confirmam a importância dos investimentos para sustentar a expansão do setor. “A aviação é um importante vetor de desenvolvimento econômico e integração nacional. Estamos trabalhando para fortalecer a infraestrutura aeroportuária, aumentar a eficiência dos terminais e criar condições para que mais brasileiros tenham acesso ao transporte aéreo”, afirmou.

O desempenho do mercado internacional também merece destaque. Com quase meio milhão de passageiros embarcados para destinos fora do país, a Região Sul reforça sua posição como importante porta de entrada e saída de turistas e viajantes de negócios, especialmente por meio dos aeroportos de Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. A expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos é de que o ritmo de crescimento seja mantido ao longo de 2026.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/06/2026

BRASIL E ARGENTINA AVANÇAM EM DIÁLOGO PARA AMPLIAR CONECTIVIDADE AÉREA REGIONAL

No segundo dia da missão oficial em Buenos Aires, ministro Tomé Franca participou de reuniões com autoridades e empresas do setor para discutir cooperação e integração aérea na América do Sul



O ministro de Portos e Aeroportos, **Tomé Franca**, concluiu nesta quinta-feira (18) missão oficial em Buenos Aires, na Argentina, para fortalecimento da cooperação entre os países da América do Sul nas áreas portuária, hidroviária e aeroportuária. A agenda reuniu representantes dos governos brasileiro e argentino, organismos regionais, entidades setoriais e empresas dos setores de infraestrutura e transporte.

A programação do segundo dia da missão teve foco na ampliação da conectividade aérea regional e no aprofundamento do diálogo entre Brasil e Argentina sobre o desenvolvimento do setor. A agenda em Buenos Aires incluiu reuniões com representantes do setor aéreo sul-americano e executivos da chilena JetSmart.

Segundo o ministro **Tomé Franca**, o fortalecimento da integração aérea regional é um passo importante para aproximar países, ampliar oportunidades econômicas e impulsionar o turismo. “Brasil e Argentina têm um papel estratégico para a conectividade aérea da América do Sul. O fortalecimento do diálogo entre governos, operadores aeroportuários e companhias aéreas ajuda a criar oportunidades para ampliar rotas, aproximar mercados e oferecer mais opções de deslocamento para passageiros e empresas dos dois países”, afirmou.

Integração aérea regional

Os encontros abordaram temas relacionados à ampliação da conectividade regional, ao ambiente de negócios para o setor aeroportuário e às oportunidades de fortalecimento das ligações aéreas entre os países da região.

Também foram realizadas reuniões com autoridades do transporte aéreo argentino para discutir o aprofundamento da cooperação bilateral, a ampliação da conectividade entre os dois países e o intercâmbio de experiências regulatórias visando desenvolver o mercado aéreo sul-americano.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 19/06/2026



Empreendimento inclui novo terminal ferroviário em Dom Aquino e amplia a capacidade logística do agronegócio brasileiro

O ministro dos Transportes, George Santoro, participa neste sábado (20), ao lado do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, da cerimônia de entrega da primeira fase da extensão da Malha Norte e do terminal ferroviário da BR-070, em Dom Aquino (MT).

Com mais de R\$ 5 bilhões em investimentos privados da concessionária Rumo, a primeira etapa do empreendimento, executada pela empresa, contempla a implantação de 162 quilômetros de ferrovia em novo traçado. A intervenção amplia a conexão das regiões produtoras de Mato Grosso à malha ferroviária nacional e ao Porto de Santos. A obra integra o Novo PAC, programa de investimentos coordenado pelo Governo do Brasil, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais.

A agenda também marca a entrega do terminal ferroviário da BR-070, estrutura com capacidade para movimentar até 10 milhões de toneladas de grãos por ano. O complexo inicia suas atividades em fase de comissionamento, com operações assistidas e testes ao longo dos próximos meses.

A expansão da Malha Norte integra os esforços de fortalecimento do transporte ferroviário no país para ampliar a capacidade de escoamento da produção, reduzir custos logísticos e contribuir para a competitividade do agronegócio brasileiro nos mercados nacional e internacional.

Serviço

Entrega da primeira fase da extensão da Malha Norte e do terminal ferroviário da BR-070

Data: Sábado, 20 de junho

Horário: 10h (horário local)

Local: Terminal Rodoviário Rumo (BR-070 Dom Aquino/MT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 19/06/2026

SENATRAN ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE VEÍCULOS PELO APLICATIVO CNH DO BRASIL

Contribuições poderão ser enviadas de 19 de junho de 2026 a 19 de julho de 2026; proposta regulamenta a transferência eletrônica de propriedade de veículos com validade nacional

A Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) abriu, nesta sexta-feira (19), consulta pública para receber contribuições à proposta de resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que regulamenta a transferência eletrônica de propriedade de veículos no Brasil. Os interessados poderão enviar sugestões até 19 de julho por meio da plataforma Brasil Participativo.

A proposta regulamenta alteração recente feita no Código de Trânsito Brasileiro pela Lei nº 15.153/2025, que passou a prever expressamente a transferência de propriedade de veículos por meio eletrônico, com assinatura eletrônica avançada ou qualificada e validade nacional.

Com a nova regulamentação, a transferência eletrônica poderá ser feita diretamente pelo aplicativo. A proposta reúne, em um único ambiente digital, etapas como manifestação de intenção de venda, assinatura eletrônica das partes, comunicação de venda, liquidação financeira da operação e emissão do novo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio digital (CRLV-e).

“Nosso objetivo é oferecer ao cidadão uma alternativa que reúna, em um único ambiente, todas as etapas da transferência de veículos, com segurança, praticidade e validade nacional. A consulta pública é uma oportunidade para receber contribuições da sociedade e garantir que a regulamentação atenda às necessidades dos usuários”, afirmou o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.



Um dos diferenciais da solução nacional será a possibilidade de realizar a liquidação financeira dentro do próprio aplicativo. Isso permitirá que o pagamento do veículo, a quitação de débitos, o recolhimento de taxas e a efetivação da transferência ocorram de forma coordenada, reduzindo riscos para compradores e vendedores.

Com isso, o cidadão não precisará repetir informações ou apresentar documentos em diferentes etapas do processo. A ideia é que o processo seja rastreável, integrado e mais transparente do início ao fim.

Outra mudança importante é que, na transferência eletrônica, não será mais necessário ir ao cartório para reconhecer firma. As assinaturas do vendedor e do comprador poderão ser feitas eletronicamente no próprio aplicativo, com autenticação segura e validade jurídica.

A minuta também permite que os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) desenvolvam e disponibilizem suas próprias soluções de transferência eletrônica, desde que observem os padrões nacionais de segurança, interoperabilidade e integração com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Assim, a política não impõe um único caminho. Ela amplia as opções disponíveis ao cidadão.

Ao mesmo tempo, a transferência convencional será mantida. Os proprietários que preferirem utilizar os procedimentos atualmente adotados poderão realizar a transferência pelos canais tradicionais dos órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal.

A iniciativa integra a agenda de transformação digital da Senatran e busca tomar a transferência de veículos mais simples, acessível e segura, com o app CNH do Brasil como principal porta de entrada para o novo serviço.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 19/06/2026

MINISTRO DOS TRANSPORTES GEORGE SANTORO ENTREGA TRECHO DA OBRA DE DUPLICAÇÃO DA BR-080

Rodovia será toda pavimentada em concreto e os serviços executados alcançaram 20% de conclusão

O ministro dos Transportes, George Santoro, entregará nesta segunda-feira (22) oito quilômetros de duplicação da rodovia BR-080, em Brazlândia. O trecho entre os quilômetros 2 e 10 integra a duplicação de 24,6 quilômetros da rodovia, uma obra aguardada há décadas pela população do Distrito Federal. Com a nova etapa, o empreendimento alcança 20% de execução.

O Governo do Brasil investe R\$ 407,8 milhões na pavimentação em concreto da rodovia, cujas obras contemplam 24,6 quilômetros de extensão com recursos do Novo PAC voltados à ampliação da capacidade da malha rodoviária federal.

A rodovia é uma das principais portas de saída de Brasília em direção ao Estado de Goiás. Serão beneficiados diretamente os moradores da região de Brazlândia, importante polo produtor de frutas e hortaliças do Distrito Federal.

Cobertura de imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Entrega da duplicação da BR-080, em Brazlândia-DF

Data: Segunda-feira, 22 de junho

Horário: 11h

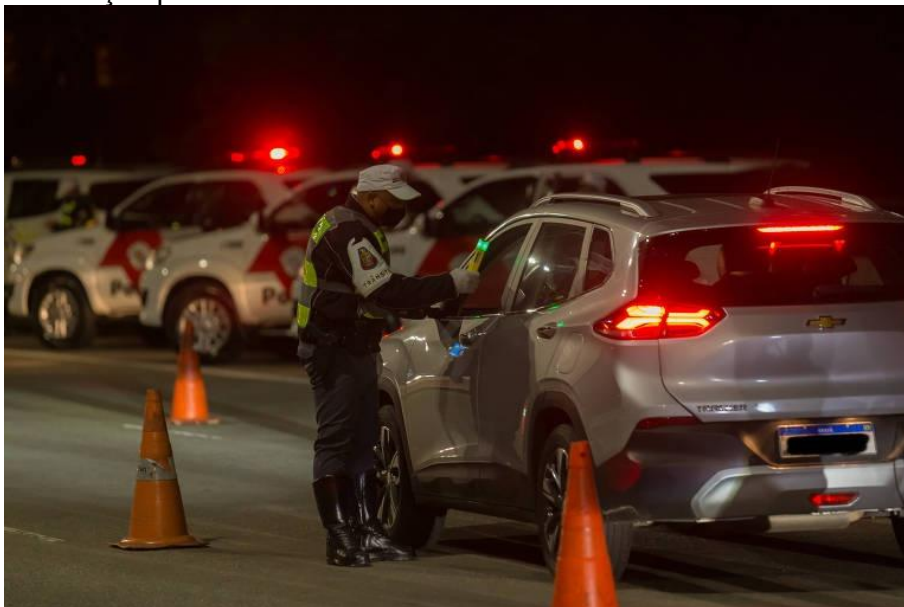
Local: BR-080, Km 2 - Brazlândia/DF

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 19/06/2026

LEI SECA CHEGA À MAIORIDADE E REFORÇA O COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO DE VIDAS NO TRÂNSITO

Representantes do Ministério dos Transportes participaram de discussões sobre futuro da legislação e fortalecimento da educação para o trânsito



Mais do que uma legislação, a iniciativa ajudou a transformar a relação dos brasileiros com a direção segura. - Foto: Reprodução/Portal UOL

Há 18 anos, em 19 de junho de 2008, o Brasil estabeleceu um novo marco para a segurança viária: álcool e direção não combinam. Desde então, a Lei Seca ajudou a ampliar a percepção de risco entre os condutores e consolidou a preservação de vidas como um compromisso permanente do Estado e da sociedade.

Ao longo desse período, a legislação deixou de ser apenas um instrumento de fiscalização para se tornar uma política pública que reforça a responsabilidade individual no trânsito. Mais do que punir infrações, a norma ajudou a construir uma cultura de prevenção baseada na conscientização e na adoção de comportamentos mais seguros ao volante.

Debate permanente

Mesmo após quase duas décadas de vigência, a iniciativa permanece no centro das discussões sobre segurança viária no país. A necessidade de fortalecer ações educativas e ampliar a conscientização da população demonstra que a preservação de vidas exige um esforço contínuo e permanente.

Esse debate segue mobilizando diferentes instituições. Nesta semana, representantes do Ministério dos Transportes participaram de um seminário promovido pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados para discutir os resultados alcançados pela legislação e a necessidade de reforçar as estratégias de conscientização e educação para o trânsito.

Compromisso coletivo

Dezoito anos depois da criação da Lei Seca, os dados mostram que a combinação entre álcool e direção continua sendo um desafio para a segurança viária brasileira. O cenário reforça a necessidade de manter ações permanentes de educação para o trânsito e ampliar a conscientização da população sobre os riscos desse comportamento.

Para o coordenador-geral de Sistemas de Informação e Estatística da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Pedro Barbosa, a preservação de vidas continua sendo o principal propósito da legislação. "A Lei Seca vai além das penalidades previstas na legislação. Ela representa um compromisso

permanente com a preservação de vidas e com a construção de uma cultura de responsabilidade no trânsito”, destaca.



Para mais detalhes, acesse o relatório completo aqui.

https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2026/arquivos/lei_seca_18_anos-1.pdf

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 19/06/2026

NOVO VIADUTO ELIMINA ESPERA POR TRENS, AUMENTA SEGURANÇA E MELHORA CIRCULAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

Estrutura acaba com interrupções provocadas pela ferrovia em São João de Meriti e beneficia quase meio milhão de moradores



O investimento total na região será de R\$ 200 milhões e prevê outras obras de urbanização em um trecho de 14 quilômetros a partir do novo viaduto - Foto: Michel Corvello/MT

O ministro dos Transportes, George Santoro, entregou nesta quinta-feira (18) o viaduto Roberto Mattos Costa, conhecido como Betão de Madureira, em São João de Meriti (RJ). Com aporte de R\$ 62 milhões, a estrutura atende a uma demanda aguardada há décadas pelos moradores, que conviviam com os reflexos da operação ferroviária sobre os deslocamentos no município.



Os moradores comemoram a entrega da obra e destacam os ganhos para a segurança viária. “O viaduto trará mais proteção para os moradores, principalmente para as crianças, pois aqui ocorrem muitos acidentes envolvendo motos no cruzamento e nas cancelas. Com o viaduto e as rotatórias, esses casos tendem a diminuir”, afirma a empresária Roberta Pinheiro.

A intervenção melhora a conexão entre diferentes regiões da cidade e garante mais fluidez ao trânsito, segurança e acessibilidade para quem circula.

Segundo George Santoro, o projeto receberá R\$ 200 milhões em investimentos ao longo de todas as etapas, sendo R\$ 62 milhões destinados à construção do viaduto. As próximas fases, que incluem obras de urbanização, serão executadas até o próximo ano.

“São João de Meriti é a cidade com a maior concentração populacional por metro quadrado do país, por isso, um investimento desse tamanho é muito importante. Temos feito um trabalho muito relevante e chegamos aqui hoje para inaugurar esse viaduto tão necessário para a cidade”, afirmou o ministro.

Agora, quase meio milhão de pessoas que vivem em São João de Meriti, conforme a última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deixam de enfrentar os períodos de espera provocados pela passagem dos vagões. Com a intervenção no cruzamento entre a Via Dutra (BR-116) e a Via Light (RJ-081), a circulação passa a ocorrer de forma mais ágil e sem a necessidade de interromper o trânsito por conta da ferrovia.

Junto à nova estrutura, também foram implantadas duas rotatórias de acesso à Avenida Tancredo Neves, em direção a São Paulo, e à Avenida Ana Brito da Silva, rumo ao Rio de Janeiro, além de faixa de pedestres e ciclofaixa que será integrada com a futura ciclovia da Baixada Fluminense, ampliando a mobilidade urbana do município.

“Este viaduto traz a marca do desenvolvimento. O entendimento que tivemos foi importante porque os moradores daqui precisam de uma infraestrutura que contribua para a qualidade de vida e ofereça mais segurança às nossas crianças”, afirmou.

Investimento ferroviário

As obras executadas fazem parte do plano de investimentos previsto na renovação da concessão da MRS Logística. Pelo trecho ferroviário, a empresa transporta, principalmente, contêineres, insumos siderúrgicos, materiais para a construção civil, minério de ferro e produtos agrícolas destinados aos principais portos da região Sudeste.

“Essa é a segunda inauguração que fizemos no Rio de Janeiro. E nada disso seria possível sem o aporte e os acordos que firmamos com o Governo do Brasil para que pudéssemos usar o recurso da outorga nessas obras. Esses recursos não são só da MRS, também são do Governo do Brasil colocados aqui”, afirmou o diretor de Relações Institucionais da MRS, Gustavo Bambini.

A MRS administra uma malha de 1.643 quilômetros nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, pontua que o novo viaduto trará mais segurança para a população. “Hoje é um dia muito importante para Meriti. O presidente Lula está priorizando a operação ferroviária com segurança para a sociedade com essa obra de grande impacto para o dia a dia das pessoas. A ferrovia não é só para transportar carga, é para trazer desenvolvimento e emprego com bem-estar”

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 19/06/2026

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – SOBRE FINS E RECOMEÇOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Quando uma plataforma offshore ou um navio cargueiro chegam ao fim de sua vida útil, dois caminhos se abrem. No primeiro, eles são vendidos a um estaleiro de desmontagem no sul da Ásia — Bangladesh, Índia ou Paquistão —, onde trabalhadores em condições precárias desmontam o casco à mão, em praias sem piso impermeável, com risco ambiental e humano amplamente documentado. No segundo, são descomissionados e reciclados em instalações adequadas, com controle de resíduos tóxicos, aproveitamento do aço de alta qualidade para a siderurgia e geração de emprego qualificado. O Brasil tem infraestrutura, mão de obra e posição geográfica para competir pelo segundo mercado. Mas, oficialmente, ainda não decidiu, de forma sistemática, que quer fazê-lo.

O workshop promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na semana passada é um passo na direção certa, mas é apenas isso, um passo. O País discute o descomissionamento naval há anos em eventos acadêmicos e setoriais, sem que o debate se converta em política pública com orçamento, cronograma e responsáveis definidos. Enquanto isso, a janela de oportunidade se aproxima. A Petrobras tem diante de si um ciclo extenso de renovação de sua frota de plataformas e navios de apoio offshore, ativos que acumularam décadas de operação e que precisarão ser retirados de serviço em breve. Se o Brasil não construir a capacidade regulatória e a infraestrutura portuária necessárias para absorver esse descomissionamento, a decisão de onde e como essas embarcações serão desmontadas será tomada pelo mercado. E o mercado, sem regulação, tende ao caminho mais barato, que raramente é o mais seguro ou o mais limpo.

As condições estruturais são favoráveis. O Brasil tem estaleiros subutilizados que podem ser adaptados para operações de reciclagem naval, instalações que o ciclo de redução da indústria naval da década passada deixou ociosas e que hoje buscam novos mercados. Tem uma indústria siderúrgica capaz de absorver o aço recuperado no descomissionamento, fechando o ciclo da economia circular com eficiência. Tem o Porto do Açu (RJ) como referência de boas práticas desde 2020, com operações de pré-limpeza que demonstram a viabilidade técnica do modelo em escala real. E tem uma posição geográfica privilegiada no Atlântico Sul, que reduz os custos de transporte das embarcações que seriam enviadas para o sul da Ásia, caso o Brasil não estivesse disponível como alternativa.

O que falta é a decisão política de transformar esse potencial em mercado. Três frentes precisam avançar simultaneamente. A primeira é regulatória: o licenciamento ambiental para operações de descomissionamento naval precisa de um rito específico, com critérios técnicos claros e prazos previsíveis, que não confunda a reciclagem sustentável com as práticas de desmontagem irresponsável que o Brasil e a Convenção de Hong Kong, que regula internacionalmente o setor, pretendem justamente combater.

A segunda é de infraestrutura: os demais portos brasileiros que queiram operar nesse segmento precisam de adequações concretas: piso impermeável, sistemas de contenção de resíduos, planos específicos de reciclagem. E o Governo Federal precisa criar incentivos para que essas adequações aconteçam em escala, não apenas em projetos-piloto isolados. E a terceira é de segurança jurídica: investidores que estruturam operações de descomissionamento precisam de contratos e de um arcabouço regulatório estável o suficiente para suportar o horizonte de retorno desse tipo de ativo.

O BE News defende que o descomissionamento naval é, para o Brasil, uma oportunidade que combina três agendas que raramente se encontram num mesmo projeto: desenvolvimento econômico, geração de empregos qualificados e transição para uma economia de baixo carbono. A reciclagem de uma única plataforma offshore de grande porte recupera dezenas de milhares de toneladas de aço, material cujo reaproveitamento tem pegada de carbono significativamente menor do que a produção

primária. Num país que assumiu compromissos ambientais ambiciosos e que busca diversificar sua base industrial, ignorar esse mercado é desperdiçar uma vantagem comparativa real.

O workshop da Antaq abriu o debate. Agora é preciso que ele chegue onde as decisões são tomadas: ao Ministério de Portos e Aeroportos, ao Ibama, à Petrobras e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. E alcance esses órgãos com propostas concretas, prazos definidos e recursos comprometidos. O Brasil já perdeu, na última década, a janela de construir uma indústria naval competitiva por falta de política de Estado consistente. Não pode perder também a janela de desmontar, de forma sustentável e lucrativa, os navios que essa indústria e o mundo inteiro irão aposentar nos próximos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - OPINIÃO - POR QUE A IMPORTAÇÃO É O PRIMEIRO PASSO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS?



Valter Rezende de Oliveira .'. 2º

Despachante e Assessor Aduaneiro na LC Brokers
Presidente na ADAB - Associação dos Despachantes Aduaneiros do Brasil

Quando se fala em comércio exterior, a imagem mais comum é a de empresas exportando seus produtos para diversos países. Embora a exportação seja um objetivo legítimo e desejável, a realidade das pequenas e médias empresas brasileiras mostra um caminho diferente: a internacionalização, na maioria dos casos, começa pela importação.

Os números mais recentes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) ajudam a compreender esse movimento. Em 2025, o Brasil alcançou o recorde histórico de 29.818 empresas exportadoras. No mesmo período, porém, o país registrou 60.115 empresas importadoras, mais que o dobro do contingente de exportadores. Entre as empresas de menor porte, o crescimento também foi significativamente maior na importação: enquanto 390 micro e pequenas empresas passaram a exportar, 2.624 iniciaram operações de importação.

Esses dados revelam uma característica importante da inserção internacional das empresas brasileiras. Para grande parte das pequenas e médias organizações, o primeiro contato com o Comércio Exterior não ocorre na venda de produtos para outros países, mas na aquisição de insumos, matérias-primas, componentes, máquinas, equipamentos e tecnologias produzidas no exterior.

Trata-se de um movimento natural. Uma empresa que atua exclusivamente no mercado doméstico pode aumentar sua competitividade ao importar equipamentos mais modernos, matérias-primas de melhor qualidade ou componentes com custos mais competitivos. Com isso, amplia sua produtividade, melhora seus processos e fortalece sua posição no mercado nacional.

Ao mesmo tempo, essa experiência permite que empresários e gestores adquiram conhecimento sobre temas fundamentais do setor, como habilitação no Portal Único de Comércio Exterior (Siscomex), classificação fiscal de mercadorias, logística internacional, contratação de fretes, seguros, câmbio, regimes aduaneiros e exigências regulatórias. Em outras palavras, a importação funciona como uma verdadeira escola prática para empresas que desejam se inserir no ambiente internacional.

Isso não significa que a exportação seja mais difícil ou menos importante, ao contrário. O Brasil precisa ampliar sua base exportadora e aumentar a participação das pequenas e médias empresas nas vendas internacionais. No entanto, exportar exige uma preparação adicional. É necessário identificar mercados potenciais, compreender requisitos técnicos e sanitários, adaptar produtos, desenvolver canais comerciais e construir relacionamentos de longo prazo com clientes estrangeiros.

Nesse cenário, contar com orientação especializada desde as primeiras operações pode fazer toda a diferença para o sucesso da internacionalização. Com esse objetivo, lançamos recentemente o primeiro aplicativo gratuito de alcance nacional, voltado tanto aos despachantes aduaneiros quanto às empresas que atuam ou desejam ingressar no comércio exterior.

A plataforma permite localizar profissionais associados e qualificados por meio de filtros como cidade, nome e geolocalização, aproximando importadores e exportadores de especialistas chancelados pela entidade. Trata-se de uma ferramenta inédita no setor, que amplia o acesso ao conhecimento técnico, facilita a formação de parcerias confiáveis e contribui para que pequenas e médias empresas iniciem sua trajetória internacional com mais segurança, eficiência e conformidade.

Valter Rezende de Oliveira. Presidente da Associação dos Despachantes Aduaneiros do Brasil (Adab).

O BRASIL PRECISA AMPLIAR SUA BASE EXPORTADORA E AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NAS VENDAS INTERNACIONAIS. NO ENTANTO, EXPORTAR EXIGE UMA PREPARAÇÃO ADICIONAL

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

POLÍTICA - PF REVELA ATUAÇÃO DE JAKUES WAGNER A FAVOR DO MASTER

Líder do governo no Senado teria atuado em três frentes para beneficiar o banco de Daniel Vorcaro em troca de vantagens

Do Estadão Conteúdo



Polícia Federal afirma que Jaques Wagner vantagens e pagamentos de propina feitos, como a compra de um apartamento de luxo de R\$ 2,5 milhões

O senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo Lula no Senado, usou o mandato para atuar em favor de interesses do Banco Master em ao menos três frentes, segundo a Polícia Federal, que realizou buscas em endereços ligados ao parlamentar nesta quinta-feira, 18.

A investigação aponta a atuação de Wagner em propostas para tentar ampliar o crédito consignado, em iniciativas relacionadas ao aumento da cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e no acompanhamento da tentativa de

venda do Banco Master ao BRB, medidas que, segundo a PF, eram estratégicas para as fraudes comandadas por Daniel Vorcaro.

A nona fase da Operação Compliance Zero apreendeu em um imóvel ligado ao senador 49 mil dólares, o equivalente a R\$ 252 mil. O senador negou ter ligação com o dono do Banco Master. “Minha relação com Daniel Vorcaro é praticamente zero”, disse o petista. Ele também negou ter recebido vantagens por meio de terceiros.

A investigação da PF aponta que o senador manteve interlocução direta com o ex-sócio de Vorcaro, Augusto Ferreira Lima, sobre propostas legislativas e iniciativas parlamentares que poderiam beneficiar o Master.

Alvo da primeira fase da Compliance Zero em novembro, Augusto Lima voltou a ser alvo de medidas da Polícia Federal nesta quinta-feira, 18. Agentes cumpriram mandados de busca e apreensão em endereços ligados ao empresário na Bahia, em São Paulo e no Distrito Federal. A defesa de Lima afirmou que as buscas foram “desnecessárias”.



A primeira frente de atuação de Wagner envolveu a ampliação do crédito consignado. De acordo com a PF, o senador atuou em medidas para aumentar a margem de empréstimos descontados em folha para trabalhadores da iniciativa privada, aposentados e pensionistas do INSS. Segundo os investigadores, essa articulação resultou na apresentação de uma emenda posteriormente incorporada à legislação que ampliou o acesso a essa modalidade de crédito.

FGC

A segunda frente envolve discussões sobre mudanças nas regras do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), entidade que protege depositantes e investidores em caso de quebra de instituições financeiras. Segundo a PF, a ampliação da cobertura do fundo, que acabou não se concretizando apesar dos esforços, era de interesse do Banco Master, que utilizava a garantia do FGC como um dos principais instrumentos para captar recursos no mercado.

Na terceira frente, os investigadores apontam a atuação de Wagner em iniciativas relacionadas ao acompanhamento da tentativa de venda do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB). Para a PF, o senador acompanhou de perto uma operação considerada estratégica para o futuro da instituição controlada por Daniel Vercaro, posteriormente rejeitada pelo Banco Central.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - GEORGE GALINDO É ELEITO JUIZ DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Especialista em Direito Internacional, George Galindo cumprirá mandato de 2026 a 2035 no TIDM, em Hamburgo; a eleição mantém a representação do Brasil no tribunal

O NOVO JUIZ

O professor George Galindo foi eleito nessa quarta-feira, dia 18, juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM) para o mandato 2026–2035, em votação realizada em Nova York (EUA) durante a 36ª Reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. É a terceira vez que o Brasil ocupa uma cadeira no tribunal desde sua criação, em 1996.

PRESENÇA BRASILEIRA

Galindo é consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores desde 2016 e um dos principais especialistas brasileiros em Direito Internacional. Seus antecessores brasileiros no tribunal foram Vicente Marotta Rangel, que integrou o TIDM de 1996 a 2015, e Antonio Cachapuz de Medeiros, de 2016 em diante, ou seja, o Brasil mantém presença contínua no órgão desde sua fundação.

PAPEL ESTRATÉGICO

Sediado em Hamburgo, o TIDM é a principal instância judicial para a interpretação e aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O tribunal arbitra disputas sobre fronteiras marítimas, exploração de recursos no fundo do oceano, pesca em zonas econômicas exclusivas e passagem de embarcações em águas territoriais. A cadeira tem relevância estratégica direta para o Brasil, que reivindica junto à ONU a extensão de sua plataforma continental além das 200 milhas náuticas previstas na convenção, área conhecida como “Amazônia Azul”.

AUTONOMIA EM 2029

O ministro dos Transportes, George Santoro, afirmou que a Infra S.A. – empresa pública voltada à estruturação de projetos para concessões rodoviárias, ferroviárias e portuárias – deverá deixar de depender de recursos do Tesouro Nacional em até três anos, passando a se sustentar com receitas próprias. O anúncio foi feito na última quarta-feira, dia 17, durante a Bienal das Rodovias 2026, em Brasília, evento da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

COMPROMISSO

Segundo o ministro, a recuperação da Infra S.A. "é um combinado que fizemos com a diretoria, com o Conselho de Administração e com os membros independentes. A Infra vai conseguir ter receita própria suficiente para cumprir suas despesas".

QUADRO REVERTIDO

Santoro também revelou que a empresa reverteu um quadro de patrimônio líquido negativo acumulado ao longo de anos. "Quando entramos no Governo, havia um patrimônio líquido negativo. Tinha alguns bilhões negativos. Em uma empresa privada, isso seria falência. Esse ano, a Infra virou o balanço. Pela primeira vez nos últimos anos, houve patrimônio líquido positivo", afirmou, sem detalhar os valores exatos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

POLÍTICA - "ESTOU SEGURO DE TUDO QUE FIZ", DIZ SENADOR AO NEGAR INDÍCIOS

Jaques Wagner descarta desistir de candidatura à reeleição e minimiza chance de deixar liderança do governo no Senado

Do Estadão Conteúdo



Jaques Wagner disse ter conversado com o presidente Lula por telefone sobre a operação nesta quinta. Na ligação, o chefe do Executivo teria se solidarizado

O líder do governo Lula no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse nesta quinta-feira, 18, que sua candidatura à reeleição está mantida, mesmo após ser alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) que apura um suposto recebimento de propina pelo petista para defender os interesses do Banco Master no Congresso Nacional.

"Minha candidatura está absolutamente mantida. Eu estou muito seguro de tudo que fiz, estou muito seguro da minha vida pessoal. Eu não tenho CNPJ, eu só tenho CPF. Eu não tenho empresa, não tenho nada. Eu tenho um apartamento, que é o que eu

moro, e meu sítio lá em Andaraí. Esse é meu patrimônio e está declarado no imposto de renda. Então minha candidatura se mantém", declarou o parlamentar, em entrevista à BandNews TV.

Wagner mencionou que em fevereiro de 2018, quando era candidato ao Senado, também foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal (PF), como parte da Operação Cartão Vermelho, desdobramento da Operação Lava Jato, que investigou desvios e superfaturamento na construção e gestão da Arena Fonte Nova, em Salvador.

"Eu fui candidato (em 2018), mantive minha candidatura e fui o senador mais bem votado da história da Bahia. Não estou dizendo que isso vai se repetir, mas não tem por que retirar minha candidatura. Ela está mantida", destacou.

Wagner também avaliou como "muito difícil" a possibilidade de que ele seja retirado do cargo de líder do governo no Senado e minimizou o "fogo amigo" dentro do PT para que ocorra a mudança.

"Eu continuo na liderança, até que o presidente Lula peça para eu me retirar. Eu não acho que ele vá fazer isso, mas, se ele fizer, é um direito dele, o cargo é do presidente da República. Eu falei com ele

hoje [quinta-feira] e ele sequer tocou nesse tema, então, na minha opinião, ele vai manter”, considerou.

Conversa

O parlamentar disse ter conversado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por telefone sobre a operação nesta quinta. Na ligação, o chefe do Executivo teria se solidarizado.

“Ele só ligou para dizer: Fique firme. Essa é uma tentativa de desestabilizar você, mas conte com a minha confiança. Então, do meu ponto de vista, até agora o que eu tenho do presidente Lula é a solidariedade ao ocorrido”, relatou.

Wagner lembrou ainda que é signatário do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o escândalo do Master, embora considere que ela não acrescentaria elementos às investigações conduzidas pela PF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

POLÍTICA - PT DEFENDE PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Do Estadão Conteúdo

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), divulgou uma nota em nome da bancada em que defende a presunção de inocência do líder do PT no Senado, Jaques Wagner (BA), e cobra a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso Banco Master, após uma operação da Polícia Federal ter realizado buscas contra o petista, nesta quinta-feira, 18.

“A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados reitera mais uma vez a necessidade de instalação da CPMI do Banco Master no Congresso Nacional”, diz nota da bancada do PT na Casa.

O texto prossegue: “Comungamos da determinação do Presidente Lula de que a Polícia Federal (PF) tenha todas as condições técnicas e políticas para proceder investigações com total autonomia dentro de suas prerrogativas constitucionais”.

A bancada também cobra investigações sobre o montante cobrado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao banqueiro Daniel Vercaro para produzir o filme “Dark Horse”, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Queremos o aprofundamento das investigações da PF para esclarecer onde estão os R\$ 61 milhões que o senador Flávio Bolsonaro exigiu do banqueiro preso, Daniel Vercaro”, diz o texto.

O PT acrescenta: “O senador Jaques Wagner deve ter assegurada a presunção de inocência e vai exercer seu amplo direito de defesa para oferecer as explicações necessárias, com base em sua respeitada trajetória política na condição de deputado federal, governador de estado e senador da República”.

Já o líder da Oposição, senador Izalci Lucas (PL-DF), afirmou que a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o Banco Master já deveria ter sido lida. “A gente não defende acusação sem dar o direito de defesa. Agora, ele vai ter que explicar”, avaliou o líder congressista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

POLÍTICA - APURAÇÃO SEGUIRÁ “DOA A QUEM DOER”, GARANTE GOVERNO LULA

Ministro da Secretaria de Relações Institucionais reforça autonomia da PF e diz que a orientação é investigar tudo com transparência

Do Estadão Conteúdo



José Guimarães afirmou que o governo recebeu a operação da PF contra Wagner com “absoluta naturalidade” e reforçou independência da Polícia

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) do governo Lula, José Guimarães, afirmou nesta quinta-feira, 18, em entrevista coletiva em Aracaju (SE), que as investigações da Polícia Federal (PF) sobre o caso das fraudes bilionárias do Banco Master devem ocorrer “doa a quem doer”, ao ser questionado sobre a nona fase da Operação Compliance Zero, que fez buscas e apreensões em endereços do líder do governo do Senado, Jaques

Wagner (PT-BA).

“O nosso governo tem uma orientação clara, apura-se tudo, doa em quem doer. Buscar cada vez mais a transparência, que é uma atitude do nosso governo. Transparência total, investigação total”, afirmou o ministro responsável pela articulação política entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. A entrevista coletiva foi divulgada na conta da rede social X de Guimarães.

Guimarães afirmou também que o governo recebeu a operação da PF contra Wagner com “absoluta naturalidade”. Apesar de ter um dos aliados mais próximos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como um dos investigados pelo esquema do Master, o ministro da SRI endossou o discurso de que o escândalo é fruto do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“O governo anterior é o grande responsável, e nós queremos que as investigações aconteçam com todo rigor, porque a Polícia Federal tem a autonomia para investigar. Recebemos com a absoluta naturalidade, porque no nosso governo a Polícia Federal tem a autonomia para investigar”, disse o ministro.

O ministro também disse que Wagner terá “toda a proteção” para que ele possa se defender dos indícios apresentados pela PF durante a operação. “É uma liderança importante e ele terá todo o direito e a nossa proteção para ele se explicar e dar a versão dele sobre esse fato”, disse.

Autonomia

A fala de Guimarães corrobora a estratégia do governo Lula diante do episódio que foi adiantada pelo Broadcast Político. O governo vai adotar o tom de que a PF tem autonomia para investigar todas as pistas no caso do Banco Master e que a independência dada pelo presidente à PF para investigar seus adversários vale para as apurações sobre os aliados.

A nona fase da Operação Compliance Zero apura os vínculos do ex- -banqueiro Daniel Vorcaro e a suposta participação de Jaques no esquema. A PF suspeita que Jaques Wagner recebeu um imóvel de R\$ 2,5 milhões e pagamentos de propina que totalizaram R\$ 3,5 milhões por meio de uma empresa ligada a um de seus familiares.

Segundo os investigadores, a estrutura teria sido utilizada para ocultar vantagens indevidas supostamente pagas no contexto das fraudes investigadas na Compliance Zero.

Uma ala do governo defende que Wagner deixe a liderança do governo no Senado para conter eventuais desgastes ao governo no ano eleitoral. Essa ala, que acumula desgastes com o senador baiano desde a derrota da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo

Tribunal Federal (STF), possui até um substituto ao posto: o senador e ex-ministro da Educação Camilo Santana (PT-CE).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

POLÍTICA - APURAÇÃO SEGUIRÁ “DOA A QUEM DOER”, GARANTE GOVERNO LULA

Ministro da Secretaria de Relações Institucionais reforça autonomia da PF e diz que a orientação é investigar tudo com transparência

Do Estadão Conteúdo

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) do governo Lula, José Guimarães, afirmou nesta quinta-feira, 18, em entrevista coletiva em Aracaju (SE), que as investigações da Polícia Federal (PF) sobre o caso das fraudes bilionárias do Banco Master devem ocorrer “doa a quem doer”, ao ser questionado sobre a nona fase da Operação Compliance Zero, que fez buscas e apreensões em endereços do líder do governo do Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

“O nosso governo tem uma orientação clara, apura-se tudo, doa a quem doer. Buscar cada vez mais a transparência, que é uma atitude do nosso governo. Transparência total, investigação total”, afirmou o ministro responsável pela articulação política entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. A entrevista coletiva foi divulgada na conta da rede social X de Guimarães.

Guimarães afirmou também que o governo recebeu a operação da PF contra Wagner com “absoluta naturalidade”. Apesar de ter um dos aliados mais próximos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como um dos investigados pelo esquema do Master, o ministro da SRI endossou o discurso de que o escândalo é fruto do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“O governo anterior é o grande responsável, e nós queremos que as investigações aconteçam com todo rigor, porque a Polícia Federal tem a autonomia para investigar. Recebemos com a absoluta naturalidade, porque no nosso governo a Polícia Federal tem a autonomia para investigar”, disse o ministro.

O ministro também disse que Wagner terá “toda a proteção” para que ele possa se defender dos indícios apresentados pela PF durante a operação. “É uma liderança importante e ele terá todo o direito e a nossa proteção para ele se explicar e dar a versão dele sobre esse fato”, disse.

Autonomia

A fala de Guimarães corrobora a estratégia do governo Lula diante do episódio que foi adiantada pelo Broadcast Político. O governo vai adotar o tom de que a PF tem autonomia para investigar todas as pistas no caso do Banco Master e que a independência dada pelo presidente à PF para investigar seus adversários vale para as apurações sobre os aliados.

A nona fase da Operação Compliance Zero apura os vínculos do ex-banqueiro Daniel Vercaro e a suposta participação de Jaques no esquema. A PF suspeita que Jaques Wagner recebeu um imóvel de R\$ 2,5 milhões e pagamentos de propina que totalizaram R\$ 3,5 milhões por meio de uma empresa ligada a um de seus familiares.

Segundo os investigadores, a estrutura teria sido utilizada para ocultar vantagens indevidas supostamente pagas no contexto das fraudes investigadas na Compliance Zero.

Uma ala do governo defende que Wagner deixe a liderança do governo no Senado para conter eventuais desgastes ao governo no ano eleitoral. Essa ala, que acumula desgastes com o senador baiano desde a derrota da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF), possui até um substituto ao posto: o senador e ex-ministro da Educação Camilo Santana (PT-CE).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

POLÍTICA - APÓS ÁUDIOS COM VORCARO, FLÁVIO CRITICA PT

Do Estadão Conteúdo

O senador e pré-candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ) criticou o PT após a operação da Polícia Federal (PF) contra o líder do governo Lula no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), em novo desdobramento do caso Master.

Segundo as investigações, há indícios de que o senador tenha recebido propinas de Augusto Lima, ex-sócio do banqueiro Daniel Vercaro. “Escândalo envolvendo o PT é como a incompetência do governo Lula: não tem como esconder”, disse Flávio Bolsonaro em publicação no X (antigo Twitter).

Embora critique a citação a um petista nas investigações, o próprio Flávio Bolsonaro está envolvido no caso Master, ainda que não seja formalmente acusado ou investigado. No mês passado, o site Intercept Brasil revelou que o senador pediu dinheiro a Vercaro para a produção do filme “Dark Horse”, cujo roteiro é inspirado na vida do pai.

Além do pedido de dinheiro ao ex-dono do Master, Flávio Bolsonaro foi à casa de Vercaro em dezembro do ano passado, em quanto ele estava cumprindo medidas cautelares após ser liberado da primeira vez em que foi preso. Segundo o senador, a visita ocorreu para colocar um “Ponto final” em sua relação com o ex-banqueiro.

Desde que sua relação com Vercaro foi revelada, Flávio Bolsonaro passou a defender a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o caso Master. Porém, como mostrou o Estadão, o senador não apoiou todos os pedidos de investigação parlamentar sobre o caso.

Dos cinco requerimentos de investigação que buscam signatários no Senado, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro apoiou apenas dois.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - SAMPAIO DIZ QUE CORTES AMEAÇAM CAPACIDADE DAS AGÊNCIAS DE FISCALIZAR CONCESSÕES

Diretor-geral da ANTT afirma que bloqueios de recursos dificultam a modernização tecnológica e o acompanhamento de contratos de infraestrutura

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Guilherme Theo Sampaio e outras autoridades participaram do painel “Órgãos de controle e agências reguladoras: um novo alinhamento institucional?” do Bial das Rodovias

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, defendeu o fortalecimento institucional das agências reguladoras e alertou para os riscos que as restrições orçamentárias representam para a capacidade do Estado de acompanhar investimentos bilionários em infraestrutura. A declaração foi feita durante o painel “Órgãos de controle e agências reguladoras: um novo alinhamento institucional?”, realizado na quinta-feira (18) durante a Bial das Rodovias 2026, em Brasília.

**“AS AGÊNCIAS REGULADORAS SÃO IMPORTANTES PARA A
DEMOCRACIA, PARA A SEGURANÇA JURÍDICA E PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS POR MEIO DA
ADEQUADA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS”**

GUILHERME THEO SAMPAIO
diretor-geral da ANTT



Mediado pelo diretor editorial da CNN Brasil, Daniel Rittner, o debate reuniu ainda o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Marcus Cavalcanti; o presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Carlos Ari Sundfeld; o secretário de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do TCU, Nicola Khoury; e o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Marco Aurélio Barcelos.

Sampaio abriu sua participação com uma reflexão sobre o desafio de exercer a função regulatória em um ambiente de alta responsabilização. “Como ser corajoso ao exercer a função regulatória em um ambiente no qual uma decisão pode gerar questionamentos futuros nos órgãos de controle, no Ministério Público ou na Justiça?”, questionou. Para ele, o desafio não está apenas na complexidade das decisões, mas também na necessidade de assegurar que as instituições tenham condições adequadas para exercer suas atribuições com independência e capacidade técnica.

O diretor-geral ressaltou que as agências reguladoras arrecadam receitas próprias decorrentes de suas atividades regulatórias e fiscalizatórias, e que os contingenciamentos orçamentários impostos pelo governo federal comprometem o uso desses recursos. “Eu não estou pedindo dinheiro do governo. Estou pedindo o nosso dinheiro”, afirmou. A discussão ocorre em um momento em que as agências federais vêm se mobilizando contra bloqueios orçamentários que afetam sua capacidade operacional — movimento que resultou recentemente na votação, pelo Senado, de projeto de lei que protege as agências de cortes.

Sampaio destacou que as agências são responsáveis por acompanhar contratos com horizonte de 30, 40 e até 50 anos, fundamentais para a expansão da infraestrutura nacional, e que uma parcela significativa dos investimentos previstos pelo governo federal depende da participação da iniciativa privada. “Quem vai garantir a estabilidade desses contratos de longo prazo são as agências reguladoras”, afirmou. Segundo ele, sem estrutura operacional e tecnológica adequada, essa função fica comprometida. “Sou eficiente na minha atuação, sou eficiente na minha arrecadação, mas vou ter uma dificuldade muito grande para me aparelhar estruturalmente e tecnologicamente se não tivermos o fortalecimento das instituições”, alertou.

Agências x órgãos de controle

O diretor-geral também abordou a evolução da relação entre agências reguladoras e órgãos de controle. Segundo ele, o amadurecimento das concessões ao longo das últimas três décadas permitiu superar um modelo marcado por longas disputas administrativas e judiciais que atrasavam investimentos e comprometiam serviços. “Quem sofria com contratos estressados eram os usuários, o governo e as concessionárias. Obras deixavam de ser executadas, investimentos ficavam represados e os serviços não evoluíam como esperado”, disse.

Para Sampaio, a criação de mecanismos de solução consensual, com participação dos órgãos de controle, representou um marco nesse processo. “O papel das instituições deixou de ser apenas apontar problemas e passou também a contribuir para a construção das soluções. Esse avanço trouxe mais previsibilidade para o setor e permitiu que decisões complexas fossem tomadas com transparência, respaldo técnico e segurança jurídica”, destacou.

Ao encerrar sua participação, o diretor-geral defendeu que o fortalecimento das agências seja tratado como agenda estratégica para o país. “Espero muito que a gente tenha um olhar de Estado, um olhar de médio e longo prazo. As agências reguladoras são importantes para a democracia, para a segurança jurídica e para a implementação de direitos fundamentais por meio da adequada prestação dos serviços públicos”, concluiu.

TRANSPORTES - Rodovias

Agência se prepara para avaliar impactos da reforma tributária nos contratos de concessão



A ANTT apresentou medidas que vem adotando para dar mais previsibilidade aos contratos no painel “Novo Sistema Tributário: Impactos e Soluções para as Concessões de Rodovias”

UMA METODOLOGIA REGULATÓRIA CONSTRUÍDA PREVIAMENTE É HOJE O PRINCIPAL FATOR PARA DAR MAIS AGILIDADE AO PROCESSO”

KALIANE DE LIRA MARTINS
subprocuradora-geral de Matérias Regulatória e
Administrativa da Procuradoria Federal junto à ANTT

A reforma tributária traz novos desafios para os contratos de concessão rodoviária. Mudanças na estrutura de tributos podem gerar impactos econômicos que precisarão ser avaliados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável por analisar eventuais pedidos de reequilíbrio contratual. Foi com esse cenário em vista que a agência participou do painel “Novo Sistema Tributário: Impactos e Soluções para as Concessões de Rodovias”, na Bienal das Rodovias 2026, apresentando as medidas que vem adotando para dar mais previsibilidade aos contratos durante a transição.

A subprocuradora-geral de Matérias Regulatória e Administrativa da Procuradoria Federal junto à ANTT, Kaliane de Lira Martins, representou a agência no painel. Segundo ela, o desafio é conduzir a transição com agilidade, preservando o equilíbrio dos contratos e o interesse público. “A reforma tributária altera premissas que estavam presentes quando muitos contratos foram celebrados. Por isso, a agência vem se preparando antes mesmo de os pedidos serem apresentados”, afirmou.

Antes mesmo da publicação da Lei Complementar nº 214/2025, a ANTT havia dado um passo nessa direção. Em novembro de 2024, a agência publicou a Instrução Normativa nº 33, que organiza como os pedidos de revisão contratual devem tramitar e prevê mecanismos para casos que precisem de resposta mais rápida. Com a Lei Complementar nº 214/2025, foi criado um rito administrativo específico para tratar os impactos da reforma nos contratos de concessão, com prazos definidos e tramitação prioritária.

A ANTT também está formalizando a criação de um comitê interno dedicado ao tema, reunindo as áreas técnicas e jurídicas para analisar os pedidos de revisão que serão apresentados pelas concessionárias. Outro movimento em curso é a construção antecipada de uma metodologia comum para esses pedidos — a ideia é definir, antes que cheguem, como os impactos financeiros devem ser demonstrados e calculados.

“O que queremos evitar é que os pedidos sejam apresentados com metodologias diferentes, exigindo novas diligências e prolongando a análise. Uma metodologia regulatória construída previamente é hoje o principal fator para dar mais agilidade ao processo”, explicou Kaliane. A Procuradoria Federal junto à ANTT também trabalha para criar um espaço de diálogo com escritórios especializados e com a ABCR antes da formalização dos pedidos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/06/2026

TRANSPORTES – PORTOS - BALEIA MOBILIZA OPERAÇÃO ESPECIAL NO PORTO DE SANTOS

Após deixar a região, filhote voltou ao canal de navegação e motivou restrições temporárias ao tráfego aquaviário

Por **MARIANA NEROME** Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O primeiro avistamento ocorreu próximo ao terminal da Cutrale, na margem esquerda. Posteriormente, o animal foi visto na região dos armazéns 20 e 21, na margem direita

Um filhote de baleia foi avistado no canal do Porto de Santos (SP) na manhã de quarta-feira (17), mobilizou autoridades portuárias e marítimas e voltou a aparecer na mesma área na manhã de quinta-feira (18), após ter deixado a região na tarde do dia anterior.

O primeiro avistamento ocorreu próximo ao terminal da Cutrale, na margem esquerda do complexo portuário. Posteriormente, o animal foi visto na região dos armazéns 20 e 21, na margem direita, em Outeirinhos. A Autoridade Portuária de Santos (APS) foi comunicada e acionou o fluxo de comunicação previsto no Plano de Contingência — protocolo que inclui o acionamento de órgãos competentes como a Capitania dos Portos e o Ibama para deliberar sobre a necessidade ou não de paralisação das operações. Neste primeiro momento, o fechamento do canal não foi necessário.

O animal foi acompanhado por profissionais da área ambiental enquanto houve condições de visibilidade. Ainda na quarta-feira, após seguir em direção ao Canal de Bertiooga, a baleia deixou a região do complexo portuário. A APS divulgou atualização na manhã de quinta confirmando a saída do animal e informando que não havia registros de sua presença na área naquele momento.

Porém, no fim da manhã de quinta-feira, o filhote voltou ao canal de navegação. Um alerta foi disparado pela Capitania dos Portos para todas as embarcações na área. A medida adotada foi a redução da velocidade de 9 para 8 nós, conforme comunicado encaminhado pela Praticagem de São Paulo a marinas e garagens náuticas. A orientação vale para todas as embarcações, incluindo jet-skis e lanchas de passeio.

Uma embarcação do órgão passou a atuar na região para orientar os navegantes e fiscalizar o cumprimento da restrição, que permanecerá em vigor até que a baleia deixe definitivamente a área portuária. Quando isso ocorrer, os usuários serão comunicados sobre o retorno das condições habituais de tráfego aquaviário.

A reportagem procurou a APS e a Capitania dos Portos para obter informações sobre o novo avistamento, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES – PORTOS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ABRE CHAMAMENTO PARA SELEÇÃO PROJETOS

Chamamento público prevê a escolha de até 60 propostas artísticas para integrar a programação do espaço “Porto e Cultura”

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou por meio do Diário Oficial da União (DOU), o Chamamento Público nº 01/2026 para a seleção de até 60 propostas artísticas e culturais destinadas à ocupação temporária do espaço “Porto e Cultura”.

A iniciativa tem como finalidade apoiar a diversidade de linguagens artísticas e promover a realização de projetos culturais de artistas, coletivos, grupos artísticos brasileiros ou estrangeiros e entidades afins. As propostas selecionadas irão contribuir para a programação do Complexo Cultural do Porto de Santos e fortalecerá a relação entre o Porto e a sociedade.

Podem participar pessoas físicas maiores de 18 anos, pessoas jurídicas de natureza cultural e coletivos artísticos representados por responsável legal, observadas as condições estabelecidas no edital.

Os interessados poderão se inscrever durante a vigência do edital, conforme os critérios previstos no instrumento convocatório.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site da Autoridade Portuária de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO - ANTAQ DEBATE OPORTUNIDADES PARA RECICLAGEM SUSTENTÁVEL DE NAVIOS

Workshop reuniu especialistas, setor público e iniciativa privada para discutir desafios regulatórios e infraestrutura necessária para desenvolver a atividade no país

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou na terça-feira (16) um workshop para discutir as perspectivas do descomissionamento e a reciclagem sustentável de plataformas offshore e navios no Brasil. O evento, realizado em formato presencial e virtual, reuniu representantes do governo, empresas e especialistas do setor para debater oportunidades econômicas, desafios regulatórios e necessidades de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade no país.

O EVENTO REUNIU REPRESENTANTES DO GOVERNO, EMPRESAS E ESPECIALISTAS DO SETOR PARA DEBATER OPORTUNIDADES ECONÔMICAS, DESAFIOS REGULATÓRIOS E NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA

Durante a abertura do encontro, o diretor da agência, Wilson Lima Filho, destacou a importância de ampliar o debate sobre o tema e promover a construção de conhecimento capaz de subsidiar futuras políticas públicas voltadas ao setor aquaviário e portuário. “Esse é um assunto de extrema importância para o país. O movimento à favor dessa iniciativa pode gerar empregos diretos e indiretos e, ainda, promover o desenvolvimento da economia brasileira”.

Ao longo do workshop, o superintendente de Regulação da agência, José Renato Fialho, apresentou o painel “Perspectivas da Antaq sobre o Descomissionamento em Áreas Portuárias”, abordando aspectos regulatórios e os desafios para a implementação dessas operações nos portos brasileiros.

Potencial econômico e ambiental

A reciclagem de embarcações e plataformas offshore é vista como uma importante oportunidade econômica para o Brasil, especialmente devido à existência de infraestrutura industrial e estaleiros que podem ser adaptados para essa finalidade.

Além do potencial econômico, a atividade contribui para a economia circular ao permitir a recuperação de grandes volumes de aço de alta qualidade, que podem ser reutilizados pela indústria siderúrgica. O reaproveitamento do material reduz impactos ambientais e contribui para metas de descarbonização.



Um dos palestrantes do evento, o professor Newton Pereira, do Centro de Estudos para Sistemas Sustentáveis, apresentou um panorama do mercado internacional de reciclagem naval, atualmente concentrado em países do sul da Ásia, e destacou o potencial brasileiro para ampliar sua participação nesse segmento.

Segundo o especialista, o avanço da atividade no país depende de investimentos em infraestrutura portuária, aperfeiçoamento dos processos de licenciamento ambiental e maior segurança jurídica para atrair investidores.

“Desde 2020, o Porto do Açu é um modelo para esse cenário, pois realiza o trabalho de pré-limpeza dos navios como preparação para a reciclagem. Os demais portos precisam de adequações, como a instalação de piso impermeável, além da elaboração de planos específicos de reciclagem”, explicou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - RS: CANAL JUNCO ENTRA EM OBRAS APÓS CONCLUSÃO DA DRAGAGEM NO BELÉM

Serviços fazem parte de contrato que contempla oito canais considerados estratégicos para a navegação interior gaúcha

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Portos RS concluiu no último dia 11 a dragagem do Canal Belém e iniciou nesta semana os trabalhos no Canal Junco, dando sequência ao cronograma de recuperação da hidrovia do Rio Grande do Sul.

As intervenções fazem parte do conjunto de obras financiadas pelo Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), que prevê mais de R\$ 731 milhões para ações de reconstrução e qualificação da infraestrutura hidroviária e portuária do estado.

De acordo com a Portos RS, a dragagem do Canal Junco deverá ser concluída em cerca de 60 dias. Os serviços estão sendo executados pelas dragas Belo Monte e Mariana, ambas do tipo Cutter Suction Dredger (CSD).

A dragagem dos dois canais integra um contrato mais amplo voltado à recuperação de trechos considerados estratégicos para a navegação interior. Além dos canais Belém e Junco, o programa contempla intervenções nos canais Pedras Brancas, Humaitá, Cais do Porto, Navegantes, Cristal e Campista.

Segundo o presidente da Portos RS, Fábio Machado, a conclusão da dragagem do Canal Belém e o início das obras no Canal Junco fazem parte do processo de recuperação da infraestrutura hidroviária gaúcha.

“A conclusão da dragagem do Canal Belém e o início dos trabalhos no Canal Junco representam mais um passo concreto no processo de recuperação e fortalecimento da nossa infraestrutura hidroviária. Estamos avançando de forma planejada e contínua, garantindo melhores condições de navegabilidade, mais segurança para as operações e maior eficiência logística para o Rio Grande do Sul. Esses investimentos refletem o compromisso do Governo do Estado e da Portos RS com a retomada do desenvolvimento, ampliando a competitividade dos nossos portos e hidrovias e fortalecendo um modal fundamental para a economia gaúcha”, afirmou.

A Portos RS informa que as obras têm como objetivo restabelecer as condições de navegação nos canais da hidrovia e ampliar a confiabilidade do transporte aquaviário no Estado. As intervenções foram incluídas no programa de recuperação da infraestrutura logística afetada pelos eventos climáticos que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - CEARÁ INICIA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL QUE VAI CONECTAR PECÉM À TRANSNORDESTINA

Obras do TUP da Nordeste Logística começaram nesta terça-feira (16), em parceria com a Companhia Siderúrgica Nacional; investimento é de R\$ 1,3 bilhão

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redenenews.com.br

Segundo o Complexo do Pecém, a obra deve gerar mil empregos diretos nesta fase, que inclui ponte para descarga de minério, viaduto ferroviário e moega para descarga de grãos

As obras do Terminal de Uso Privado (TUP) da Nordeste Logística começaram nesta terça-feira (16), em parceria com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O investimento de R\$ 1,3 bilhão resulta em uma estrutura que liga o Porto do Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza, aos trilhos da ferrovia Transnordestina, que está sendo construída. Quando concluído, o terminal será destinado para armazenagem e movimentação de cargas.

Segundo o Complexo do Pecém, a obra deve gerar mil empregos diretos nesta fase, que inclui uma ponte para descarga de minério, um viaduto ferroviário e uma moega para descarga de grãos. As operações têm início projetado para 2028, quando o terminal deve alcançar, de forma gradual, capacidade de 30 milhões de toneladas por ano.

Estiveram presentes na cerimônia o governador Elmano de Freitas, o diretor executivo de Infraestrutura e Logística da CSN, Tufi Daher, o presidente do Complexo do Pecém, Max Quintino, o diretor-presidente da Transnordestina, Ismael Trinks, a superintendente do Banco do Nordeste, Eliane Brasil, o secretário do Desenvolvimento Econômico, Fábio Feijó, e o presidente da ZPE Ceará, Rafael Sá, entre outros nomes.

“Estamos transformando a logística do Brasil e o Porto do Pecém fazendo parte disso. Estamos construindo uma nova economia no Ceará, com mais oportunidade de emprego e trabalho, para beneficiar a vida do povo cearense”, afirmou o governador.

Projeto

Mesmo antes de a obra começar a operar, a CSN já projeta os próximos passos: ampliar a área do terminal, hoje com 84 hectares, para acompanhar a demanda que a ferrovia vai trazer.

Tufi Daher resumiu essa lógica ao comentar os planos da companhia. “Não adiantava a gente fazer a ferrovia, chegar com ela até o final de 2027, e não ter um terminal para recepcionar os grãos do Matopiba, o minério da região do Piauí, receber fertilizantes importados, carga geral”, disse.

A mesma lógica de expansão orienta o Complexo do Pecém como um todo. Max Quintino relacionou o novo terminal à chegada de outros investimentos priva dos à região, motivada pelo desempenho que o porto já tem hoje.

“Nós temos hoje um dos portos mais eficientes do país, por isso essa demanda e procura intensa. O nosso papel é justamente atrair cada vez mais o investidor e conectar essas obras. Todo o nosso perímetro são 19 mil hectares. A gente tem uma capacidade de expansão muito significativa, que é outro diferencial nosso”, declarou.

Avanço da ferrovia

Enquanto o terminal sai do papel, a construção da ferrovia que vai alimentá-lo segue. A primeira fase da Transnordestina tem 82% de execução, com cerca de cinco mil trabalhadores envolvidos na obra atualmente, e orçamento total de R\$15 bilhões.

A conclusão dessa etapa está prevista para 2027 — um ano antes do terminal entrar em operação. Ao longo de 1.206 quilômetros, a ferrovia vai ligar Eliseu Martins, no Piauí, ao Porto do Pecém, passando

por 53 municípios, trajeto que deve facilitar o transporte de grãos, fertilizantes, cimento, combustíveis e minério produzidos na região.

O diretor-presidente da Transnordestina relacionou o resultado ao avanço simultâneo das frentes de trabalho que faltam para a obra chegar ao litoral. “Hoje, temos todos os lotes necessários para chegar com a ferrovia ao Porto do Pecém. São oito lotes contratados, somando R\$ 4 bilhões em contratos. Este mês, concluímos as obras do 4 e 5, também temos obras do 6, 7, 8, 9, 10 e 11”, detalhou Ismael.



Estamos construindo uma nova economia no Ceará, com mais oportunidade de emprego e trabalho, para beneficiar a vida do povo cearense”, afirmou o governador Elmano de Freitas

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - FERROGRÃO PODE GERAR ECONOMIA DE R\$ 9 BILHÕES, DIZ ENTIDADE

Estimativa da Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Cargas (Anatc) reforça expectativa de redução de custos e ampliação das exportações pelo Arco Norte

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redenenews.com.br



O setor espera que a entrada em operação da ferrovia reduza a dependência do transporte rodoviário em longas distâncias e amplie a capacidade logística para soja, milho e farelo

Um dos maiores projetos ferroviários do chamado Arco Norte, a Ferrogrão pode trazer economia de R\$ 9 bilhões de reais em custos logísticos para a região,

segundo estimativas da Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Cargas (Anatc).

Segundo a entidade, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que destravou o avanço do projeto, o recolocou na agenda da infraestrutura brasileira como um dos mais estratégicos para o agronegócio nacional. Com previsão de ligar Sinop (MT) ao terminal de Miritituba (PA), a ferrovia volta ao radar do mercado como aposta para reduzir custos logísticos, ampliar a competitividade das exportações e acelerar investimentos no eixo Norte do país.

COM 933 QUILOMETROS PREVISTOS DE EXTENSÃO, O EMPREENDIMENTO FOI CONCEBIDO PARA ACOMPANHAR GRANDE PARTE DO TRAÇADO DA BR-163, HOJE PRINCIPAL CORREDOR DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO NORTE DE MATO GROSSO EM DIREÇÃO AOS PORTOS DO ARCO NORTE



Com 933 quilômetros previstos de extensão, o empreendimento foi concebido para acompanhar grande parte do traçado da BR-163, hoje principal corredor de escoamento da produção agrícola do norte de Mato Grosso em direção aos portos do Arco Norte.

Atualmente, mais de 17 milhões de toneladas de grãos utilizam anualmente o corredor rodoviário, que enfrenta limitações operacionais especialmente durante os períodos de maior intensidade da colheita.

A expectativa do setor é que a entrada em operação da ferrovia reduza a dependência do transporte rodoviário em longas distâncias e amplie a capacidade logística para soja, milho e farelo.

Estudo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) indica potencial para movimentação superior a 50 milhões de toneladas por ano em plena operação, consolidando um novo eixo de exportação pelo Norte do país.

Além do impacto sobre o agronegócio, o projeto também é visto como um movimento relevante na mudança da matriz logística brasileira.

Hoje, cerca de 65% do transporte de cargas ocorre pelas rodovias, enquanto as ferrovias respondem por aproximadamente 21% da movimentação nacional, segundo dados do setor.

Ao transferir parte do fluxo atualmente realizado por caminhões para os trilhos, a Ferrogrão pode aliviar a pressão sobre a BR-163, reduzir consumo de combustíveis fósseis e diminuir emissões associadas ao transporte de longa distância.

A expectativa é que o corredor ferroviário também aumente previsibilidade operacional e reduza custos estruturais da cadeia exportadora.

Para o norte de Mato Grosso, os efeitos podem ir além do transporte. A perspectiva de avanço da ferrovia reforça o posicionamento de Sinop como um dos principais polos logísticos do agronegócio brasileiro. Localizada no eixo da BR-163, a cidade já concentra operadores logísticos, armazenagem, tradings e empresas ligadas à cadeia agrícola.

Com a ferrovia, a expectativa é acelerar investimentos em centros de distribuição, terminais de transbordo, armazenagem e novos empreendimentos industriais.

Segurança jurídica

Segundo Antonio Pereira, diretor comercial e de operações do PZ Log — complexo privado voltado à instalação de empresas de logística e agronegócio em Sinop —, a decisão do STF amplia a percepção de segurança jurídica para investidores.

“A aprovação do STF mostra como a região será ainda mais impactada pela valorização patrimonial. A Ferrogrão é a principal ferrovia projetada para o transporte de grãos de Sinop até os portos do Pará e vai transformar a logística do agronegócio brasileiro”, afirma.

Na avaliação do executivo, os ganhos logísticos tendem a gerar um efeito econômico mais amplo na região.

“São mais de R\$ 9 bilhões que deixarão de ser consumidos pelos custos de transporte e poderão ser direcionados a novos investimentos, geração de riqueza e desenvolvimento local. Toda essa infraestrutura ferroviária tende a valorizar ainda mais os ativos logísticos e imobiliários de Sinop”, diz.

Apesar do avanço jurídico, o projeto ainda terá de cumprir etapas técnicas, ambientais e regulatórias antes da concessão e do início efetivo das obras. O planejamento prevê investimentos estimados em cerca de R\$ 25,2 bilhões ao longo do período contratual e horizonte operacional de 69 anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - IATA QUER IMPLANTAR CASS DOMÉSTICO NO BRASIL EM 2027

Associação avança na América Latina com sistemas de liquidação entre aéreas e agentes de carga; México já opera e Paraguai entra no plano ainda este ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O CASS, sigla que em português significa Sistema de Liquidação de Contas de Carga, é utilizado para o faturamento e a liquidação de contas entre companhias aéreas e agentes

A Associação do Transporte Aéreo Internacional (Iata) anunciou a expansão das soluções de carga na América Latina, com planos concretos de implantação no Brasil, no México e no Paraguai. No Brasil, a entidade prevê lançar o CASS Doméstico — sistema de liquidação financeira entre companhias aéreas e agentes de carga — a partir

do início de 2027. A iniciativa é inspirada no CASS Export, que opera no mercado brasileiro há mais de duas décadas.

O CASS, sigla em inglês para Cargo Accounts Settlement Systems (Sistema de Liquidação de Contas de Carga), é utilizado para o faturamento e a liquidação de contas entre companhias aéreas e agentes. Segundo a Iata, as toneladas-quilômetro de carga transportadas por companhias da região cresceram, em média, 3,3% ao ano nos últimos dez anos até abril de 2026, acumulando alta de 38,8% no período.

Em 2025, as companhias aéreas que atendem o Brasil transportaram mais de 791 mil toneladas de carga aérea. Desse volume, 7,9% corresponderam ao tráfego doméstico. No geral, o modal aéreo respondeu por 5,9% das exportações brasileiras em valor no ano, embora essas exportações — de alto valor e baixa densidade — tenham representado apenas 0,3% do peso total exportado pelo país.

“A indústria de carga reconhece há muito tempo o valor do CASS Iata e agora deposita sua confiança na Iata para apoiar o crescimento dos mercados domésticos no Brasil e no México, além de um mercado de exportação emergente no Paraguai”, afirmou Juan Antonio Rodríguez, diretor executivo de Serviços Financeiros, BSP e CASS da Iata.

No México, as operações do CASS Doméstico já começaram. O sistema entrou em funcionamento em abril de 2026, complementando o CASS Export, que opera no país desde 1987. O México será o segundo país do mundo, depois dos Estados Unidos, a implementar o IATA FlexiPay — ferramenta que permite faturamento em tempo real, pré-pagamento seguro e arranjos flexíveis de pagamento entre companhias aéreas, agentes de carga e despachantes.

Já no Paraguai, a abertura do CASS Export está prevista para o último trimestre de 2026. Embora seja um dos menores mercados da América Latina, o Paraguai registrou expansão expressiva: em 2025, transportou mais de 42 mil toneladas de carga aérea, alta de 225,3% em relação ao ano anterior.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - AEROPORTO DE JI-PARANÁ RECEBERÁ R\$ 35 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO

Obras vão ampliar terminal de passageiros, modernizar equipamentos e expandir estacionamento do principal aeroporto do interior de Rondônia

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Aeroporto de Ji-Paraná (RO) receberá investimentos de R\$ 35 milhões para ampliação e modernização de sua infraestrutura. A autorização para o início das obras foi formalizada nesta terça-feira (16) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, durante agenda no município, o segundo mais populoso de Rondônia.

Os recursos serão destinados à ampliação do terminal de passageiros, melhorias operacionais e adequações de acessibilidade. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o terminal passará dos atuais 800 metros quadrados para 2.255. Com a ampliação, a estrutura terá capacidade para atender até 240 passageiros nos horários de maior movimento.

Durante a cerimônia de assinatura da ordem de serviço, o ministro destacou os investimentos realizados na infraestrutura de transportes em Rondônia. “O governo do Brasil tem feito um grande investimento em infraestrutura em todas as regiões do Brasil e em Rondônia não é diferente. Esse valor vai triplicar o tamanho desse terminal”, afirmou.

O governador Coronel Marcos Rocha avaliou que as melhorias poderão contribuir para o aumento da oferta de voos na região. “Muitas pessoas serão atendidas e há a possibilidade do aumento do número de voos aqui. Por isso, nós vemos a importância dessas intervenções para o desenvolvimento, tanto da nossa população, como também do agronegócio”, declarou.

O projeto prevê a instalação de novos equipamentos para embarque e desembarque de bagagens, incluindo três esteiras alimentadoras, duas esteiras coletoras, uma esteira de ligação, uma direcionadora vertical motorizada e um carrossel para bagagens despachadas.

Também estão previstas adaptações voltadas à acessibilidade, com adequações em sanitários, criação de rotas acessíveis e ajustes nos acessos ao terminal para atendimento às normas destinadas a pessoas com deficiência.

As intervenções incluem ainda a ampliação da área de estacionamento. O espaço passará a contar com 247 vagas para automóveis, 28 para motocicletas, oito destinadas a pessoas com deficiência e 13 reservadas para idosos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

INFRAESTRUTURA - SENADO APROVA PROJETO QUE PROÍBE BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO DE AGÊNCIAS REGULADORAS

Texto, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, segue para a Câmara

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A aprovação ocorre em contexto direto: o Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026, prevê limitação de R\$ 1,6 bilhão nas despesas das agências reguladoras até dezembro

O Senado aprovou por 51 votos a 17 o projeto de lei complementar que proíbe o Governo Federal de contingenciar as despesas essenciais de 12 agências reguladoras federais — incluindo as de Aviação Civil (Anac), Transportes



Terrestres (ANTT), Transportes Aquaviários (Antaq), Telecomunicações (Anatel), Energia Elétrica (Aneel) e Vigilância Sanitária (Anvisa). A votação ocorreu na última terça-feira. Agora, o PLP 73/2025, de autoria do senador Laércio Oliveira (PP-SE), segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto altera o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que autoriza o Executivo a limitar empenho e movimentação financeira ao final de cada bimestre quando a receita arrecadada ameaça o cumprimento da meta de resultado primário. A mudança proposta impede a aplicação desse mecanismo especificamente sobre as despesas das agências custeadas com receitas próprias, taxas de fiscalização ou fundos setoriais, ou seja, recursos que não provêm diretamente do Tesouro Nacional.

A aprovação ocorre em contexto direto: o Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026, prevê limitação de R\$ 1,6 bilhão nas despesas das agências reguladoras até dezembro. O bloqueio já havia causado a suspensão temporária de certificações de aeronaves pela Anac e cortes de fiscalização na Antaq, situações revertidas apenas após pressão das próprias agências sobre o Ministério de Portos e Aeroportos.

“Agência reguladora não é braço do governo de plantão, é órgão de Estado. Mas há uma contradição: garante-se a autonomia, mas o Orçamento pode negá-la. Sem recursos, essa autonomia deixa de existir na prática”, afirmou o relator, senador Marcos Rogério (PL-RO).

O projeto tem implicação fiscal que o Senado reconheceu, mas não resolveu: ao blindar o orçamento das agências, reduz a margem de contingenciamento disponível ao Executivo, o que pode pressionar cortes em outras áreas ou órgãos para que o Governo cumpra a meta primária dentro do arcabouço fiscal vigente.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) defendeu o texto afirmando que as agências passam por processo de “deterioração” e que hoje não têm condições de realizar o trabalho para o qual foram criadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/06/2026

ENERGIA - ABRACE ENERGIA VÊ CP 33 E AUTORREGULAÇÃO COMO AVANÇO PARA O SETOR

Presidente da entidade diz que medidas podem fortalecer a governança e reduzir riscos no mercado de energia

Do Estadão Conteúdo

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace Energia), Paulo Pedrosa, defendeu nesta quinta-feira, 18, a im portância da CP 33/2025 e da autorregulação da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) para que o setor supere a atual conjuntura em uma posição mais sólida do que a existente no início do processo.

“Há uma pauta contundente com a CP 33, e o monitoramento prudencial, e a autorregulação que pode nos levar a uma melhoria efetiva do cenário de risco setorial”, disse ao participar do Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase) 2026, no Rio de Janeiro.

“A autorregulação foi aprovada em um processo espelhado nas melhores práticas de mercado e co meça a vigorar em agosto. Está sendo estruturada a área de supervisão dentro da Abraceel e, em janeiro de 2027, estarão instalados os comitês e os conselhos que vão analisar os casos”, complementou.

De acordo com Pedrosa, a Abrace Energia já distribuiu para todas as associadas a íntegra do código inicial de processo de conduta. Para ele, a maturidade do mercado exige proatividade para autorregular práticas sem aguardar intervenções externas, com evolução contínua da governança.

“É um divisor de águas. Nós estamos dentro dessa pauta até o último fio de cabelo”, sustentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

MINERAÇÃO - É POSSÍVEL O BRASIL LIDERAR DEBATE GLOBAL SOBRE MINERAIS CRÍTICOS, DIZ IBRAM

Entidade defende que o país combine recursos minerais, disponibilidade energética e capacidade diplomática em momento de rearranjo geopolítico

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) realizou nos dias 9 e 10 de junho, em Brasília, o Seminário Internacional de Minerais Críticos e Estratégicos 2026, reunindo representantes do governo federal, do Congresso Nacional, de entidades setoriais e especialistas internacionais para debater o posicionamento do Brasil diante da crescente disputa global por minerais essenciais à transição energética e às

novas tecnologias. O evento aproveitou o momento em que o Projeto de Lei 2780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), aguarda votação no Senado Federal após aprovação na Câmara dos Deputados em maio deste ano.

Para o diretor-presidente do Ibram, Pablo Cesário, o Brasil reúne condições únicas para assumir protagonismo na oferta global desses minerais. “Não existe energia sustentável sem mineração, seja eólica, solar ou nuclear. Este cenário posiciona a mineração no principal palco de discussão global”, afirmou, acrescentando que a expansão de tecnologias como inteligência artificial e data centers ampliará ainda mais a demanda por esses insumos. Cesário também destacou o consenso político que resultou na aprovação do PL 2780 na Câmara. “Este consenso permitiu dar uma resposta à Nação sobre um desafio real”, disse.

O cenário internacional foi apresentado por Matt Blundell, analista sênior de geopolítica e assuntos internacionais da S&P Global Energy. Segundo ele, a crescente disputa global por minerais críticos reflete pressões simultâneas de descarbonização da economia, expansão da inteligência artificial e busca dos países por segurança no suprimento de matérias-primas essenciais. Blundell abordou ainda o que chamou de “dominância da China” nas cadeias industriais relacionadas aos minerais críticos. “Quem controla a cadeia de suprimento cresce mais rápido”, afirmou.

O secretário de clima, energia e meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Maurício Lyrio, avaliou que o diferencial brasileiro vai além da disponibilidade de recursos minerais. “O Brasil tem condições muito especiais para se destacar no mercado global de minerais críticos. Além das reservas minerais, o país conta com disponibilidade de energia, autonomia diplomática e capacidade de desenvolver políticas que ampliem a agregação de valor à produção”, afirmou.

Christopher Garman, diretor-executivo para as Américas da Eurasia Group, reforçou o argumento. “Vivemos um momento de profunda transformação geopolítica, e o Brasil está particularmente bem posicionado nesse novo cenário. A combinação de minerais críticos, energia, produção de alimentos e capacidade de atrair investimentos faz com que o interesse global pelo país esteja crescendo de forma significativa”, destacou.

Para Cesário, o país tem condições de participar ativamente da definição dos rumos globais do setor. “O Brasil fala de igual para igual com americanos, chineses e europeus, mas também compreende a necessidade de gerar riqueza e desenvolvimento para a sua população. Por isso, temos condições não apenas de participar desse debate, mas de ajudar a construir os termos de um novo arranjo global para os minerais críticos”, afirmou.



Autoridades e especialistas debateram o posicionamento do Brasil diante da crescente disputa global por minerais essenciais à transição energética e às novas tecnologias

Setor aposta em incentivos e segurança jurídica para ampliar investimentos



Representantes do governo e do Congresso defenderam durante o seminário políticas para transformar o potencial mineral do país em cadeias produtivas de maior valor agregado

Representantes do governo federal e do Congresso Nacional defenderam, durante o seminário, a construção de um ecossistema de investimentos, incentivos financeiros e políticas públicas capaz de transformar o potencial brasileiro em minerais críticos e estratégicos em cadeias produtivas de maior valor agregado.

Para o deputado federal Arnaldo Jardim, relator do PL 2780/2024, o fortalecimento da mineração estratégica exige visão de longo prazo e uma política de Estado que vá além da simples exportação de commodities. “Não bastam investimentos isolados; é necessário constituir um ecossistema que dê suporte e sentido a esses investimentos”, afirmou.

A secretária nacional de geologia, mineração e transformação mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Ana Paula Bittencourt, afirmou que um grupo técnico do governo vem mapeando projetos e identificando gargalos para definir políticas públicas capazes de atrair os investimentos necessários. “Identificamos a possibilidade de avançar em debêntures de infraestrutura. Também identificamos a importância de um fundo garantidor e de incentivos financeiros”, disse. Segundo ela, embora o Brasil possua grandes reservas minerais, ainda existe uma diferença significativa entre o potencial geológico do país e sua capacidade de produção em escala.

O chefe de gabinete da Vice-Presidência da República, Pedro Henrique Guerra, destacou que os minerais críticos estão presentes em praticamente todas as cadeias prioritárias para o desenvolvimento nacional. “Quando tratamos dos minerais críticos e estratégicos, estamos falando de insumos presentes em praticamente todas as cadeias consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional, da transformação digital à infraestrutura, da bioeconomia à defesa. Por isso, o governo tem atuado em diferentes frentes, que incluem aperfeiçoamento regulatório, melhoria do ambiente de negócios, financiamento e cooperação internacional”, afirmou.

O diretor do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Insumos e Materiais Intermediários (Dinte) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Carlos Leonardo Teófilo Durans, apontou que um dos principais desafios é conectar o potencial geológico brasileiro ao desenvolvimento de cadeias produtivas mais sofisticadas. “Temos que saber concatenar essa janela de oportunidade da transição energética com o potencial geológico que o Brasil possui para avançar nas cadeias produtivas”, afirmou.

O deputado Zé Silva, presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn), reforçou a necessidade de segurança jurídica. “Buscamos construir uma política que dê segurança jurídica aos investidores, às populações locais e ao Estado brasileiro, sem abrir mão da soberania nacional. O objetivo é criar condições para que o país agregue mais valor à sua produção mineral e transforme esse potencial em desenvolvimento para as regiões onde a mineração acontece”, afirmou.

Documento propõe transformar riqueza geológica em produtos industriais

O Ibram e o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) lançaram, no segundo dia do seminário, o green paper “Estratégia para a regulamentação e estruturação das cadeias de valor dos minerais críticos e estratégicos no Brasil”. O documento propõe um roteiro em três horizontes temporais para que o país abandone o modelo de exportação de minério bruto e transforme sua riqueza geológica em produtos industriais de alto valor agregado. O green paper está aberto a contribuições até 30 de junho, pelo e-mail ibram@ibram.org.br.

O Brasil detém 94,1% das reservas mundiais de nióbio, 25,5% das de grafita, 23% das de terras raras e 17% das de minério de ferro. Ao mesmo tempo, importa mais de 90% do potássio e 60% do fosfato que consome — insumos essenciais para fertilizantes e para o agronegócio. O documento classifica esses minerais agrícolas como críticos e defende incentivos para a produção interna.

No curto prazo, entre 2025 e 2028, a prioridade é criar o ambiente normativo necessário aos investimentos, com a aprovação da PNMCE, a instalação do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE) e a regulamentação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) para o setor mineral. No médio prazo, de 2028 a 2040, o foco passa para inovação e fortalecimento industrial, com empresas de grande porte obrigadas a investir 0,40% da receita bruta em pesquisa, desenvolvimento e inovação, avançando do upstream para o midstream e o downstream — do refinamento químico à fabricação de baterias e componentes aeroespaciais. No longo prazo, de 2035 a 2050, a meta é consolidar a autonomia tecnológica e a mineração urbana — recuperação de minerais a partir de rejeitos industriais e produtos pós-consumo.

O documento destaca ainda que o Brasil conta com a matriz elétrica mais limpa do mundo, com 88% de participação de fontes renováveis, o que permite produzir minerais com baixa pegada de carbono — vantagem associada ao conceito de powershoring, ou seja, produzir onde há acesso abundante a energia renovável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

PETRÓLEO E GÁS - OPEP VÊ BRASIL COMO MOTOR DA EXPANSÃO DA OFERTA DE PETRÓLEO

A oferta de petróleo bruto do país é projetada para subir de 3,7 milhões para 4,4 milhões de barris por dia em 2030

Do Estadão Conteúdo



A Opep aponta que a produção brasileira de líquidos deverá continuar crescendo com o avanço dos projetos do pré-sal

O Brasil deverá figurar entre os principais responsáveis pela expansão da oferta global de petróleo nos próximos anos, segundo o relatório Perspectivas Mundiais de Petróleo (WOO, na sigla em inglês), divulgado nesta quinta-feira (18) pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

A entidade aponta o País ao lado de Catar, Argentina e Canadá como um dos motores do crescimento da produção fora da Declaração de Cooperação (DoC), grupo que reúne integrantes da Opep e aliados.

De acordo com o relatório, a oferta de líquidos dos produtores fora da DoC deverá crescer cerca de 4,1 milhões de barris por dia (bpd) até 2030, alcançando 58,2 milhões de bpd. A expansão será liderada principalmente por Brasil, Catar, Argentina e Canadá, além de novos produtores africanos.

A maior relevância atribuída ao Brasil ocorre em meio a uma revisão da perspectiva para os Estados Unidos. A Opep afirma que reavaliou para baixo o potencial de crescimento da produção americana de petróleo de xisto e agora considera que o segmento pode ter atingido seu pico em 2025.

No relatório do ano passado, a expectativa era de continuidade da expansão até 2030. A organização destaca que, enquanto os EUA eram vistos no WOO 2025 como o principal impulsionador do crescimento da oferta fora da DoC no médio prazo, sua contribuição foi reduzida significativamente na edição deste ano.

Pré-sal Segundo a Opep, a produção brasileira de líquidos deverá continuar crescendo com o avanço dos projetos do pré-sal. A oferta de petróleo bruto do País é projetada para subir de 3,7 milhões de bpd em 2025 para 4,4 milhões de bpd em 2030, apoiada pela entrada em operação de novas plataformas e pelo desenvolvimento de campos em águas ultraprofundas.

A entidade projeta que o Brasil será o segundo maior contribuinte para o aumento da oferta entre os produtores fora da DoC no período entre 2025 e 2050. No horizonte de longo prazo, a produção brasileira de líquidos deverá atingir um pico próximo de 5,8 milhões de bpd no início da década de 2040, antes de recuar moderadamente para 5,6 milhões de bpd em 2050.

O relatório também destaca a importância crescente da América Latina para o abastecimento global. Segundo a Opep, a região deverá responder por quase 75% do aumento líquido da oferta entre os produtores fora da DoC até 2050, impulsionada principalmente por Brasil e Argentina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026



PETRÓLEO E GÁS - PAÍS SENTIU MENOS ALTA DE PREÇOS, DIZ INEEP

Da Agência Brasil

Os preços da gasolina e do diesel subiram menos no Brasil do que a média internacional, após o conflito contra o Irã provocado pelos Estados Unidos e por Israel. O levantamento comparativo foi elaborado pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep) – um centro de estudos vinculado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), que é filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entre 23 de fevereiro e 8 de junho, o percentual mundial médio de aumento foi de 17,5% para a gasolina e de 23,3% para o diesel, enquanto, no Brasil, as altas foram de 4,9% e 13,6%, respectivamente.

No período, a pressão por aumento de preços de combustíveis no Brasil foi significativamente inferior à contratada nos Estados Unidos e na Argentina, por exemplo.

Nos EUA, principal economia mundial e maior consumidora de derivados de petróleo, a gasolina subiu 36,1%, e o diesel, 36,8%. Na Argentina, maior parceiro econômico do Brasil na América do Sul, os aumentos foram, respectivamente, de 21,1% e 23,7%.

De acordo com o Ineep, a política de preços e subsídios do governo federal favoreceu a estabilização do preço dos combustíveis no Brasil.

“As medidas emergenciais adotadas para conter os efeitos do choque do petróleo sobre os preços dos combustíveis foram muito importantes”, avalia nota à imprensa divulgada nesta quinta (18) na nova edição do Boletim de Preços dos Combustíveis, publicado pelo instituto.

Vulnerabilidades

O Ineep considera, no entanto, que as medidas são “insuficientes para enfrentar vulnerabilidades estruturais do setor.”

Para o centro de estudo, “a redução da exposição do mercado doméstico à volatilidade internacional depende de uma estratégia de longo prazo baseada no fortalecimento da Petrobras, na expansão da capacidade de refino e na recomposição de sua presença nos elos estratégicos da cadeia de abastecimento, especialmente na distribuição.”

O intervalo de tempo em que o Ineep observa a variação dos preços dos combustíveis inclui o início das operações aéreas contra o Irã, os meses de paralisação da rota marítima no Estreito de Ormuz e o início das negociações para o término do conflito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

ESG - OAB LANÇA MANUAL PARA ORIENTAR ATUAÇÃO JURÍDICA NO MERCADO DE CARBONO

Publicação reúne diretrizes sobre contratos, compliance, governança e integridade em meio à regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br

O mercado de carbono no Brasil passa por um momento de consolidação, com a coexistência de operações voluntárias já em curso e a estruturação de um mercado regulado a partir da Lei nº 15.042/2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). O avanço da agenda ESG e a crescente demanda por segurança jurídica, governança e integridade nas operações relacionadas ao tema motivaram a OAB Nacional e a OAB do Distrito Federal a lançar o Manual de Boas Práticas Jurídicas em Mercados de Carbono.



O manual aborda contratos, compliance, due diligence climática, governança, transparência, dupla contagem de créditos, greenwashing, responsabilidade profissional e salvaguardas

A publicação reúne a Comissão Nacional de Direito Ambiental, a Comissão Especial de Crédito de Carbono e a Comissão de Crédito de Carbono da OAB/DF. O material aborda contratos, compliance, due diligence climática, governança, transparência, dupla contagem de créditos, greenwashing, responsabilidade profissional e salvaguardas socioambientais. O documento está disponível no site da OAB/DF.

A presidente da Comissão de Crédito de Carbono da OAB/DF, Luísa Barretto Corrêa da Veiga, afirma que o principal impacto do manual é reduzir assimetrias de informação e criar um padrão mínimo de qualidade técnica para a atuação jurídica no setor. Segundo ela, até então havia muitas promessas em torno do mercado de carbono, mas pouca clareza sobre os reflexos práticos em contratos, compliance e deveres de diligência.

Para a advogada, o manual harmoniza conceitos, esclarece diferenças entre os mercados regulado e voluntário e orienta a estruturação de contratos aptos a enfrentar auditorias e exigências regulatórias. “Ao balizar a atuação dos advogados com diretrizes éticas e técnicas rigorosas, protegemos o mercado contra o amadorismo e o greenwashing, garantindo que as operações estruturadas hoje tenham validade, lastro e credibilidade no longo prazo”, afirma.

Projeto

“O nosso maior ponto de atenção do projeto foi garantir que o entusiasmo natural com a inovação do mercado não suplantasse a exigência inegociável por integridade”, afirmou a advogada. A elaboração do manual, realizada entre 2025 e 2026, teve como pilares o letramento jurídico, a harmonização de conceitos e a ética profissional.

Segundo Luísa, um dos debates mais sensíveis envolveu a forma como a advocacia deve lidar com conflitos de interesse e com o dever de informação. O documento reforça que a atuação jurídica exige independência e que alegações excessivamente otimistas ou a minimização de incertezas são incompatíveis com a ética profissional.

SBCE

Para Luísa, a Lei nº 15.042/2024, que instituiu o SBCE, representa um marco para o setor ao estabelecer regras para cotas, certificados e o funcionamento do mercado regulado de carbono.

“A lei por si só não atrai investimentos internacionais; o que atrai o capital regulado é a previsibilidade e a integridade do sistema. O Brasil vive uma fase crítica de regulamentação, com a definição da cobertura setorial e da governança operacional”, explicou.

Lacuna

O advogado Denis Banholi, que participou da elaboração do manual, afirma que a Comissão de Crédito de Carbono da OAB/DF identificou uma lacuna importante no mercado: a falta de orientação prática para profissionais interessados em atuar nessa área.

“O tema ainda é novo no Brasil, envolve muitos agentes e exige conhecimento multidisciplinar, o que motivou a criação de um material que fosse além da explicação teórica da legislação”, ressaltou.

Segundo ele, o novo manual busca funcionar como guia de consulta para o cotidiano da advocacia, abordando temas como due diligence, integridade dos créditos, contratos, dupla contagem, rastreabilidade, governança, ética profissional e conflitos de interesse.

Mercado

Banholi explica que o manual orienta o advogado a atuar em três frentes: análise documental e técnica das operações, elaboração de contratos com mecanismos de garantia e rastreabilidade e revisão da comunicação pública das empresas para evitar alegações ambientais sem comprovação.

“O advogado, nesse contexto, funciona como um agente de integridade. Com a consolidação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, o papel do profissional passa a ser ainda mais estratégico”, afirmou.

Próximos passos

Segundo Luísa, a comissão pretende acompanhar a regulamentação do mercado por meio da produção de pareceres técnicos, notas jurídicas e relatórios periódicos sobre a evolução do setor.

Banholi destaca que o mercado de carbono envolve temas como meio ambiente, contratos, regulação, finanças, governança, direito fundiário, compliance e ética profissional. “Quem dominar o tema com responsabilidade, técnica e ética terá uma grande oportunidade de contribuir para a construção de um mercado de carbono mais seguro, íntegro e confiável no Brasil”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

FINANÇAS - ECONOMIA BRASILEIRA CRESCEU 0,1% EM ABRIL, ESTIMA PRÉVIA DA FGV

Comparativo é com o mês de março deste ano. Em relação a abril do ano passado, avanço foi de 1,8%

Da Agência Brasil



A pesquisa reúne dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária e apresenta estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto

Mesmo em um cenário de juros elevados e choque de preço do barril do petróleo, a economia brasileira cresceu 0,1% na passagem de março para abril. Já na comparação com abril de 2025, houve avanço de 1,8%. As estimativas fazem parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), divulgado nesta quinta-feira (18).

No trimestre móvel terminado em abril (fevereiro/ março/abril), houve crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado de 12 meses, a expansão foi de 2%.

A pesquisa reúne dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária e apresenta estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

A economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, aponta que a alta de 0,1% mostra uma economia estável, embora tenha enfrentado obstáculos internos e externos. “A maior parte dos componentes da economia teve desempenho positivo, indicando certa resiliência em meio ao cenário



de juros elevados e aumento do preço do barril do petróleo, como uma das consequências da guerra no Oriente Médio”, disse.

Em praticamente todo o mês de abril, a Taxa Selic, taxa básica de juros da economia, esteve em 14,75%. O patamar elevado é uma estratégia do Banco Central (BC) para conter a inflação. Quanto maior o juro, menor o incentivo ao consumo, forçando queda ou elevação mais suave dos preços.

No fim do mês, o BC cortou 0,25 ponto percentual (p.p.) da taxa. Movimento repetido na quarta-feira (17), deixando a Selic em 14,25%.

A cautela do BC na velocidade dos cortes de juros tem a ver com o cenário externo citado pela economista do Ibre. A guerra no Irã elevou o preço do barril do petróleo em todo o mundo, o que se refletiu no encarecimento de combustíveis como o óleo diesel e a gasolina.

O governo brasileiro tomou medidas para tentar conter o aumento de preços, como corte de tributos e subsídio a produtores e importadores de combustível.

Setores do PIB

O Monitor do PIB estimou que, no trimestre móvel terminado em abril, o consumo das famílias cresceu 2,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo o maior patamar de alta desde o trimestre terminado em fevereiro de 2025.

As exportações tiveram crescimento de 9,3%, com cerca de 60% desse desempenho devido “ao bom desempenho das exportações de produtos da indústria extrativa, que cresceram 27,8% no trimestre móvel findo em abril”.

A chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede o investimento na economia, como compras de máquinas e equipamentos, teve expansão de 0,7% no trimestre móvel. Foi a primeira expansão depois de recuo nos quatro trimestres móveis imediatamente seguidos.

O estudo estima que a taxa de investimento da economia em abril foi de 18%.

De acordo com a FGV, em termos monetários, o PIB acumulado no ano até abril, em valores correntes, é estimado em R\$ 4,376 trilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

FINANÇAS - REDUÇÃO DA SELIC NÃO AGRADA ENTIDADE

CNI, CUT e CBIC consideraram insuficiente o corte de 14,50% para 14,25% ao ano

Da Agência Brasil

A redução de 0,25% ponto percentual na taxa básica de juros da economia, a Selic, foi considerada insuficiente por entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para as representações da indústria e dos trabalhadores, o corte nos juros é incapaz de reverter “o quadro de estagnação dos investimentos” e não atende “às necessidades urgentes do país e do povo brasileiro”.

A decisão de reduzir a Selic de 14,50% para 14,25% ao ano foi anunciada nesta quarta-feira (17) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

Para a CNI, a redução não contribui para a reversão da asfixia financeira das empresas e das famílias. “A medida se mostra ineficaz em aliviar o orçamento das famílias, das empresas e do próprio governo, que seguirão estrangulados pelo serviço da dívida, adiando a retomada do consumo e do investimento e a superação do fantasma da inadimplência”, disse o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Para a CUT, principal central sindical do país, a redução é tímida e não atende às necessidades urgentes do país e do povo brasileiro. Segundo a entidade, a política monetária do BC ignora os sinais positivos da economia brasileira e de alívio no cenário internacional, como a recente queda no preço do petróleo.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) considera positiva a redução da taxa Selic, mas diz que é necessário que o movimento tenha continuidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

FINANÇAS - BANCO CENTRAL FACILITA ABERTURA DE CONTAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Objetivo é modernizar o mercado de câmbio, aumentar a eficiência das operações internacionais e reduzir custos para empresas

Da Agência Estado



O BC informou que a medida prevê a dispensa de operação de câmbio para transferências de moeda estrangeira entre contas em moeda estrangeira

O Banco Central editou Resolução, publicada nesta quinta-feira, 18, no Correio BC, que amplia as possibilidades de abertura e movimentação de contas de depósito em moeda estrangeira no País.

O objetivo, segundo o BC explicou em nota, é “modernizar o mercado de câmbio, aumentar a

eficiência das operações internacionais e reduzir custos para empresas que realizam operações no mercado internacional”.

O BC esclareceu que a nova norma, que entrará em vigor em 1º de outubro deste ano, não altera as regras que restringem o uso de moeda estrangeira para pagamentos no País, nem interfere na formação da taxa de câmbio.

Pela regra atual, já é possível a utilização dessas contas por determinados agentes econômicos, como instituições financeiras, embaixadas, seguradoras e empresas de alguns setores específicos. A medida, segundo o BC, amplia esse rol e inclui novas categorias de titulares.

Poderão ser titulares de contas em moeda estrangeira no País pessoas jurídicas exportadoras de bens, empresas com dívidas externas, sociedades com participação estrangeira em seu capital e entidades não residentes que realizem operações de crédito externo ou investimento direto no Brasil. “A ampliação busca acompanhar a crescente integração da economia brasileira ao ambiente internacional e a evolução do mercado financeiro”, diz o BC.

A norma estabelece condições específicas para o uso dessas novas possibilidades de contas, para garantir segurança e adequada gestão de risco. Entre elas, a vedação a saques e depósitos em espécie. No caso dos exportadores, os valores creditados deverão ter origem em receitas de exportação ou transferências do exterior. Em operações relacionadas a crédito externo e investimento estrangeiro, o BC vai exigir comprovação das operações e cumprimento das regras de capitais internacionais.

Dispensa



O BC informou ainda que a medida prevê a dispensa de operação de câmbio para transferências de moeda estrangeira entre contas em moeda estrangeira nos casos previstos na regulamentação atual. A expectativa é que isso simplifique operações e reduza custos para os titulares.

“A ampliação das contas em moeda estrangeira trará benefícios para as empresas que se relacionam com o exterior, tais como a melhoria na gestão de seus recursos, a redução da exposição cambial e o fortalecimento da competitividade. Além disso, há a possibilidade de atração para o sistema financeiro nacional de serviços financeiros hoje prestados no exterior”, diz a nota.

O BC esclarece que continuam válidas todas as exigências relacionadas à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. “O BC seguirá monitorando o mercado e coletando informações necessárias para a produção de estatísticas macroeconômicas e o cumprimento de compromissos internacionais do País.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

FINANÇAS - IBOVESPA DESTOA DE NY E RECUA 0,10%

Índice da B3 cai sob receio com Copom e demanda por ações de IA. Já o dólar sobe 1,32%

Do Estadão Conteúdo

O Ibovespa operou lateralizado e aquém da alta vista em Wall Street, pressionado pela falta de clareza em relação às próximas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) e pela rotação global de ativos, novamente focando em ações de tecnologia e Inteligência Artificial (IA) - enquanto a Bolsa brasileira é majoritariamente formada por commodities.

O noticiário externo foi menos adverso, com o Irã confirmando aval para a assinatura de um memorando de entendimento com os EUA e para passagem gratuita pelo Estreito de Ormuz, embora sob rotas e horários específicos.

Após máxima aos 169.542,37 (+0,65%) pela manhã, o Ibovespa renovou mínima aos 167.910,63 (-0,32%) à tarde. Por fim, reduziu a baixa e fechou aos 168.277,55 pontos, com recuo de 0,10% à medida em que as ações da Petrobras conseguiram inverter o sinal para o positivo (ON 0,14% e PN, +0,73%), com petróleo fechando sem direção única. Vale (+0,20%) também ajudou, enquanto os grandes bancos recuaram, com exceção de BB ON (+0,62%).

Já o dólar disparou no mercado local nesta quinta-feira, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior, com a incorporação da perspectiva de alta de juros nos EUA após o tom duro do Federal Reserve na quarta.

O real exibe o pior desempenho entre as divisas mais líquidas, abalado pelos ruídos provocados pelo comunicado de quarta à noite do Banco Central, que esticou o horizonte relevante da política monetária para justificar novo corte da Selic.

O dólar à vista encerrou o dia com ganhos de 1,32%, a R\$ 5,1752. A moeda americana acumula valorização de 2,25% na semana e de 2,62% em junho, após avanço de 1,82% em maio. No ano, as perdas, que chegaram a superar 10% no início de maio, agora são de 5,72%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

JUSTIÇA - PGR SE MANIFESTA CONTRA SUSPENSÃO IMEDIATA DA LEI DA DOSIMETRIA

Paulo Gonet afirma que a lei deve permanecer em vigor enquanto o mérito dos questionamentos no Supremo não for julgado

Do Estadão Conteúdo



Paulo Gonet explicou que os argumentos apresentados nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade não justificam a suspensão cautelar

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou contra a suspensão imediata da chamada Lei da Dosimetria, que beneficia condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre quatro ações que questionam a constitucionalidade da norma, relatadas pelo ministro

Alexandre de Moraes, o procurador-geral Paulo Gonet afirma que a lei deve permanecer em vigor enquanto o mérito dos questionamentos no Supremo não é julgado.

Segundo ele, os argumentos apresentados nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) junto ao Supremo não demonstram fundamento suficiente para justificar a suspensão cautelar.

Gonet argumentou que não houve violação ao princípio do bicameralismo ou ao devido processo legislativo na análise do veto pre sidencial pelo Congresso, que levou à sanção da lei. As alterações promovidas no texto pelo Senado não foram, de acordo com ele, substanciais a ponto de exigir o retorno da proposta à Câmara dos Deputados.

“Não houve desfiguração da proposição aprovada pela Câmara, mas ajuste da sua expressão técnica, a fim de conferir maior coerência interna ao projeto. Não houve inserção de matéria estranha, criação de instituto autônomo ou submissão do objeto legislativo a disciplina diversa”, escreveu o procurador-geral sobre a forma como o veto foi conduzido em sessão conjunta do Congresso.

O fato de a lei ter surgido em meio a debates públicos sobre a anistia aos condenados do 8 de janeiro tampouco é suficiente, segundo ele, para caracterizar desvio de finalidade.

“Os acontecimentos concretos, as controvérsias públicas ou os diagnósticos institucionais provocados por situações históricas são fatores naturais de incentivo para a atuação legislativa. As inovações no direito positivo ocorrem justamente pela percepção de que a realidade comporta ou demanda esquadro regulatório diferenciado. Certamente isso não torna tais atos normativos necessários e indevidamente casuísticos”, afirmou.

Distinção da anistia

O procurador-geral também diferenciou a lei aprovada do conceito de anistia a crimes contra o Estado Democrático de Direito. “A anistia extingue a punibilidade, apaga os efeitos penais do fato anistiado e possui disciplina constitucional própria; já a Lei n 15.402/2026 não declara extinta a punibilidade, não elimina a tipicidade dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, não desconstitui condenações e não impede a responsabilização penal dos autores, modificando, tão somente, critérios legais de dosimetria e execução penal”.

Apresentadas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelos partidos PSOL, Rede, PDT, PT, PV e PCdoB, as ações apontaram irregularidades na votação do veto presidencial, alegações de violação ao princípio da individualização da pena e criação de tratamento executório mais favorável para crimes voltados à ruptura institucional no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/06/2026

Policial acionou o STF após ser impedido por seguranças de intimar o ex-presidente
Da Agência Brasil

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) solicitou nesta quinta-feira (17) autorização do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para intimar e tomar o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro no caso da arma de fogo encontrada com um de seus seguranças. O caso é investigado pela 17ª Delegacia de Polícia.

Em ofício enviado ao Supremo, o delegado Thiago Boing, responsável pela investigação, informou que tentou intimar Bolsonaro, mas foi impedido pela equipe de segurança do ex-presidente.

“Esclarece-se que a tentativa de cumprimento da intimação pessoal restou infrutífera, uma vez que a equipe de escolta responsável não permitiu a efetivação do ato, impossibilitando a ciência pessoal do intimando”, relatou o delegado.

O ex-presidente está em prisão domiciliar desde o dia 24 de março, quando deixou o Hospital DF Star, em Brasília, após ser internado para tratar um quadro de pneumonia bacteriana.

Se for autorizado pelo STF, o depoimento de Bolsonaro está marcado para a próxima quarta-feira (24), às 15h, por videoconferência.

A arma foi apreendida às 23h30 da segunda-feira (15), quando um Honda Civic foi parado em um ponto de bloqueio no Pistão Norte, em Taguatinga. Na abordagem, o motorista se identificou como servidor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) e disse que a arma pertencia ao ex-presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

JUSTIÇA - GILMAR PROPÕE SÚMULA PARA CONTER PAUTAS-BOMBA NO CONGRESSO

Tese jurídica deve nortear os julgamentos de ações em todo o país que tratam de aumento de gastos com grande impacto fiscal

Da Agência Brasil - Do Estadão Conteúdo



Gilmar Mendes (foto) enviou a proposta ao presidente do STF, Edson Fachin, que marcará uma data para o julgamento da tese

O ministro Gilmar Mendes enviou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, uma proposta de súmula para fixar o entendimento da Corte sobre a aprovação de pautas-bomba pelo Congresso Nacional.

A proposta está baseada em julgamentos sobre o tema e pretende consolidar o entendimento de que leis que concedem benefícios fiscais sem compensação financeira são inconstitucionais.

A medida foi proposta após o ministro da Fazenda, Dario Durigan, se reunir com os dois ministros para demonstrar preocupação com a aprovação de matérias de grande impacto fiscal pelo Congresso.

A súmula é uma tese jurídica que deve nortear os julgamentos de ações em todo o país que tratam de aumento de gastos. O entendimento também deve ser levado em conta em atos normativos dos Três Poderes nas esferas federal, estadual e municipal.



“O art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aplica-se à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo inconstitucional a lei ou ato normativo que crie ou altere despesa obrigatória, conceda benefício fiscal ou implique renúncia de receita sem prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como sem a indicação das respectivas medidas compensatórias, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o texto da súmula.

Caberá a Fachin marcar o julgamento da tese, que precisará ser avaliada pelos demais ministros da Corte e pode sofrer alterações.

Na semana passada, o Senado aprovou uma “pauta-bomba”, que pode ter grande impacto nas contas do governo federal. Os senadores autorizaram a renegociação de dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos e geopolíticos, como a guerra no Irã. O impacto da aprovação pode chegar a R\$ 140 bilhões em dez anos.

Pejotização

Em outra frente, Gilmar Mendes liberou a tramitação de processos que discutem a legalidade da “pejotização” nos juízos de primeiro grau e nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), que estavam suspensos desde abril de 2025. As ações no Tribunal Superior do Trabalho (TST) seguem paralisadas para aguardar uma decisão definitiva da Corte sobre a contratação de pessoas jurídicas (PJ).

No despacho publicado nesta quinta-feira, o ministro considerou que a suspensão dos processos, ainda em fase de coleta de provas ou pendentes de julgamento, produziu um “significativo represamento” das demandas na Justiça.

“Tal providência não compromete a autoridade da futura decisão desta Corte nem a uniformização da interpretação constitucional da matéria, uma vez que eventuais divergências permanecerão sujeitas à incidência da tese vinculante a ser posteriormente fixada pelo Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

Após o julgamento dos casos pelos TRTs, os processos voltam a ser suspensos para aguardar o julgamento definitivo pelo Supremo - o que ainda não tem data para ocorrer.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

JUSTIÇA - NUNES MARQUES CONDENA DISCURSO DE ÓDIO

Ministro é relator de notícia-crime em que Flávio Bolsonaro acusa Lula de incitar violência

Do Estadão Conteúdo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, afirmou que o discurso de ódio é incompatível com os valores que sustentam a democracia. A declaração ocorreu durante a abertura da sessão da corte desta quinta-feira, 18 - data do Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio.

A data foi instituída pela Assembleia Geral da ONU em 2021 para promover a paz, a tolerância e o respeito pela diversidade, além de condenar apelos à discriminação, hostilidade e violência.

“A divergência de ideias é legítima e necessária, mas não pode ser confundida com ataques à honra, discriminação ou tentativas de desumanizar adversários políticos. Quando a intolerância ocupa o espaço do debate, restringe-se a participação cidadã e aumenta-se o risco de violência política”, disse o ministro.

Nunes Marques pro mete que o tribunal estará atento e comprometido com eleições livres, seguras e inclusivas.

“A data reforça a necessidade de enfrentar manifestações de intolerância, discriminação e preconceito que atingem pessoas e grupos vulnerabilizados”, afirmou.

Nesta quarta-feira, 17, o ministro foi escolhido por sorteio para ser o relator de uma notícia-crime de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na petição registrada no Supremo Tribunal Federal (STF), os advogados de Flávio afirmam que Lula fez um discurso de ódio ao falar sobre enforcamento para “traidores da pátria”. Também afirmam que o presidente transformou o senador em alvo de violência política.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/06/2026

INTERNACIONAL - IRÃ CONFIRMA PASSAGEM GRATUITA, MAS PRETENDE MONITORAR ORMUZ

Conselho de Segurança disse que vai estabelecer rotas e horários para travessia de navios comerciais, sem cobrança de taxas por 60 dias

Do Estadão Conteúdo

O Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã informou nesta quinta-feira, 18, que navios comerciais que desejarem atravessar o Estreito de Ormuz deverão seguir horários e rotas previamente determinados pelas autoridades iranianas, em meio aos esforços para restabelecer gradualmente a navegação na região após o acordo provisório firmado com os Estados Unidos.

Segundo o texto, “considerando as condições especiais e a existência de alguns riscos de segurança na rota, e devido à necessidade de garantir uma navegação segura e evitar acidentes marítimos, os navios deverão transitar nos horários e trajetos que lhes forem indicados”. Não há, ainda, uma determinação prévia de períodos autorizados para navegação.

O governo iraniano acrescentou que a medida permitirá ampliar gradualmente a capacidade de tráfego no Estreito. Os detalhes operacionais e técnicos para a travessia serão divulgados pela Administração da Hidrovia do Golfo Pérsico (PGSA, na sigla em inglês).

O comunicado reiterou que os navios comerciais não pagarão taxas para atravessar Ormuz durante os próximos 60 dias. Os custos serão cobertos pelo governo iraniano, e os pedidos de passagem deverão ser encaminhados à autoridade responsável pela hidrovia.

Além disso, Teerã informou que continuará adotando medidas para restaurar as condições de navegação na região, incluindo operações de desminagem previstas no artigo 5º do memorando. O tema ganhou destaque nos últimos dias, após relatos de dificuldades nas discussões entre os Estados Unidos e aliados europeus sobre a remoção de minas marítimas do Estreito, etapa fundamental para a plena reabertura da rota.

Khamenei

O líder supremo do Irã, aiatolá Mojtaba Khamenei, afirmou que autorizou a assinatura do memorando de entendimento entre Teerã e Washington, apesar de inicialmente discordar da iniciativa.

Em mensagem dirigida ao povo iraniano, ele ressaltou que a decisão foi tomada após garantias oferecidas pelo presidente Masoud Pezeshkian e pelos demais integrantes do Conselho Supremo de Segurança Nacional.

“Eu, em princípio tinha outra opinião sobre o assunto”, declarou Khamenei. Segundo ele, a autorização foi concedida após o presidente iraniano assumir o compromisso de preservar os direitos do país e da chamada Frente de Resistência, além de aceitar a responsabilidade pelos termos do entendimento.

O líder iraniano afirmou ainda que Pezeshkian garantiu que o governo não aceitará demandas consideradas excessivas por parte dos Estados Unidos. “Caso o lado americano apresente exigências excessivas, não as aceitará”, disse, referindo-se ao compromisso assumido pelo presidente.

Khamenei também sinalizou que Teerã aguardará a implementação das condições previstas no memorando antes de avançar para uma etapa mais ampla das negociações. “A partir deste momento, aguardaremos o cumprimento das condições mencionadas”, afirmou.



O Irã disse que o controle de rotas e horários é necessário de garantir uma navegação segura e evitar acidentes marítimos

Trump confia em trégua em todas as frentes

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira, 18, que espera um cessar-fogo completo em todas as frentes no Oriente Médio, incluindo os confrontos envolvendo Israel e o Hezbollah no Líbano, e voltou a defender o avanço das negociações com o Irã após a assinatura do memorando de entendimento entre os dois países.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que Washington continua comprometido com a paz e pediu que os atores da região mantenham o apoio ao processo diplomático. “Os Estados Unidos estão comprometidos com a PAZ e encorajamos todos no Oriente Médio a manter seu compromisso para permitir que nossas negociações se desenrolem de forma bela”, escreveu.

O republicano também destacou a reação dos mercados ao cenário de distensão geopolítica. Segundo ele, os preços do petróleo estão em queda, enquanto as bolsas de valores avançam. “Esperamos um cessar-fogo completo em todas as frentes, incluindo Líbano, Hezbollah e Israel”, afirmou.

A declaração ocorre em meio à expectativa pela cerimônia de assinatura formal, prevista para sexta-feira, do memorando entre EUA e Irã, que prevê o fim das hostilidades, a reabertura do Estreito de Ormuz e uma janela de 60 dias para negociações de um acordo definitivo.

Em outra publicação, Trump aproveitou ainda para rebater informações de que Washington planeja destinar US\$ 300 bilhões ao Irã como parte do entendimento. “Não há nenhum pagamento de US\$ 300 bilhões ao Irã pelos EUA. Isso é notícia falsa”, escreveu, ecoando falas da véspera. Segundo ele, os resultados do acordo para os Estados Unidos se resumem a “sucesso, preços mais baixos do petróleo e vitória”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/06/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

MORRE NO RIO, FUNDADOR E PRESIDENTE DE HONRA DA ABRATEC, SÉRGIO SALOMÃO

Ele é considerado uma referência na defesa da navegação brasileira e no fortalecimento da atividade marítima. Deixa esposa, filho, enteada e netos



Sérgio Salomão, fundador e presidente de honra da Abratec, morre no Rio — Foto: Divulgação/Abratec

Morreu nesta sexta-feira o fundador e presidente de honra da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Sérgio Henrique Cavalcanti Salomão, uma das principais lideranças do setor marítimo e portuário brasileiro.

Em nota, a Abratec lamentou a perda de seu fundador e elogiou sua trajetória profissional. "Antes mesmo da fundação da entidade, Sérgio já era uma referência na defesa da navegação brasileira e no fortalecimento da atividade marítima", diz o texto, ressaltando que, sob sua liderança, a associação "consolidou-se como uma voz respeitada em defesa de terminais de contêineres e no aprimoramento do ambiente portuário brasileiro".

Ao longo de sua carreira, Sérgio presidiu o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC) e atuou como Diretor-Sócio da Companhia de Navegação do Norte (CONAN), contribuindo para o desenvolvimento da cabotagem, da Marinha Mercante e da infraestrutura logística do País.

Sérgio Salomão deixa a esposa Elza, o filho Sérgio, a enteada Paula, irmãos e netos.

Ao longo de sua carreira, Sérgio presidiu o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (ABAC) e atuou como Diretor-Sócio da Companhia de Navegação do Norte (CONAN), contribuindo para o desenvolvimento da cabotagem, da Marinha Mercante e da infraestrutura logística do País.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 19/06/2026

PETROBRAS APROVA INVESTIMENTO DE US\$ 1,2 BI EM NOVA FÁBRICA DE BIOQUEROSENE DE AVIAÇÃO E DIESEL RENOVÁVEL

Projeto será executado na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Obras devem começar até o fim deste ano

Petrobras aprovou nesta sexta-feira a decisão final de investimentos do projeto RPBC Biorrefino, que prevê a implantação de uma fábrica para a produção de bioquerosene de aviação (bioQAV) e diesel renovável, na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP).

O investimento estimado é de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão.

A unidade terá capacidade de produção de até 15 mil barris por dia de combustíveis renováveis (bioQAV e diesel renovável), com entrada em operação prevista para 2030.

Com a aprovação do Conselho de Administração, a Petrobras avança para a fase final de contratação e assinatura dos contratos, com previsão de início das obras até o final de 2026. O projeto está previsto no Plano de Negócios 2026-2030 e, considerando as condições de financiabilidade da companhia, foi incluído na Carteira em Implantação Base.

Segundo a Petrobras, o projeto está alinhado ao comprometimento da estatal em liderar a transição energética justa no país e aos compromissos globais do setor de aviação para o cumprimento da regulação CORSIA (Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation) e da Lei do Combustível do Futuro (Lei nº 14.993/2024).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/06/2026

BRASIL CAI SETE POSIÇÕES EM RANKING QUE MEDE COMPETITIVIDADE GLOBAL E VOLTA AO PIOR NÍVEL DOS ÚLTIMOS ANOS

País ficou 65º lugar entre 70 países, perdendo posições em todos os pilares avaliados, mas manteve pontos fortes em geração de empregos, atração de investimentos, empreendedorismo e energia renovável

Por Mayra Castro — Rio de Janeiro



Ranking analisa capacidade dos países de criar e manter condições favoráveis para que empresas operem de forma produtiva e eficiente, gerando riqueza e competindo nos mercados nacional e internacional — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

O Brasil caiu sete posições no Ranking de Competitividade 2026 do IMD World Competitiveness Center e passou a ocupar o 65º lugar entre 70 países avaliados, retornando ao pior patamar dos últimos anos. O recuo foi puxado pela piora em todos os quatro

indicadores analisados pelo levantamento, com destaque para a eficiência dos negócios e a performance econômica, reforçando os desafios do país em áreas ligadas ao ambiente de negócios, à gestão pública e ao crescimento sustentável.

Até então, a pior colocação do país havia sido o 62º lugar de 2024.

Além da performance econômica, o ranking, elaborado em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), também avalia eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura.

Segundo Hugo Tadeu, diretor do Núcleo de Inovação, IA e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral, uma combinação de tensões no atual cenário macroeconômico do país — incluindo política monetária e fiscal, endividamento público, inflação e volatilidade cambial — ajudam a explicar a queda de posição.

— No caso específico dos juros elevados, esse indicador tem influência relevante sobre o aumento do custo de capital — apontou Tadeu. — Também merecem destaque aspectos como mudanças frequentes nas regras para se fazer negócios, a liquidez do mercado e o cenário internacional, que igualmente contribuem para a elevação do custo de capital.

O pesquisador afirma que os juros elevados tornam o crédito e os investimentos mais caros para as empresas, o que aumenta os custos para financiar operações e projetos. Esse cenário pode dificultar

o planejamento e a gestão dos negócios, reduzindo a eficiência da iniciativa privada, o que explica porque, no relatório, o Brasil aparece na última posição do indicador de custo de capital.

Outros pontos de atenção para o Brasil são o débito corporativo, a educação primária e secundária, a produtividade de força de trabalho, habilidades linguísticas, habilidades financeiras e sistemas de valor. Em todos esses fatores o país fica em último lugar.

Tadeu também destaca os desafios do Brasil na formação de capital humano. O país ocupa a última posição do ranking em indicadores associados à qualificação da força de trabalho, educação e competências financeiras, evidenciando entraves estruturais que ainda limitam o fortalecimento de sua competitividade.

"O principal alerta do estudo está relacionado ao capital humano. O Brasil apresenta avanços importantes em diversas dimensões da competitividade, mas terá dificuldades para sustentar esses ganhos se não acelerar investimentos em educação, qualificação profissional e desenvolvimento de competências para a economia do futuro", pontuou o diretor.

Destaques positivos

Apesar da queda no ranking geral, o Brasil apresentou resultados positivos em alguns indicadores. O país ficou entre os dez primeiros colocados nos seguintes fatores: crescimento de longo prazo do emprego (5º lugar), subsídios governamentais (5º), participação de energias renováveis na matriz energética (5º), fluxo de investimento direto estrangeiro (7º) e atividade empreendedora em estágio inicial (8º).

O melhor desempenho foi registrado no mercado de trabalho, refletindo o atual cenário de baixas históricas na desocupação. A quinta posição no indicador de crescimento de longo prazo do emprego indica a capacidade de criar vagas de forma contínua e de absorver trabalhadores em diferentes segmentos da economia. Para os autores do estudo, o resultado aponta para a resiliência da atividade econômica e para a manutenção de oportunidades mesmo em um cenário global mais desafiador.

O levantamento também destaca a capacidade do país de atrair investimentos e estimular a criação de novos negócios. O bom posicionamento em investimento estrangeiro direto e empreendedorismo sugere que o Brasil continua sendo um mercado relevante para empresas e investidores.

Além disso, a elevada participação de fontes renováveis de energia e a presença entre os líderes em subsídios governamentais aparecem como fatores que podem contribuir para a competitividade de setores estratégicos da economia.

Cingapura lidera ranking

Este ano, Cingapura lidera o ranking (ano passado ocupou o segundo lugar), seguida de Hong Kong, Suíça e Taiwan, respectivamente. Segundo o relatório, o país líder se destaca pelo ambiente favorável aos negócios e pela solidez de suas instituições.

Na outra ponta, atrás do Brasil, aparecem países como Botsuana, Mongólia, Nigéria, Namíbia e Venezuela.

No ranking do IMD, competitividade é definida como a capacidade de um país de criar e manter condições favoráveis para que empresas operem de forma produtiva e eficiente, gerando riqueza e competindo nos mercados nacional e internacional.

Para medir esse desempenho, o estudo avalia os países com base nos quatro grandes pilares citados acima, que são divididos em subindicadores que abrangem aspectos como emprego, comércio exterior, finanças públicas, ambiente regulatório, produtividade, inovação, educação, saúde, entre outros.

MINISTRO DA FAZENDA DIZ QUE PAUTAS-BOMBA PODEM COLOCAR BRASIL EM SITUAÇÃO RUIM: 'QUEM ASSUMIR EM 2027 VAI TER DIFICULDADE PARA FECHAR CONTAS'

Governo calcula impacto de R\$ 111 bilhões por ano em nove projetos que avançam no Congresso e busca apoio do Supremo para conter medidas

Por Bruna Lessa — Brasília



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, em entrevista — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta sexta-feira que o avanço das pautas-bomba no Congresso Nacional pode comprometer a sustentabilidade das contas públicas e dificultar a gestão econômica do próximo governo. Segundo ele, caso o conjunto de nove projetos considerados preocupantes pela equipe econômica seja aprovado, o ministro da Fazenda que assumir a pasta em 2027 encontrará dificuldades para equilibrar o Orçamento.

— O próximo ministro da Fazenda que estiver à frente da pasta em 2027 vai ter muita dificuldade em fechar minimamente as contas públicas caso aquelas nove pautas avancem — disse Durigan em entrevista ao JOTA.

As declarações fazem referência a um grupo de propostas que, segundo estimativas divulgadas na semana passada pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, têm impacto potencial de R\$ 111 bilhões por ano sobre as contas públicas. O cálculo reúne medidas que ampliam despesas obrigatórias ou reduzem receitas da União.

Entre elas estão a ampliação do teto do Simples Nacional, com renúncia estimada de R\$ 50 bilhões anuais; a PEC que aumenta os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com impacto de R\$ 10 bilhões por ano; a ampliação da imunidade tributária para templos religiosos, também estimada em pelo menos R\$ 10 bilhões anuais; e a criação de novas vinculações de recursos para o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com custo médio de R\$ 9 bilhões por ano.

A lista inclui ainda um novo programa de regularização tributária (Refis), a criação de aposentadoria diferenciada para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias e o projeto que eleva o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas. Segundo a Fazenda, apenas este último aumentaria as despesas federais em R\$ 8,4 bilhões por ano.

Uma das principais preocupações do governo é o projeto aprovado recentemente pelo Senado que prevê a renegociação de dívidas de produtores rurais com equalização de taxas de juros pela União. Pelas contas da equipe econômica, a medida pode gerar um custo de até R\$ 140 bilhões ao longo de 13 anos.

Durigan afirmou que tem levado essas preocupações não apenas aos líderes do Congresso, mas também aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o debate ultrapassa divergências entre governo e oposição e envolve a preservação da capacidade do Estado de financiar políticas públicas no futuro.

— Chegamos num momento da economia em que estamos diante de alguns desafios. Parte das pautas que estão aparecendo como prioritárias por alguns setores no Congresso podem comprometer esse trabalho e colocar de novo o Brasil numa situação ruim — afirmou.

Segundo o ministro, as conversas com integrantes do Supremo buscam discutir mecanismos para evitar que projetos com impacto relevante sobre as contas públicas avancem sem uma análise prévia de seus efeitos orçamentários.

— O que conversei com os ministros do Supremo nesta semana está em linha com o que eu tenho falado com os líderes do Congresso. Fiz questão de estender a agenda ao Supremo dado que não é uma novidade o governo bater às portas do Supremo para tratar da questão fiscal de Estado, que não é uma questão de governo — disse.

Durigan defendeu que propostas com potencial impacto fiscal sejam acompanhadas de estimativas oficiais antes da votação. Segundo ele, isso permitiria ao governo e à sociedade conhecerem previamente os efeitos das medidas sobre as contas públicas.

— O que eu disse para o ministro Fachin é que eu gostaria de ver, o ministro da Fazenda deveria ter uma espécie de impacto, (ver) qual texto vai ser votado para a gente poder medir e inclusive divulgar qual o impacto daquilo — afirmou.

O ministro argumentou que a principal preocupação da equipe econômica é preservar a sustentabilidade fiscal e evitar a criação de despesas permanentes sem fontes de financiamento.

— Em todos os casos o que nós estamos olhando é sustentabilidade fiscal. O que eu gostaria de apresentar como contribuição ao Supremo são as várias hipóteses em que a gente pode ter desbalanço orçamentário e em que seria preciso reconhecer uma condição prévia — declarou.

Quais são as nove pautas que preocupam o governo

1. Renegociação de dívidas rurais com equalização de juros pela União, com custo potencial de até R\$ 140 bilhões ao longo de 13 anos;
2. Ampliação do teto do Simples Nacional, com renúncia estimada de R\$ 50 bilhões anuais;
3. PEC que aumenta os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com impacto de R\$ 10 bilhões por ano;
4. Ampliação da imunidade tributária para templos religiosos, estimada em pelo menos R\$ 10 bilhões anuais;
5. Criação de novas vinculações de recursos para o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com custo médio de R\$ 9 bilhões por ano;
6. Novo programa de renegociação de dívidas tributárias (Refis), com impacto médio de R\$ 8,8 bilhões anuais;
7. Aumento do piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas, com impacto estimado de R\$ 8,4 bilhões por ano para a União;
8. Aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, com custo de R\$ 3 bilhões anuais;
9. Ampliação de benefícios tributários para entidades sem fins lucrativos, com renúncia estimada de R\$ 1 bilhão por ano.

Limite do MEI deve subir; Simples ficará sem mudanças

O ministro também informou que o governo pretende enviar ao Congresso uma proposta para elevar gradualmente o limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) para cerca de R\$ 130 mil até 2028, mas não pretende ampliar as demais faixas de enquadramento do Simples Nacional.

Segundo o ministro, a atualização do teto do MEI será discutida com os parlamentares e implementada de forma escalonada nos próximos anos, de modo a reduzir os impactos sobre as contas públicas. A proposta também deve permitir que os microempreendedores contratem mais um funcionário além do limite atual.

Durigan afirmou que a equipe econômica reconhece a necessidade de atualizar as regras do MEI, mas avalia que uma revisão mais ampla dos limites do Simples Nacional teria um custo fiscal elevado e não é compatível com o cenário atual das contas públicas.

— Não temos condição de ampliar os limites do Simples como um todo. Estamos discutindo especificamente os limites do MEI, não para 2026, mas para os próximos anos já deixar contratado um aumento do limite. Vamos fazer com diálogo com o Congresso. Estamos avaliando o limite, para que dose o impacto fiscal, de ter um aumento em 2027 e 2028 para que chegue algo em R\$ 130 mil ao fim do processo — disse.

Subsídios a combustíveis

Durigan também comentou a possibilidade de o governo reverter as medidas emergenciais de subsídio a combustíveis, caso se confirme a estabilização do preço do petróleo. Segundo o ministro, a definição pode vir já na semana que vem ou, no máximo, na seguinte — mas ele acredita que ainda em junho haverá clareza sobre se a estabilização se consolidou e se as causas que motivaram as medidas deixaram de existir, abrindo caminho para a reversão.

— Talvez semana que vem seja definitiva, ou no máximo na seguinte, mas acho que dentro do mês de junho a gente vai ter essa definição de que houve uma estabilização, as causas que geraram as medidas não estão mais existentes, portanto está na hora de reverter as medidas (...) Meu compromisso é que tão logo a gente estabilize, nós vamos reverter as medidas. Tanto de desoneração de tributo quanto de subvenção — disse.

No início desta semana, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, já havia sinalizado que os subsídios poderiam ser encerrados caso o petróleo se mantivesse no patamar de US\$ 80.

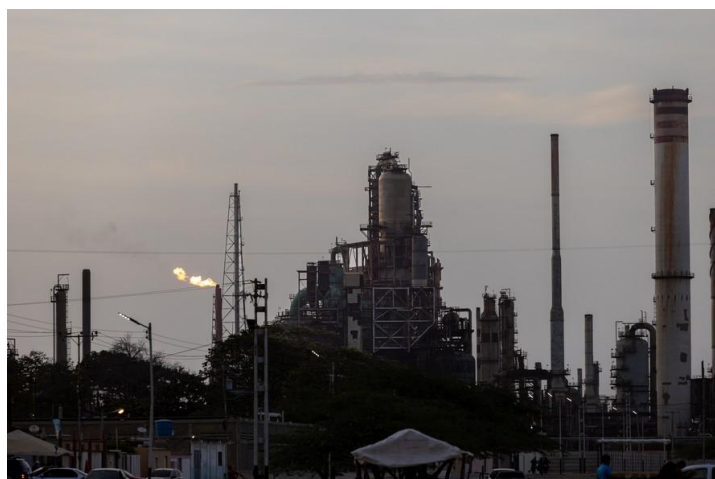
Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/06/2026

APÓS MISSÃO BRASILEIRA NA VENEZUELA, ITAMARATY FALA EM OPORTUNIDADES EM EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO PAÍS

Comitiva empresarial, liderada pelo governo Lula, fez cerca de 90 reuniões com dirigentes e empresários locais de olho em possível retomada econômica após anos de estagnação

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



Uma refinaria de petróleo no Complexo Refinador de Paraguana, em Punto Fijo, no estado de Falcón, na Venezuela — Foto: Bloomberg

Uma delegação de executivos brasileiros se reuniu com autoridades venezuelanas em Caracas, nesta semana, para apresentar produtos e serviços na expectativa de aproveitar uma onda de recuperação econômica no país. Iniciativa do Itamaraty, a empreitada identificou oportunidades em óleo o gás, exportação de proteína animal e outros setores.

A missão foi liderada pelo embaixador Alex Giacomelli, responsável pela Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura (SECIC) do Itamaraty. Giacomelli manteve reuniões com o Vice-presidente da Venezuela para a área econômica, Calixto Ortega, o Ministro do Comércio Exterior, Johann Álvares; a Ministra de Hidrocarbonetos, Paula Henao; e o Chanceler Ivan Gil. No total, foram feitas cerca de 90 reuniões.



Como exemplo de oportunidade identificada pelas empresas brasileiras, o Itamaraty menciona a possibilidade de instalar geradores termoeletrônicos em pontos específicos da Venezuela, para permitir que o governo e empresas instaladas no país possam explorar petróleo nesses locais.

A empreitada reuniu representantes de 10 setores: petróleo e gás, automotivo, autopeças, farmacêutico, plásticos, maquinário, carnes, aves, arroz e pulses. Participaram entidades como FIESP, ANFAVEA, ABIEC, ABPA, INP (Instituto Nacional do Plástico), Sindipeças, IBRAFE, ABIARROZ, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás) e ABIMAQ.

Estevão Carvalho, representante da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), afirmou que as reuniões ajudaram a avançar conversas que já mantinham com empresas venezuelanas em busca de novas oportunidades de negócio.

— O nosso setor, tanto de aves quanto suínas, é muito internacionalizado. Exportamos para mais de 150 países. As empresas estão sempre em contato com clientes e potenciais clientes. Essa foi uma missão prospectiva para aproximar, trazer entendimento sobre o que a Venezuela está passando. O Brasil, no passado, já exportou para Venezuela carne de frango, suína e material genético avícola, essencial para a produção local, e nos últimos anos, teve uma queda muito grande no comércio.

A visita acontece na esteira de esforços do governo Lula para aprofundar os laços econômicos bilaterais após anos de estagnação comercial venezuelana. O Itamaraty pretende organizar novas missões semelhantes no futuro, abrangendo empresas que tenham interesse direto no mercado venezuelano.

No total, o comércio bilateral totalizou cerca de US\$ 837 milhões no ano passado, abaixo do pico de US\$ 5,1 bilhões registrado em 2008, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil.

Patrícia Gomes, diretora de Comércio Exterior da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), afirma que a missão à Venezuela é parte de um movimento inicial de aproximação para entender como o país vem reorganizando sua estrutura produtiva, especialmente nos setores industrial, agrícola e de petróleo, este último de interesse direto da entidade. Segundo ela, a Venezuela já foi um mercado relevante para o setor. Em 2012, os embarques somaram US\$ 831,4 milhões. Em 2025, esse volume caiu para US\$ 64,1 milhões.

— Essa aproximação acontece para que, quando houver uma eventual retomada, os setores estejam preparados. O objetivo agora é ter uma leitura mais próxima do que está acontecendo no país. Ainda há muitos pontos indefinidos para a retomada de comércio, mas o governo brasileiro achou bom que acompanhássemos (essa agenda) para estarmos preparados para uma eventual retomada.

Patrícia destaca que, desde o ano passado, a Abimaq vem retomando contato com o setor privado venezuelano, que demanda, sobretudo, equipamentos agrícolas, como tratores e colheitadeiras. A estratégia, segundo ela, é manter presença e interlocução para que o Brasil seja lembrado quando o comércio bilateral se normalizar.

"A Venezuela já foi um importante parceiro comercial do Brasil", afirmou Julio Ramos, diretor de Assuntos Estratégicos da Abiec à Bloomberg. "Por isso, vemos este momento como uma oportunidade para um novo começo — um novo capítulo nas relações entre Brasil e Venezuela, particularmente no que diz respeito à carne bovina brasileira."

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/06/2026

GOVERNO LIBERA R\$ 8 BILHÕES EM CRÉDITO A AÉREAS PARA REDUZIR IMPACTO DE CONFLITO ENTRE EUA E IRÃ NO CUSTO DE VOOS

Medida provisória foi publicada após aumento superior a 70% no preço do querosene de aviação

Por O Globo — Brasília



Caminhões de abastecimento de querosene de aviação (QAV) no Santos Dumont, Rio de Janeiro — Foto: Marcelo Fonseca / Agência O Globo

O governo federal editou uma MP (medida provisória) para liberar R\$ 8 bilhões em empréstimos para as companhias aéreas nacionais. O crédito faz parte do esforço do Executivo para mitigar os impactos da alta de preços no querosene de aviação, motivada pelos conflitos no Oriente Médio.

Os recursos serão disponibilizados às empresas por meio do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), por meio de uma linha de crédito reembolsável voltada ao capital de giro das companhias aéreas que operam no país. A MP foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada na edição de quinta-feira do Diário Oficial da União (DOU).

"O objetivo é assegurar a continuidade das operações, evitar a redução da oferta de voos, minimizar reflexos para os passageiros e contribuir para a estabilidade do setor diante do atual cenário internacional", afirma, em nota, a Casa Civil.

Ainda segundo o governo, a iniciativa permitirá que as companhias aéreas atravessem um período de maior pressão sobre o fluxo de caixa, reduzindo o risco de cancelamento de rotas e contribuindo para a manutenção da malha aérea nacional.

Ao justificar a edição da MP, o governo afirma ainda que o confronto no Oriente Médio provocou aumento superior a 70% no preço do querosene de aviação curto espaço de tempo, com impactos significativos sobre os custos operacionais do setor aéreo brasileiro.

Fim de subsídios

Na quarta-feira, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo deve retirar as subvenções aos combustíveis caso o acordo para o fim da guerra entre Irã e Estados Unidos avance.

Segundo o ministro, a equipe econômica vai monitorar os efeitos na queda da cotação internacional do petróleo no preço para definir o melhor momento de encerrar a ajuda ao setor.

— A gente tem visto que o preço do combustível tem caído no Brasil. Espero que agora, com esse cessar fogo que foi recentemente anunciado, a gente siga com a diminuição do preço do petróleo, fazendo com que a inflação diminua com a redução do preço dos combustíveis — disse o ministro, após participar de audiência conjunta das comissões da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. — Vamos monitorar, mas a tendência é acabar os subsídios.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 19/06/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NOVA ESTAÇÃO DO MONOTRILHO ATÉ O AEROPORTO DE CONGONHAS INAUGURA ATÉ O FIM DO MÊS; SAIBA QUAL

Unidade será a primeira em formato diferente de embarque em São Paulo; passageiros da Linha 17-Ouro precisarão prestar atenção às telas e aos avisos sonoros para chegar ao destino correto

Por Malu Mões

O monotrilho da Linha 17-Ouro, que liga o metrô ao Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, vai inaugurar mais uma estação. A unidade Washington Luís começa a funcionar até o fim de junho, segundo apurou o Estadão.

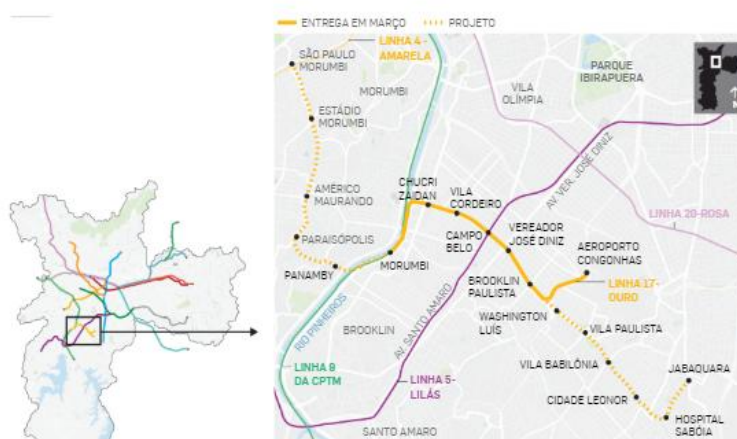
O transporte, porém, vai continuar funcionando apenas das 10h às 15h de segunda a sexta-feira. Por enquanto, o monotrilho não abre aos fins de semana. A linha foi entregue no fim de março e só deve iniciar a operação plena em outubro.

A estação fica entre as avenidas Jornalista Roberto Marinho e Washington Luís. Ela já estava pronta em março, mas o Metrô, responsável pela construção e administração inicial da linha, preferiu não colocar a unidade em operação no primeiro momento. Isso porque ela será a primeira em formato Y no Estado — já que ora o trem irá para Congonhas, ora para Washington Luís.

Por causa disso, os passageiros precisarão prestar atenção às telas e aos avisos sonoros para chegar ao destino correto. “Por exemplo, a cada dois trens para o aeroporto, um vai para a Washington Luís. Vamos controlar isso de acordo com a demanda de passageiros”, afirmou o diretor de Engenharia e Planejamento do Metrô, Roberto Torres Rodrigues.

Trajeto da Linha 17-Ouro

Abertura será ainda em operação parcial, com horário reduzido e maior tempo de espera



Dimensões dos vagões

Cada composição da Linha 17 tem 5 vagões



Fonte: METRÔ E BYD

ESTADÃO #1

A estação final da linha vai variar entre o Aeroporto de Congonhas e a Estação Washington Luís. O método é comum em metrô na Europa, a exemplo de Paris. Mas o paulista ainda vai precisar se acostumar com a novidade.

Por isso, o Metrô optou por inaugurar a linha primeiro e só depois inserir a inovação. Em março, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que a decisão foi tomada “por uma questão de segurança” dos usuários.



Estação Aeroporto de Congonhas, da Linha 17-Ouro. ***Foto: Werther Santana/Estadão***

Em outubro, está previsto o início da operação diária das 4h40 à meia-noite. Nessa fase, a administração da linha passará para a concessionária Motiva (atual nome da CCR).

Até lá, o transporte de passageiros será gratuito, já que o funcionamento ainda é parcial. Depois, serão cobrados R\$ 5,40, como nas demais linhas do metrô.

Quando atingir o funcionamento pleno, em outubro, a expectativa é transportar 93 mil usuários por dia. Por enquanto, a linha recebeu cerca de 220 mil pessoas em quase três meses.

“A operação transitória avalia o desempenho dos sistemas, trens e estações em toda a linha, e sua evolução, para poder inserir mais trens em funcionamento simultâneo e a operação em carrossel, ampliando o horário e os dias de atendimento”, afirmou o Metrô em nota.

O monotrilho conecta Congonhas às linhas 5-Lilás (na Estação Campo Belo) e 9-Esmeralda (Morumbi).

Obra sai do papel após atrasos

A obra sai do papel 13 anos após o prazo prometido para entrega. Previsto originalmente para chegar até o Estádio do Morumbi e a Estação Jabaquara, o monotrilho irá do aeroporto até a Estação Morumbi da CPTM.

Originalmente, o monotrilho foi anunciado em janeiro de 2010, como uma das obras para a Copa do Mundo de 2014. A previsão era de construir 18 estações entre Congonhas e o Estádio do Morumbi para facilitar o trajeto de torcedores e turistas.

Depois, a organização da Copa trocou o Morumbi pelo estádio do Corinthians, em Itaquera, para receber as partidas de futebol. As obras perderam financiamento federal e, após 2014, as construtoras responsáveis pelas obras, Odebrecht e Andrade Gutierrez, ainda foram atingidas pela Operação Lava Jato.

O Metrô de São Paulo rescindiu o contrato com as empresas em 2016. A obra parou por anos, e o impacto da Lava Jato no setor dificultou uma nova contratação.

A obra só foi retomada em 2020 e, ainda assim, passou por novas trocas de empresas e paralisações. “Tivemos problemas com várias contratadas e superamos esses desafios”, disse Rodrigues, do Metrô.



O monotrilho da Linha 17-Ouro vai conectar o Aeroporto de Congonhas às linhas 5-Lilas e 9-Esmeralda. ***Foto: Divulgação/Metrô***

Já a equipe de Geraldo Alckmin, governador pelo PSDB na época da promessa do monotrilho, diz que o prazo foi estipulado após ouvir o mercado. E que a Lava Jato impactou as condições financeiras do setor. Alckmin (PSB) é hoje vice-presidente da República.

Em 2010, o projeto de 18 estações era orçado em R\$ 2,9 bilhões (cerca de R\$ 7,1 bilhões em valores corrigidos pela inflação), que seriam divididos entre os governos federal, estadual e municipal.



O custo total dessa primeira etapa da obra ficou em R\$ 5,97 bilhões. Conforme o governo do Estado, o valor atual inclui estruturas que atenderão à linha e despesas dos contratos paralisados.

O Metrô afirma que ainda há intenção de construir as outras dez paradas, completando o trecho até as estações São Paulo-Morumbi, da Linha 4-Amarela, de um lado, e até o Jabaquara, da 1-Azul, do outro.

O governo prevê contratar ainda neste ano o projeto técnico para quatro novas estações: Panamby, Paraísopolis, Américo Maurano e Vila Paulista. A expectativa é de iniciar a construção em 2029, com estimativa preliminar de entrega em 2031.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 19/06/2026

COMO O SUPER EL NIÑO PREVISTO PARA OS PRÓXIMOS MESES PODE DEIXAR A CONTA DE LUZ MAIS CARA EM 2027?

Fenômeno climático pode aumentar o volume de chuvas em determinadas regiões e intensificar a seca em outras áreas, provocando um desequilíbrio no setor

Por Ana Paula Machado (Broadcast) e Luciana Collet (Broadcast)

O super El Niño, que tende a se formar ao longo dos próximos meses, pode trazer consequências para o bolso do brasileiro no ano que vem, com um aumento mais elevado da conta de luz. Para preservar os reservatórios das hidrelétricas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) poderá ter de acionar mais as termelétricas em 2027, que geram energia mais cara, pois, com o evento climático extremo, a reserva feita durante o último período chuvoso pode diminuir mais intensamente e entrar no próximo ano com o nível dos reservatórios mais baixo.

Com menos água disponível nos reservatórios, o sistema pode depender mais das termelétricas, que produzem energia mais cara. Isso aumenta a chance de bandeiras tarifárias mais elevadas e de contas de luz mais caras para consumidores e para as empresas.

“A evolução das condições hidrológicas ao longo dos próximos meses e, principalmente, o comportamento das chuvas durante o próximo período úmido serão determinantes para a formação de preços em 2027”, disse o gerente de Preços e Estudos de Mercado da consultoria Thymos, Pedro Moro.

A projeção da Thymos aponta para um Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) — valor de referência para o mercado de energia usado nas negociações e que influencia os custos do setor — médio entre R\$ 150 por megawatt-hora (MWh) e R\$ 200/MWh no segundo semestre de 2026. “Esse intervalo representa uma média para o período. Mesmo em um cenário de reservatórios relativamente confortáveis, podem ocorrer oscilações relevantes entre os meses e ao longo das horas do dia, em função das condições hidrológicas, meteorológicas e operativas do sistema”, disse Moro.

Ele pondera, no entanto, que os efeitos do El Niño podem variar de forma relevante entre as regiões do País e ao longo do tempo. No Sul, o fenômeno tende a provocar chuvas mais intensas durante a primavera, com efeito potencialmente positivo sobre o cenário hidrológico. Por outro lado, o fenômeno costuma reduzir as chuvas no Norte e no Nordeste durante o próximo período úmido, a partir de novembro. Esse efeito pode se tornar mais relevante para o balanço energético e para a formação de preços ao longo de 2027.

“Adicionalmente, temperaturas mais elevadas durante a primavera podem aumentar a demanda por energia e contribuir para a ocorrência de consumo elevado de energia e de PLD, ampliando a volatilidade diária dos preços”, disse o especialista. “A influência mais direta do fenômeno é o acionamento das bandeiras tarifárias, que adicionam taxas extras à conta de luz.”

Segundo a projeção da Thymos, a bandeira tarifária deve permanecer amarela até novembro. E em dezembro há possibilidade de bandeira verde, ou seja, sem taxa.

Mateus Cavaliere, responsável por Planejamento e Inteligência de Mercado da consultoria PSR, ressalta que um dos efeitos do El Niño pode ser um período chuvoso mais intenso também no Sudeste, o que favoreceria o armazenamento de água na região.



Reservatórios de hidrelétricas da região Norte e Nordeste podem sofrer com a seca Foto: Roney Vieira/Norte Energia

“Temos de ver se ele (El Niño) vai ficar restrito à região Sul ou se vai para o Sudeste e, com isso, encher mais os reservatórios. Mas aumentos dos custos podem ser vistos ainda este ano, pois, apesar de os reservatórios estarem cheios agora, a depender do período seco, o sistema elétrico pode ficar mais pressionado com um consumo maior.”

Para 2027, a depender da severidade do El Niño, ele acredita que pode haver elevação dos custos e a manutenção dessas despesas no ano seguinte. “Se o nível dos reservatórios cair muito, isso pode se estender para 2028; é um cenário que não deve ser dispensado.”

O importante é a coesão do setor para minimizar os impactos

Cavaliere disse ainda que o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é fundamental na coordenação com os diferentes atores para situações mais extremas do clima, como o El Niño. “As distribuidoras do Sul, por exemplo, devem estar preparadas para eventos como enchentes. Já as transmissoras podem ver aumento das perdas nas linhas de transmissão. Com o aquecimento dos cabos em épocas de calor intenso, isso coloca mais pressão sobre a rede.”

Segundo ele, as empresas já trabalham em medidas para mitigar os efeitos de eventos extremos, como o monitoramento via satélite e planos de contingência com as equipes técnicas para dar um atendimento mais rápido aos clientes. “Existe muita gente falando da potencialidade do El Niño, mas o mais importante é a coesão do setor para tentar minimizar ao máximo o impacto, e isso é um trabalho da Aneel.”

Na próxima segunda-feira, 22, a agência reguladora vai realizar uma reunião com agentes do setor e órgãos governamentais sobre as medidas preventivas de enfrentamento ao El Niño. O encontro será na sede da Âmbor Energia Amazonas, em Manaus (AM).

Para o coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, o risco maior do El Niño será calibrado a partir de outubro e o problema pode passar para 2027, caso o efeito do evento climático seja mais severo.

“Mas, tem risco de apagão? Não, porque há outras fontes que podem entrar no sistema. O que acontece é que vai acionar principalmente as termelétricas para economizar os reservatórios, e isso vai fazer com que a bandeira tarifária aumente”, disse Castro. “Custa mais caro do que outras fontes. O efeito do El Niño impacta diretamente no custo da energia elétrica e, consequentemente, na inflação.”

Elétricas se preparam para super El Niño

Em um cenário de um super El Niño, empresas e autoridades do setor elétrico trabalham em medidas para mitigar impactos nas redes de distribuição e transmissão de eletricidade e nas usinas de geração, bem como fortalecem planos de contingência que permitam melhor resposta em caso de eventos extremos.



A experiência acumulada após episódios recentes vem servindo como guia para evitar novos impactos severos a equipamentos, redes e instalações e aprimorar o planejamento para enfrentar as ocorrências. Na Copel, que lidou em novembro do ano passado com os reflexos de um tornado de categoria F4, com ventos que chegaram a 400 km/h no município de Rio Bonito do Iguaçu (PR), além da revisão do plano de contingências, a empresa está aumentando a força de trabalho e aprimorando o uso de tecnologia para planejamento das operações.

Segundo o superintendente de Operação e Manutenção da Copel, Gustavo Theodor Carvalho, após 10 anos, a empresa está em fase de contratação de eletricitas e os novos funcionários deverão concluir o treinamento em agosto, às vésperas do período de possível maior impacto do El Niño, a partir da virada do inverno para a primavera, em setembro. Serão mais de 100 novos profissionais, que poderão atuar no primeiro atendimento de ocorrências.

Adicionalmente, a companhia aposta em uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida em parceria com o Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar), que indica o impacto operacional de eventos climáticos previstos para o período de sete dias à frente. “Isso se mostrou muito assertivo nos temporais do ano passado e temos trabalhado para que o uso da ferramenta ajude a empresa a posicionar equipes e equipamentos antes dos eventos”, disse Carvalho, citando que a medida permite direcionar equipes de trabalho de maneira mais eficiente.

Já na CPFL Energia, que enfrentou as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, algumas situações vivenciadas na ocasião devem ser evitadas agora. A empresa realizou no último ano obras de ajustes para evitar novos impactos de eventuais cheias, afirmou o presidente da companhia, Gustavo Estrella. Numa subestação que ficou inundada à época, por exemplo, a casa de máquina foi realocada para um pavimento superior, o que deve permitir evitar problemas com eventuais novas inundações.

Parcerias entre empresas e governo

Durante evento do setor de distribuição realizado semana passada, Estrella, da CPFL, também citou lições aprendidas relacionadas à capacidade de mobilização, à comunicação com a população, à colaboração entre órgãos de governo e também entre as próprias empresas do setor. “A parceria com esses setores é fundamental para que a gente possa mobilizar os esforços e conseguir enfrentar a crise”, disse.

É exatamente o que vem fazendo a Celesc, que estruturou, em parceria com a Secretaria de Defesa Civil do governo de Santa Catarina, um plano de contingência que favoreça a atuação preventiva e coordenada, como contou o presidente da companhia, Edson Moritz, no mesmo evento. A iniciativa inclui monitoramento meteorológico permanente, mobilização antecipada de equipes nas 16 diferentes regionais da companhia e a distribuição de equipamentos para uso emergencial, como baterias e geradores próprios, e acionamento de estruturas de apoio, conforme a gravidade de cada evento.

Moritz classificou o plano como “muito avançado” e citou aprendizados da experiência vivida com o enfrentamento das inundações registradas em outubro de 2023, quando ele estava à frente da empresa de saneamento, Casan. “Santa Catarina, por sua característica, tem vento no oeste, água no meio-oeste, inundações, problemas de barragens, que precisam ser controlados. Ou seja, é um ecossistema muito complexo e exige, de todos nós, uma grande flexibilidade de gestão”, disse.

Em âmbito federal, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Aneel também vêm realizando esforços de monitoramento e mobilização visando medidas preventivas frente à perspectiva de um “super El Niño”. A agência reguladora marcou para a próxima segunda-feira uma reunião com agentes do setor e órgãos governamentais para discutir as medidas preventivas de enfrentamento ao fenômeno El Niño, em Manaus (AM).

Adicionalmente, enviou um ofício às empresas responsáveis por empreendimentos hidrelétricos, alertando para a necessidade de ações preventivas com foco em segurança de barragens, visando identificar e mitigar fatores de risco que possam implicar redução do nível de segurança das barragens e estruturas associadas.

O responsável por Planejamento e Inteligência de Mercado da consultoria PSR, Mateus Cavaliere, disse considerar o papel da Aneel fundamental na coordenação com os diferentes atores para situações mais extremas do clima, como o El Niño. “Existe muita gente falando da potencialidade do El Niño, mas o mais importante é a coesão do setor para tentar minimizar ao máximo o impacto, e isso é um trabalho da Aneel.”

Conjunto de medidas com foco na prevenção

O Grupo Energisa informou que vem aprimorando, desde 2011, sua atuação em eventos climáticos extremos, com foco em prevenção, monitoramento e resposta. Destacou que, desde dezembro de 2025, também se prepara para atender às exigências da Resolução Normativa da Aneel nº 1.137, criada para fortalecer a atuação das distribuidoras em situações de eventos extremos, com diretrizes mais claras para ações preventivas, como poda e manejo da vegetação, além de reforçar procedimentos relacionados à resposta a emergências, à comunicação com a população e à divulgação de informações sobre interrupções e previsão de restabelecimento do fornecimento.

Segundo a empresa, a preparação das nove distribuidoras do grupo, que atuam no Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País envolve frentes específicas para ondas de calor, queimadas, tempestades e outras contingências, buscando reduzir vulnerabilidades, acelerar o restabelecimento do serviço e preservar a segurança de clientes, colaboradores e comunidades.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 19/06/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

CONHEÇA A CADEIA COMPLEXA QUE FORMA O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Essencial para garantir o abastecimento do país, setor de distribuição responde por apenas cerca de 5% do valor cobrado nas bombas

Por Sindicom



Logística de distribuição: a infraestrutura estratégica que conecta o refino ao consumidor e integra a composição do preço — Foto: Getty Images/rgaydos

O abastecimento de um veículo representa o momento final do trabalho de uma cadeia complexa e integrada. O produto lançado sobre o tanque é resultado de um grande esforço entre diferentes players, muitos deles atuando a milhares de quilômetros do posto. Segundo uma análise realizada pela LCA Consultoria a partir dos dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de cada 100 reais cobrados do motorista, R\$ 61 cobrem os custos de produção e importação. Outros R\$ 16, em média, são resultado do recolhimento de tributos, enquanto a mistura obrigatória de biocombustíveis responde por R\$ 10. Distribuição e revenda somam os R\$13 restantes. Dentro desta parcela, a fatia das distribuidoras é inferior à metade e alcança aproximadamente 5%.

O que significa que a maior parte do preço dos combustíveis está concentrada na etapa de produção e na cobrança de tributos. Os elos finais da cadeia, aqueles que o consumidor visualiza, têm uma participação muito menor, como explica Gustavo Madi, diretor da LCA Consultoria. “A parcela que fica com os distribuidores é relativamente pequena. Estas empresas operam com margens estreitas e precisam gerenciar diariamente o fato de que a produção é concentrada, mas o consumo é

capilarizado. Com o que recebem, precisam acomodar todos os custos que suportam diariamente, tais como transporte, armazenamento, logística de abastecimento, manutenção de infraestrutura e capital de giro”.

Impacto externo

Entre os muitos fatores que afetam o preço final está o cenário geopolítico. Em momentos de instabilidade internacional, como se vê neste momento, com o conflito no Irã, os preços tendem a subir e pressionar o valor final na bomba. Para o Brasil, que importa aproximadamente 30% do diesel que consome, o noticiário se torna fonte de preocupação. Afinal, além de impactar a composição dos valores cobrados nas bombas, dificuldades logísticas em pontos estratégicos, como o estreito de Ormuz, podem, no limite, colocar em risco o abastecimento do país.

O setor de distribuição atua de forma consistente para evitar este cenário extremo, segundo David Zylbersztajn, presidente do conselho de administração do Sindicom e ex-diretor-geral da ANP. “O setor de combustíveis é caracterizado pela interdependência profunda entre os diferentes atores, e choques externos repercutem com rapidez sobre toda a cadeia. A distribuição é o elo que exerce a função estratégica de conectar refinarias e importadores ao consumidor final, garantindo que a energia motora do país flua sem interrupções”, afirma. “O combustível mais caro é sempre aquele que falta. E o setor trabalha diariamente para que isso não aconteça”.

A complexidade para manter o abastecimento em um país de dimensões continentais exige um grande esforço logístico multimodal, que combina dutos, ferrovias, navios e caminhões. Manter essa engrenagem ativa 24 horas por dia demanda planejamento constante para superar gargalos e gerir estoques, como lembra Márcio Lago, professor de estratégia e precificação, pesquisador da FGV Energia e ex-Superintendente de Estudos Econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. “A logística envolve uma camada extra de complexidade, já que os principais produtores de combustíveis renováveis estão concentrados longe das maiores fontes fósseis. É preciso garantir as misturas obrigatórias, com rigor técnico e controle de qualidade permanente. Dado o tamanho do desafio, o setor é muito eficiente”.

Ao longo de mais de um século, o setor de distribuição no Brasil construiu experiência e capacidade para enfrentar períodos de grande complexidade e transformação. A atividade teve início no Brasil em 1912, para acompanhar o crescimento da frota de automóveis nas principais cidades. Surgido em 1941, o Sindicom acompanha a evolução do setor e lhe dá suporte em seus momentos mais desafiadores, incluindo a Segunda Guerra Mundial, a crise do petróleo da década de 1970, a hiperinflação brasileira dos anos 80, a crise econômica global de 2008 – e o momento atual, caracterizado pela incerteza.



Logística e transparência: entender o papel da distribuição é essencial para desmistificar a formação de preços e fortalecer a previsibilidade no setor — Foto: Getty Images/Jaroslav Kilian

Eixo da economia

As empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes movimentam o equivalente a 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do comércio brasileiro — o que representa cerca de R\$ 881 milhões — além de gerarem 447 mil empregos diretos e indiretos e uma arrecadação tributária que atingiu R\$ 232 bilhões em

2025. Com essa força econômica, o setor alcança todos os 5.569 municípios do país e abastece aproximadamente 200 mil veículos por hora, totalizando 137 bilhões de litros por ano. As distribuidoras e os postos representam uma parcela pequena dos custos, e ao mesmo tempo exercem uma grande responsabilidade para garantir o abastecimento do país. São elas, inclusive, que atualmente garantem a importação do diesel necessário. Embora a Petrobrás concentre quase toda a oferta interna, a estatal não tem participado desse esforço de importação devido à alta do petróleo e ao conflito no Oriente Médio.

Na prática, o consumidor paga por uma soma de etapas que envolvem desde o refino ou importação até a chegada ao posto, com impactos relevantes também do câmbio e do preço do petróleo no exterior, como explica Zylbersztajn. Para o executivo, o fortalecimento de uma estabilidade nas regras de mercado é o que garante ao país a resiliência necessária para absorver choques internacionais. “Para compreender o impacto da crise no bolso do brasileiro, é fundamental analisar o mercado não como evento isolado no posto, mas como uma cadeia integrada. Compreender seu funcionamento é essencial para qualificar o debate público, evitar interpretações equivocadas e fortalecer a transparência e a previsibilidade no setor de combustíveis no Brasil”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/06/2026

CSN AINDA NÃO PAGOU O QUE ESTÁ VENDENDO

Entre ativos de infraestrutura que fazem parte do plano de desinvestimento está Tora, comprada no ano passado

Por Maria Luíza Filgueiras — São Paulo



Benjamin Steinbruch, da CSN, está vendendo ativos para reduzir alavancagem — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Entre os ativos de infraestrutura que colocou à venda, a CSN incluiu a companhia de logística Tora, comprada no ano passado. O grupo de Benjamin Steinbruch quer se desfazer do ativo antes mesmo de quitá-lo, como parte do plano de desalavancagem. Pelo acordo firmado em abril de 2025, os 70% da Tora foram negociados a R\$ 742,5 milhões. No fechamento da operação, a CSN pagou R\$ 300 milhões.

Os demais R\$ 442,5 milhões, corrigidos, seriam pagos em três parcelas anuais em 2026, 2027 e 2028. A primeira delas venceria no dia 1º de abril, mas a CSN ainda não teria quitado, segundo fontes com conhecimento do assunto.

Ao Pipeline, a companhia diz que "não há nenhum descumprimento das condições de pagamento acordadas entre as partes para a compra da Tora, operadora logística de integração de modais", sem detalhar se houve quitação ou renegociação do prazo de abril.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/06/2026

COM DIVISÃO DA RAÍZEN, DUAS GESTORAS ESPECIALIZADAS PODEM FICAR COM AÇÕES DE CREDORES

Credores são os bancos, detentores de papéis da dívida externa (bondholders) e os da dívida local (debenturistas e crazistas)

Por Fernanda Guimarães, Valor — São Paulo

O processo de recuperação extrajudicial da Raízen, o maior do país com dívidas sendo negociadas de cerca de R\$ 65 bilhões, está movimentando as gestoras especializadas, conhecidas como “special sists” (do inglês, situações especiais). Duas gestoras poderão ser selecionadas para assumirem parte do crédito dos credores, visto que o plano prevê a divisão da companhia, hoje controlada pela Cosan e Shell, em uma unidade de açúcar e etanol e outra com os ativos de distribuição.

Conforme apurou o Valor, muitas gestoras estão em contato com os credores, grupo bastante amplo que inclui cerca de vinte bancos entre nacionais e estrangeiros, detentores de papéis da dívida

externa (bondholders) e os da dívida local (debenturistas e crazyistas, que são os donos dos Certificados de Recebíveis Agrícolas).



IG4 já fez oferta para comprar créditos da Raízen — Foto: Divulgação

Na unidade de açúcar e etanol uma candidata a assumir seria a gestora Makalu assume; em distribuição a Geribá, apurou o Valor com fontes que falaram na condição de anonimato.

Outras casas ainda mantêm conversas com os credores, o que deve aumentar a competição. Conforme já noticiou o Valor, a IG4, que

recentemente assumiu o controle da Braskem, já se antecipou e fez proposta aos credores. A Mapa também está estudando os ativos, segundo interlocutores. Fontes afirmam que reuniões estão sendo marcadas entre essa e a próxima semana para se discutir o assunto.

No caso da IG4, as conversas já estão ocorrendo individualmente e a proposta formal foi feita na última segunda-feira. A proposta é pela Raízen como um todo e a estratégia foi de trazer três alternativas aos credores por conta dos diferentes perfis no grupo, disse uma fonte. Por isso existe a possibilidade do credor vender o seu crédito a ser convertido em ações e a IG4 está capitalizada para fazer esse desembolso, disse um interlocutor próximo das conversas.

Uma fonte disse que dado o grande número de credores é muito difícil uma unidade entre eles para a venda do crédito e por isso colocar na mesa diferentes possibilidades facilita o processo. A IG4 ofereceu, além da compra do crédito a ser convertido, a opção ao credor de deter derivativos (que seriam emitidos pela gestora, modelo adotado na Braskem) ou cotas do fundo que terá as ações da companhia.

A decisão dos credores, disse uma fonte, ainda deve demorar, visto que a conversão de parte da dívida em ações deverá ocorrer até março do próximo ano. Há ainda condições precedentes a serem cumpridas, como um acordo em relação aos passivos fiscais da empresa. A visão, contudo, é de que esse processo irá ocorrer visto que não seria possível fazer uma reestruturação em uma empresa de capital pulverizado. No processo de "RE", os credores converterão 45% da dívida em participação acionária, que será distribuída entre essas duas empresas oriundas da atual Raízen. A dívida remanescente seria alongada, também entre as duas unidades.

No geral, os credores bancários, quando há uma iminente conversão da dívida em ações, procuram essas gestoras, que montam uma estrutura para receber essa participação, no geral uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). Em seguida, essa estrutura faz uma emissão de debêntures, que passa a ser detida pelo credor. No geral, os contratos firmados possuem uma previsão de ganho futuro, no geral um "earn-out" em evento de liquidez, ou seja, a venda da empresa.

No momento os credores estão selecionando o nome do que foi batizado de Creditor Restructuring Advisory Officer (CRAO), que nada mais é do que o consultor no processo do lado dos detentores da dívida. Estão no páreo Camille Faria (que participou do processo de reestruturação da Americanas), Mateus Tesler (ex-Jive), Helena Ramos e Mário Peixoto (sócio da Makalu).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/06/2026

EL NIÑO DEVE AFETAR ESCOAMENTO DE CARGAS POR HIDROVIA NO ARCO NORTE

Redução das precipitações na região pode afetar o fluxo de transporte pelas hidrovias

Por Nayara Figueiredo — São Paulo



Porto de Mirituba (PA): altura do Rio Tapajós tende a ficar cerca de 0,9 metro abaixo dos níveis normais em anos de El Niño — Foto: Lucas Nunes/Famato

O fenômeno climático El Niño eleva as temperaturas em todo o Brasil, sobretudo entre o final do inverno e o verão no Hemisfério Sul. Há também chuvas abaixo da média nas regiões Norte e Nordeste, e acima da média no Sul. A condição pode comprometer os níveis de escoamento de cargas por hidrovias estratégicas para o transporte de grãos de Mato Grosso até os portos do Arco Norte. Os rios

também são rotas para levar fertilizantes importados aos produtores do Centro-Oeste.

A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês) confirmou, na última semana, que o El Niño está ativo e pode se fortalecer nos próximos meses.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 19/06/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SETOR SE DESPEDE DE SÉRGIO SALOMÃO, DA ABRATEC

Por Executivos 19/06/2026 - 19:44



Sérgio Henrique Cavalcanti Salomão, uma das principais lideranças do setor marítimo e portuário brasileiro, morreu nesta sexta-feira (19), no Rio de Janeiro (RJ). A Associação Brasileira dos Terminais de Contêiner lamentou profundamente a perda de seu fundador e presidente de honra. Em nota, a Abratec destacou que a trajetória profissional de Sérgio Salomão se confunde com a própria evolução do setor. A entidade ressaltou que, antes mesmo da fundação da entidade, Salomão já era uma referência na defesa da navegação brasileira e no fortalecimento da atividade marítima.

A Abratec lembrou a contribuição para o desenvolvimento da cabotagem, da marinha mercante e da infraestrutura logística do país. Ao longo de sua carreira, Sérgio Salomão presidiu o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) e atuou como diretor-sócio da Companhia de Navegação do Norte (Conan).

“Foi a partir dessa sólida experiência e de sua reconhecida capacidade de articulação que ajudou a fundar a Abratec, entidade que presidiu por anos. Sob sua liderança, a associação consolidou-se como uma voz respeitada em defesa dos terminais de contêineres e no aprimoramento do ambiente portuário brasileiro”, manifestou a Abratec. Recentemente, Salomão recebeu uma das mais simbólicas demonstrações de reconhecimento institucional do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Nos últimos meses, ele enfrentava um tratamento contra um câncer. Sérgio Salomão, que tinha 68 anos, deixa a esposa, Elza, o filho Sérgio, a enteada Paula, irmãos e netos. “Seu legado permanecerá vivo na história do setor marítimo e portuário brasileiro e na memória daqueles que com ele conviveram e testemunharam sua cordialidade, generosidade e compromisso com o desenvolvimento do país”, concluiu a Abratec.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026

EMPRESA EXPORTA 17 LOCOMOTIVAS PRODUZIDAS EM MG VIA PORTO DO AÇU

Por Danilo Oliveira Portos e logística 19/06/2026 - 19:15



Carga da Wabtec, fabricada em Minas Gerais, foi embarcada nos últimos meses para Austrália no T-Mult do complexo portuário privado no Norte Fluminense

O Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), realizou sua primeira operação de movimentação de locomotivas voltadas à exportação. Ao todo, 17 unidades produzidas em Contagem (MG) pela Wabtec — empresa global de tecnologia e soluções para transporte ferroviário — foram embarcadas para a Austrália. As locomotivas foram armazenadas e preparadas para embarque no Terminal Multicargas (T-Mult).

Cada unidade possui aproximadamente 20,5 metros de comprimento, 3,07 metros de largura, 4,09 metros de altura e pesa cerca de 115 toneladas, totalizando quase 2 mil toneladas na operação completa. A Action Cargo ficou responsável pela logística desde o transporte terrestre até o frete marítimo internacional. A primeira movimentação, com três unidades, foi realizada em dezembro de 2025. A segunda, com sete locomotivas, ocorreu em março de 2026. A terceira e última etapa, também com sete unidades, foi concluída em maio, totalizando as 17 unidades inicialmente previstas.

As empresas destacaram que a operação exigiu a integração entre os envolvidos na construção de soluções logísticas customizadas e a flexibilidade para atender aos requisitos do projeto. O gerente de logística e transporte da Wabtec na América Latina, Thiago Elias, disse que a exportação das 17 locomotivas exigiu um planejamento logístico robusto em todas as etapas, considerando as características e dimensões dos equipamentos. Leonardo Andrade, da Action, acrescentou que houve necessidade de criar condições de fumigação e lavagem de toda a locomotiva dentro da zona primária do porto para atender as necessidades das autoridades australianas.

Em 2025, o T-Mult bateu recorde, com 2,1 milhões de toneladas movimentadas, incluindo granel sólido, carga geral (breakbulk) e cargas de projeto — registrando crescimento de 15,9% frente ao ano anterior, ampliando seu portfólio de cargas e clientes. O diretor de terminais e logística do Porto do Açu, João Braz, destacou que a operação reforça a capacidade do complexo portuário de estruturar soluções logísticas sob medida para cargas de projeto, com disponibilidade de área para armazenagem e flexibilidade operacional para atender demandas específicas dos clientes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE IMBITUBA ULTRAPASSA 3,29 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ MAIO

Da Redação Portos e logística 19/06/2026 - 16:00



Entre janeiro e maio, o complexo portuário de Imbituba movimentou mais de 3,29 milhões de toneladas de cargas e contabilizou 145 navios atendidos. Somente em maio, foram registradas 637 mil toneladas e 27 embarcações, evidenciando o ritmo crescente das operações e a consolidação do Porto como um centro logístico estratégico para o Sul do país.

As importações corresponderam a 44,6% das cargas movimentadas e atingiram 1,46 milhão de toneladas no acumulado do ano, aumento de 7,2% frente ao período

de janeiro a maio de 2025. Os principais destaques foram hulha betuminosa, sal, coque de petróleo e outros insumos industriais, demonstrando a diversidade das cadeias produtivas atendidas pelo Porto.

As exportações, por sua vez, responderam por 40,9% da movimentação total e alcançaram 1,3 milhão de toneladas, representando crescimento de 12,5% em relação ao mesmo período de 2025. Entre os principais produtos embarcados estão coque calcinado, coque não calcinado e farelo de milho.

A cabotagem, que é a navegação entre os portos brasileiros, ficou com a fatia de 10% da movimentação de cargas de janeiro a maio de 2026, e o transbordo de cargas dentro do próprio Porto de Imbituba com 4,5% do volume transportado no período.

Para o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, Ivan Amaral, os resultados refletem a eficiência da gestão e os investimentos realizados na infraestrutura logística do estado. “Os números alcançados pelo Porto de Imbituba demonstram a capacidade de Santa Catarina de planejar e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento logístico. Estamos fortalecendo uma infraestrutura moderna, eficiente e preparada para atender à crescente demanda do comércio nacional e internacional, ampliando a competitividade catarinense e atraindo novos investimentos para o estado”, destaca Ivan Amaral.

Os graneis sólidos continuam liderando a movimentação portuária em Imbituba, somando 2,4 milhões de toneladas no acumulado do ano e representando 74% do volume total. Entre os principais produtos estão coque de petróleo, hulha betuminosa, açúcar a granel, sal e farelo de milho.

Paralelamente, o segmento de contêineres mantém trajetória de expansão e já responde por 20,9% da movimentação total, equivalente a 687,7 mil toneladas. O avanço indica o aumento da participação de cargas de maior valor agregado e a diversificação das operações portuárias. A carga geral também registrou participação relevante, com mais de 147 mil toneladas movimentadas, representando 4,5% do total.

Segundo o diretor-presidente dos Portos Imbituba e Laguna, Christiano Lopes, os resultados apontam para um ciclo sustentável de crescimento. “Os indicadores registrados em 2026 são resultado de um trabalho contínuo de modernização, eficiência operacional e planejamento estratégico. Seguimos investindo na ampliação da capacidade portuária, em soluções tecnológicas e em práticas sustentáveis que elevam nossa competitividade e fortalecem o Porto de Imbituba como uma das principais portas de entrada e saída do comércio brasileiro”, afirma Christiano Lopes.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) apontam que as operações realizadas por meio do Porto de Imbituba movimentaram mais de US\$ 799 milhões entre janeiro e maio de 2026, crescimento de 12,3% em comparação com o mesmo período de 2025, consolidando a relevância do Complexo Portuário para a balança comercial catarinense e nacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026

PORTO DE ITAJAÍ AVANÇA EM PROJETO ESTRATÉGICO PARA IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL DE CRUZEIROS

Da Redação Portos e logística 19/06/2026 - 15:58



O Porto de Itajaí deu mais um passo para a implantação do futuro terminal de cruzeiros do município. Durante a sessão solene em alusão aos 166 anos de Itajaí, realizada na noite desta quarta-feira (17), na Câmara de Vereadores, o superintendente do Porto de Itajaí, Artur Antunes Pereira, recebeu o documento Masterplan que servirá de base para o desenvolvimento das próximas etapas do empreendimento.

O projeto integra a estratégia de expansão do Porto de Itajaí e faz parte do conjunto de investimentos previstos para fortalecer a infraestrutura portuária, ampliar a capacidade operacional do complexo e consolidar o município como um dos principais destinos de cruzeiros marítimos do país.

O futuro terminal de cruzeiros será implantado em área vinculada ao Porto de Itajaí e contará com uma estrutura moderna voltada à recepção de passageiros. O empreendimento prevê áreas de check-in, triagem de bagagens, salas de espera, espaços VIP e demais serviços destinados ao atendimento dos turistas e à operação dos navios de passageiros.

O Masterplan foi elaborado pelo Instituto Mais Itajaí, organização da sociedade civil formada por empresas e instituições locais, e servirá como referência técnica para a elaboração do projeto executivo e para o avanço das etapas necessárias à implantação do terminal.

O empreendimento conta com investimento previsto de R\$ 300 milhões do Governo Federal, destinado à construção de um píer exclusivo para atracação de navios de passageiros. A estrutura permitirá a operação dedicada dos cruzeiros marítimos, fortalecendo o turismo, a economia local e a integração entre o porto e a cidade.

Segundo o diretor-geral de Operações Logísticas do Porto de Itajaí, Rafael Vano Canela, o projeto representa um avanço importante para o desenvolvimento do Porto e do município.

“Com a implantação de um píer dedicado aos cruzeiros, teremos uma estrutura adequada para receber passageiros e operar os navios de turismo, ao mesmo tempo em que fortalecemos a organização e a eficiência das operações portuárias. É um projeto estratégico para o futuro do Porto de Itajaí, que contribui para o desenvolvimento econômico, turístico e logístico do município”, destacou.

Para o superintendente do Porto de Itajaí, Artur Antunes Pereira, o avanço do projeto reforça o protagonismo da Autoridade Portuária na construção de soluções estratégicas para o futuro do complexo portuário.

“O terminal de cruzeiros é mais um compromisso do Governo Federal com Itajaí. Depois da federalização do Porto e da retomada da movimentação de cargas, avançamos agora em um projeto que vai impulsionar o turismo, fortalecer a economia da região e gerar mais empregos e renda para a população. É uma obra estratégica para Itajaí e para Santa Catarina”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026

PORTO SUDESTE ATINGE 20% DAS OBRAS DO PRIMEIRO DOLFIN PARA STS

Por Danilo Oliveira Portos e logística 19/06/2026 - 15:20



Previsão de investimentos para os dois dolfin para 'transbordos double banking' é de US\$ 60 milhões. Primeira estrutura deve entrar em operação no começo de 2027

O Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ), atingiu aproximadamente 20% das obras do primeiro dos dois dolfin do terminal privado que serão dedicados a operações de ship-to-ship a contrabordo (double banking). A construção do píer avançado no mar sem conexão com a terra teve início no começo de 2026 e têm previsão de ser concluída ainda este ano, entrando

em operação até os primeiros meses de 2027. A estrutura para transferência de óleo, em área abrigada, nascerá preparada para navios VLCC (very large crude carrier) totalmente carregados.

Atualmente, as operações STS no Porto Sudeste vêm sendo realizadas em um dos berços no cais onde são realizadas operações de granéis sólidos minerais. Esse píer permite a operação de até dois navios de minério. Em 2026, foram realizadas 120 operações de transbordo, aproximadamente 12 milhões de barris. Em 2025, foram 19 operações, equivalentes a 19 milhões de barris. A partir de 2027, a capacidade será de 144 operações por ano na capacidade instalada. Cada navio classe Suezmax carrega 1 milhão de barris por operação.

“Fizemos várias operações de teste no píer existente. A partir do ano que vem, vamos fazer com eficiência nos dolphins”, disse o CEO do Porto Sudeste, Jayme Nicolato, a jornalistas, em visita promovida pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). No radar, estão a Petrobras e as demais oil companies, como Shell, Petrogal, Petrochina e Prio e outras operadoras que estão em negociação. Segundo o executivo, muitas vezes, fazem operações de ship-to-ship em mar aberto (underway), que podem oferecer mais riscos. A previsão de investimentos (capex) para os dois dolphins é de US\$ 60 milhões, o equivalente a R\$ 300 milhões. A construção do segundo dolphin vai ocorrer conforme a demanda.

A administração do terminal informou que esse primeiro dolphin já possui contratos de longo prazo e passará a oferecer disponibilidade a partir de 2027. “Nossos contratos, hoje, são de longo prazo, só que não garante disponibilidade. Com o dolphin pronto, a partir do ano que vem, entraremos em nova forma contrato onde vai garantir disponibilidade, contrato com mais compromisso de ambos os lados”, projetou Nicolato.

O empreendimento hoje tem capacidade para movimentar aproximadamente 50 milhões toneladas por ano, sendo 38 milhões de toneladas granéis sólidos, dos quais 5 milhões para carvão e 32 milhões para minério de ferro, além de 13 milhões de toneladas/ano de granéis líquidos. O terminal possui autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e dos órgãos ambientais para expandir a capacidade total de operação para até 100 milhões de toneladas. A ideia é que as capacidades para granéis sólidos e para líquidos sejam de 50 milhões de toneladas cada.

O TUP é administrado pela trading de commodities Trafigura e faz parte dos investimentos da 'Mubadala Capital', subsidiária de gestão de ativos alternativos da 'Mubadala Investment Company'.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025 DA OCEANPACT APONTA ALTA DE 6% NAS EMISSÕES E AVANÇO EM DESCARBONIZAÇÃO

Da Redação Offshore 19/06/2026 - 16:00



O Relatório de Sustentabilidade 2025 da OceanPact mostra que as emissões totais de gases de efeito estufa (GEE) da companhia cresceram 6% em relação a 2024, alcançando 56.184,74 toneladas de CO₂-equivalente (tCO₂-e) no Escopo 1, 65,61 tCO₂-e no Escopo 2 (abordagem “market-based”) e 201.264,85 tCO₂-e no Escopo 3, impulsionadas principalmente pelo aumento da atividade de embarcações e do afretamento para atendimento a contratos. Apesar da alta, o relatório destaca avanços na estratégia de descarbonização, com ações de eficiência energética, uso de energia renovável e projetos-piloto em combustíveis alternativos.

No campo da energia elétrica, a migração da sede da empresa para o Mercado Livre de Energia, com fornecimento 100% renovável, reduziu em 37,4% as emissões de Escopo 2, o equivalente a 39,27 tCO₂-e, além de gerar economia de 27% nos custos mensais de eletricidade, segundo o documento. A

companhia também reforçou a diretriz de priorizar o uso de energia da rede em docagens (shore power), o que permitiu cortar cerca de 168,22 tCO₂e em 2025, correspondentes a 0,60% das emissões de combustão móvel do Escopo 1.

Entre as iniciativas ligadas à frota, o relatório destaca testes com diesel verde (HVO) em embarcação de apoio portuário, em parceria com a VAST, e pilotos de eficiência energética, como sistemas anti-incrustantes e estudos de propulsão assistida por velas, voltados à redução do consumo de combustível. A OceanPact também vem ampliando a digitalização das operações, com coleta automatizada de dados de consumo, velocidade e perfil de navegação, usados em ferramentas de business intelligence para acompanhar trimestralmente o desempenho de emissões.

No eixo social, a companhia estruturou a governança de investimento social privado com a publicação de uma política específica e a criação de um comitê técnico para selecionar e monitorar projetos apoiados com recursos próprios e via leis de incentivo. Em 2025, o Programa de Aceleração realizado com o Instituto Ekloos beneficiou três organizações (Instituto Mar Urbano, Projeto INcluir Petrópolis e Instituto Marulho), com 435 horas de mentoria em sete meses, 232 atividades realizadas e crescimento médio de 22% no desenvolvimento institucional das entidades, o que rendeu à OceanPact o Prêmio de Sustentabilidade das Contratadas da VAST Infraestrutura 2025 na categoria Social.

O relatório também apresenta resultados de projetos socioambientais ligados aos oceanos, como a coleta de 3.587,4 kg de redes de pesca fantasma e 1.672 kg de outros resíduos pelo Instituto Marulho, gerando R\$ 314.670,92 em renda para comunidades caiçaras e produção de 16.823 produtos a partir de material recuperado, além da participação na COP30. Já o Instituto Mar Urbano, apoiado pela empresa, alcançou 3.004.948 pessoas nas redes sociais com conteúdos de educação oceânica, produziu 514 conteúdos e realizou ações presenciais com mais de 41 mil pessoas.

Na frente de voluntariado e responsabilidade social, o programa “Mar do Bem” mobilizou colaboradores em ações como campanhas de doação de sangue (99 bolsas arrecadadas), limpeza de praia com mais de 300 kg de resíduos coletados e doação de cerca de 1 tonelada de alimentos para o Refetório Gastromotiva em campanha de Natal. O relatório aponta ainda 41 óculos entregues a estudantes por meio do projeto Visão Esperança, diversas campanhas de doação de material escolar e vestuário e ações em parceria com a Escola Municipal Maria Leopoldina, que conquistou o selo Escola Azul da Unesco com apoio de iniciativas de educação oceânica.

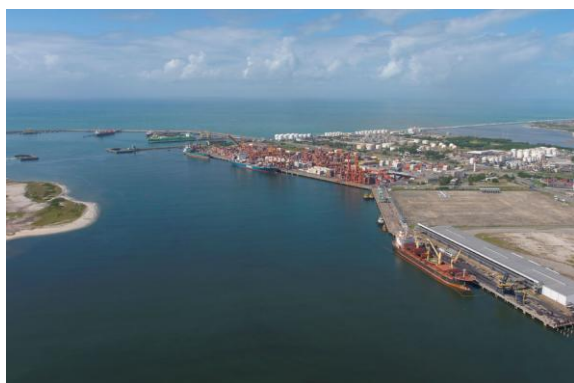
Na governança climática, a OceanPact manteve nota B no CDP desde 2024 e evoluiu para a categoria de “gestão de carbono avançada” na EcoVadis, sinalizando maior maturidade na gestão de riscos climáticos e na integração do tema à estratégia do negócio. A empresa também relata engajamento em fóruns como o V Simpósio de Descarbonização Marinha da Sobena/Abeemar, a Climate Week e a COP30, além de capacitar 99 colaboradores em mudanças climáticas (136 horas de treinamento) e 85 fornecedores em elaboração de inventários de emissões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026

SUAPE CRESCE 26,9% E MOVIMENTA 11,2 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ MAIO

Da Redação Portos e logística 19/06/2026 - 10:40



O Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) movimentou 11,27 milhões de toneladas de cargas entre janeiro e maio de 2026, alta de 26,9% em relação ao mesmo período de 2025, impulsionado principalmente pelos granéis líquidos ligados à Refinaria Abreu e Lima (Rnest), informou a autoridade portuária. Pelo desempenho acumulado até 31 de maio, Suape aparece como o quarto porto público mais movimentado do país, segundo ranking da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 102/2026
Página 76 de 76
Data: 19/06/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Os graneis líquidos responderam por 66,2% da movimentação total no período, com 7,45 milhões de toneladas de petróleo, derivados e outros produtos, crescimento de 41,9% na comparação anual, em linha com a ampliação da capacidade da Rnest, que passou a operar com até 130 mil barris por dia. As cargas containerizadas mantiveram patamar elevado: o Tecon Suape registrou 275.714 TEUs, volume equivalente a 25,9% das operações do complexo e semelhante ao observado nos cinco primeiros meses de 2025.

Nos graneis sólidos, o porto também apresentou avanço expressivo, com 658,6 mil toneladas movimentadas e aumento de 43,6%, puxado por produtos como trigo, cimento, clínquer e coque, enquanto as cargas gerais soltas responderam por cerca de 2,1% do total. O incremento de carga se refletiu diretamente no fluxo de navios: Suape recebeu 693 embarcações entre janeiro e maio, 14,7% acima do registrado no mesmo intervalo do ano passado.

A direção do complexo atribui o resultado à combinação entre o fortalecimento do parque industrial instalado na retroárea, o crescimento das operações energéticas e a execução de um plano de investimentos em infraestrutura portuária e modernização operacional. Entre as prioridades, estão projetos para os píeres de graneis líquidos, voltados a elevar a eficiência das operações, ampliar a capacidade de atracação e acompanhar o ritmo de expansão da cadeia de petróleo, combustíveis e derivados que hoje domina a matriz de cargas de Suape.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/06/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 19/06/2026